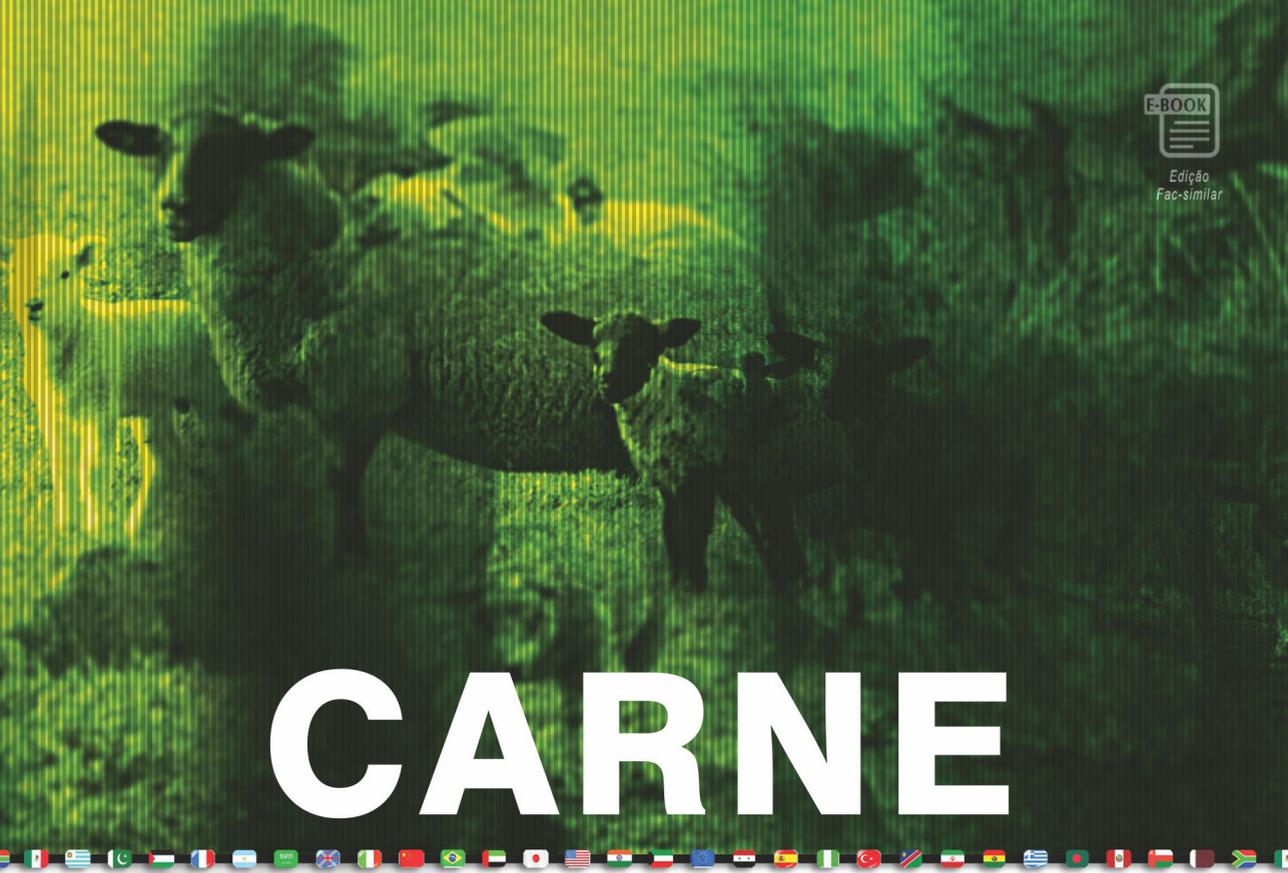




Edição
Fac-similar



CARNE OVINA

Sistema internacional de comercialização

André Sorio
Jean-Yves Carfantan
Wilfrido Augusto Marques

méritos
editora

André Sorio
Jean-Yves Carfantan
Wilfrido Augusto Marques

Colaboradores:

Dyego de Oliveira Arruda

Énio Queijada de Souza

Isabel Ferreira

Lucas Dall Onder

Lucas Rasi Leite

CARNE OVINA

Sistema internacional de comercialização



*Edição
Fac-similar*

*Passo Fundo
2010*

méritos
editora

2010 – Versão livro em papel
2023 – Versão e-book/PDF facsimilar

© Livraria e Editora Méritos Ltda.
Rua do Retiro, 846 - Passo Fundo - RS
CEP 99.074-270
Página na internet: www.meritos.com.br
E-mail: sac@meritos.com.br

Charles Pimentel da Silva
Editor

Jenifer Bastian Hahn
Auxiliar de provas

Aviso: Todas as marcas comerciais e selos de qualidade exibidos nesta obra são de propriedade das respectivas empresas e/ou entidades.

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei nº 9.610 de 19/02/1998. Partes deste livro podem ser reproduzidas desde que citados o título da obra, o nome dos autores, da editora e os demais elementos de referência bibliográfica, conforme normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S714c Carne ovina : sistema internacional de comercialização / André Sorio; Jean-Yves Carfantan; Wilfrido Augusto Marques. – Passo Fundo: Méritos, 2010.
144 p.

ISBN 978-85-89769-81-5

1. Agropecuária 2. Agronegócio 3. Ovinocultura 4. Carne – ovinos 5. Carne – caprinos I. Sorio, André II. Carfantan, Jean-Yves III. Marques, Wilfrido Augusto IV. Título

CDU 636.3

Ficha catalográfica elaborada por Rafael Antunes dos Santos CRB10/1898

Impresso no Brasil

Apresentação

Nos últimos anos, a ovinocultura de corte vem ganhando importância no contexto do agronegócio brasileiro, gerando oportunidades de emprego e renda em quase todo o território nacional.

No entanto, ainda é precário o nível de produtividade na propriedade rural e o nível de articulação e coordenação na cadeia produtiva como um todo. Isto dificulta a competitividade e a sustentabilidade da atividade da produção de carne ovina no Brasil.

Para ajudar ao sistema agroindustrial de carne ovina a se desenvolver, é importante conhecer a realidade dos diversos países que já são protagonistas importantes no comércio internacional da carne de ovinos. Assim, é possível criar uma base de comparação que vai permitir que a ovinocultura brasileira cresça orientada para competir com os principais produtores.

Esta obra consolida um conjunto de informações de grande valor sobre a cadeia produtiva de carne ovina nas regiões e países mais relevantes. E não se limita a simplesmente apresentar dados, pois aponta também as diretrizes de competitividade que a carne ovina necessita buscar para se tornar uma cadeia produtiva com o grau de importância de tantas outras em que o Brasil se destaca no comércio internacional.

Esta obra está disponível para download em:

- www.agrobrasconsult.com.br
- www.sistemavoisin.com.br
- www.wilfrido.com.br



Os autores

André Sorio

Engenheiro-agrônomo formado pela Universidade de Passo Fundo, com mestrado em Agronegócios na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Autor de diversos livros, capítulos de livros e artigos sobre a competitividade de produtos relacionados à ovinocultura. Exerce sua atividade profissional como consultor de projetos agroindustriais e de criação intensiva de ovinos e bovinos, em diversos Estados brasileiros e também no exterior.

Jean-Yves Carfantan

Economista formado pela Universidade de Rennes - França, com pós-graduação em Comércio internacional na Universidade de Paris - Nanterre. Foi professor de economia na Escola Superior de Agricultura de Anger – França e coordenador do curso de mestrado em Agronegócio Internacional da mesma instituição. Foi consultor independente junto à Comissão Européia durante 15 anos. Tem vários artigos e livros publicados sobre comércio agrícola e globalização, sendo o mais recente o livro *Le Choc Alimentaire Mondial*, publicado pela editora francesa Albin Michel.

Wilfrido Augusto Marques

Bacharel em Direito formado pelo Centro Universitário de Brasília, foi conselheiro e depois vice-presidente de diversas Câmaras do Conselho de Contribuintes durante vários períodos, além de membro da Câmara Superior de Recursos Fiscais diversas vezes. É especialista em Direito Tributário e Internacional e autor de diversos capítulos de livros e artigos sobre as questões fiscais e tributárias que afligem as empresas brasileiras, especialmente as ligadas ao agronegócio. Ao mesmo tempo, é agricultor e criador de bovinos e ovinos há mais de 30 anos.

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
OS AUTORES	7
INTRODUÇÃO	11
Procedimentos metodológicos.....	13
I.	
Os ovinos no mundo: rebanho, produção, consumo e comércio	17
II.	
América: a força de um continente	23
2.1. Argentina e Chile	26
2.2. Uruguai	28
2.3. Estados Unidos da América	34
<i>Animal and Plant Inspection Service (APHIS)</i>	42
Food Safety Inspection Service (FSIS).....	43
Legislação sobre bioterrorismo	45
2.4. Canadá e México.....	45
2.5. Brasil	48
III.	
Oceania: os grandes exportadores	51
3.1. Austrália	54
3.2. Nova Zelândia	60
IV.	
União Européia: o principal mercado	69
4.1. França	77
4.2. Espanha	78
4.3. Reino Unido: o mercado-chave	80



V.

PENÍNSULA ARÁBICA: A IMPORTÂNCIA DO MERCADO MUÇULMANO	87
5.1. Comércio internacional de ovinos vivos.....	92
5.2. O abate Halal.....	94

VI.

CHINA E ÍNDIA: GRANDE CONSUMO, GRANDE POTENCIAL	97
6.1. Índia	100
O abate Jathka	102
6.2. China	102

VII.

ÁFRICA DO SUL E NAMÍBIA: ESTREITA RELAÇÃO	107
--	-----

VIII.

MERCADO INTERNACIONAL: OUTROS PAÍSES IMPORTANTES PARA O MERCADO DE CARNE OVINA	113
8.1. Japão	113
8.2. Israel	115
O abate Kosher.....	116
8.3. Nigéria e Sudão.....	117
8.4. Irã e Turquia.....	119
8.5. Rússia.....	120

IX.

EXPORTAÇÃO DE CARNE OVINA: DIRETRIZES DE COMPETITIVIDADE	121
9.1. Produção animal.....	122
9.2. Processamento.....	123
9.3. Ambiente organizacional e institucional	124
Sanidade e rastreabilidade.....	124
Coordenação da cadeia produtiva.....	125
Sistema de informações e <i>marketing</i>	126
Abertura do mercado internacional	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS	129

ANEXOS: ALÍQUOTAS DE IMPORTAÇÃO DA OVINOCULTURA NOS PRINCIPAIS PAÍSES RELACIONADOS	131
1. América do Norte.....	131
2. União Européia	132
3. Ásia	133
4. África e Oceania.....	134

REFERÊNCIAS	135
--------------------------	-----

Introdução

Esta obra tem como objetivo analisar o comércio internacional da carne ovina e identificar os desafios e oportunidades de mercado para todos os envolvidos com a criação, industrialização e distribuição de ovinos no Brasil. Além disso, pretende propor ações para o sistema agroindustrial (SAG)* brasileiro atender aos principais mercados de carne ovina.

Os preços internacionais da carne ovina têm mantido-se altos devido à uma oferta apertada aliada a uma demanda em crescimento. As previsões para o mercado da carne de cordeiro, são promissoras. A redução do rebanho pelo mundo não tem se refletido em nenhuma diminuição de consumo. Na verdade, o crescimento econômico mundial permite antever um incremento no consumo de carne ovina para os próximos anos.

No âmbito internacional, a carne ovina representa cerca de 40% do fluxo de comércio, enquanto a lã, aproximadamente 30%, contrastando com a realidade de 20 anos atrás, quando a mesma carne tinha relativamente pouca importância**.

Num contraponto da diminuição de cerca de 8% do rebanho mundial de ovinos nos últimos 20 anos, a produção da carne ovina aumentou 27%. Este é um fato inequívoco que mostra o redirecionamento do rebanho para a produção de carne e, também, evidencia um reflexo da liquidação dos rebanhos em algumas regiões do mundo.

O Brasil seguiu o mesmo caminho. De 1990 a 2008, a produção de carne ovina brasileira aumentou de 77,6 para 79,3 mil toneladas (incremento de 2,2%), apesar da diminuição de 21% ocorrida no rebanho nacional, puxada pela redução do efetivo no Rio Grande do Sul. Nos demais estados do país, o rebanho aumentou significativamente e hoje mais da metade dos ovinos está na região Nordeste.⁽³⁷⁾

O rebanho ovino brasileiro é insuficiente para abastecer o mercado interno do país. Apesar de o consumo *per capita* ser

* Sistema agroindustrial (SAG) é o processo que envolve toda a cadeia produtiva, desde o fornecimento de insumos até o varejo, analisado sob a influência das organizações e do ambiente institucional.

** A criação de ovelhas é desenvolvida pela humanidade desde pelo menos seis mil anos atrás. Por ordem de importância, a ovelha é fonte de carne, lã, pele e leite. De acordo com sua idade, é chamada de "cordeiro", antes da 1ª troca de dentes; de "borrego", com até um ano e meio de vida; de "ovelha", quando é uma fêmea adulta; de "capão" quando é um macho adulto castrado; e de "carneiro", quando é um macho adulto reprodutor.



relativamente pequeno no Brasil, observa-se um aumento da demanda nos últimos anos e junto a isso uma tendência crescente de importação.

Alguns estudos projetam *deficits* de oferta da carne ovina oscilando em torno de 13 mil toneladas, ou um milhão de animais/ano. A capacidade de consumo ainda deve subir com o uso eficiente de ações de *marketing*, adoção de embalagens adequadas e foco na carne de cordeiro. O baixo consumo *per capita* de carne ovina no Brasil deve-se à falta de hábito consumidor, irregularidade de oferta, má qualidade do produto colocado à venda e má apresentação comercial do produto oferecido no mercado interno. A má qualidade da carne é decorrente do abate de animais com idade avançada e mal-terminados e, também, do baixo nível de higiene nas operações de abate. A precariedade da inspeção sanitária muitas vezes repete-se justamente no local de venda, afastando os consumidores mais esclarecidos. (18; 89; 43; 95; 101)

O atual crescimento do consumo de carne ovina no Brasil está direcionado para nichos de mercado existentes em grandes cidades, onde o poder aquisitivo da população é maior. Estes consumidores exigem qualidade, cortes especiais e regularidade de abastecimento. Disso supõem-se que a popularização do consumo exigirá a organização da cadeia produtiva em todos os seus componentes.^(24; 95)

Nas cadeias produtivas relacionadas com agropecuária, diversos fatores exercem influências que estão alterando gradualmente o seu funcionamento e estabilidade. Com isso, os aspectos estruturais e comerciais da ovinocultura vêm sofrendo constantemente intensas modificações em todo o mundo. Alguns novos desafios, como responsabilidade social e ambiental, somam-se às dificuldades tradicionais enfrentadas pelo agronegócio mundial, como a instabilidade climática, as dificuldades logísticas e o protecionismo dos países mais ricos.

Toda a cadeia da carne ovina tem obrigações crescentes com o consumidor, enquanto continua enfrentando os desafios empresariais específicos. A produção primária lida com dois problemas principais – necessidade de ganhos contínuos de produtividade e sustentabilidade ambiental. O setor de processamento tem que se preocupar com automação crescente, vida de prateleira dos produtos, qualidade da carne, inocuidade e segurança alimentar. E os varejistas e restaurantes precisam atender a requisitos de segurança e integridade dos alimentos, além da necessidade contínua de oferecer conveniência ao consumidor.^(3; 33)



Diferente de uma análise voltada a um único agente, a abordagem de SAG remete à visão sistêmica do processo como um todo, englobando todos os agentes envolvidos, desde a compra de insumos para produção, até a venda ao consumidor final. Essa análise inclui o ambiente institucional e as organizações, que nem sempre são considerados quando se delimitam as cadeias produtivas para estudo, porém são indispensáveis ao seu perfeito funcionamento e sustentabilidade.⁽¹⁵⁾

O SAG da carne ovina do Brasil, apenas nos últimos anos, tem dedicado atenção ao comércio exterior, aos seus desafios e às suas possibilidades. No entanto, contrariando outros setores pecuários, como a bovinocultura, a suinocultura ou a avicultura, o setor da ovinocultura é carente de dados específicos, confiáveis e atualizados.

Raros estudos tiveram o objetivo específico de analisar o comércio exterior da carne ovina e, no Brasil, praticamente nada foi realizado em termos de proposição de políticas públicas e ações neste sentido. Isso, por si só, já demonstra a importância deste estudo.

A possibilidade da ovinocultura brasileira inserir-se com sucesso em uma nova dinâmica competitiva dependerá, em grande parte, da capacidade de coordenação dos agentes sociais e econômicos de seu SAG. Os grandes desafios do sistema agroindustrial da carne ovina do Brasil são: conhecimento do mercado potencial dentro e fora do país; acesso às informações estatísticas relevantes e capacidade para programar ações estratégicas adequadas.

Procedimentos metodológicos

O estudo que originou esta obra caracterizou-se por três elementos principais:

- a) o uso de informações de fontes secundárias;
- b) a condução de entrevistas com elementos-chave do comércio internacional de carnes;
- c) a observação direta dos estágios que compõem o sistema internacional de comercialização de carne ovina.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva, para entender o problema e, conseqüentemente, obter informações precisas, que permitissem levantar hipóteses. A pesquisa exploratória é pouco ou nada estruturada em pro-



cedimentos e seus objetivos são poucos definidos, pois tem o objetivo de levantar conhecimento sobre o tema em questão.⁽¹⁾

Enquanto estudos quantitativos procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido, baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objeto de definição operacional, a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada ao longo de seu desenvolvimento. Tampouco busca enumerar ou medir eventos e geralmente não emprega instrumental estatístico para análise dos dados. O foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferente da adotada pelos métodos quantitativos.⁽⁸²⁾

A falta de exploração de um tema na literatura disponível; o caráter descritivo da pesquisa que se pretende empreender e ou a intenção de compreender um fenômeno complexo em sua totalidade são elementos que tornam propício o emprego de métodos qualitativos.⁽⁸²⁾

Para descrever o perfil mundial da exportação e da importação da carne ovina, foram levantados os seguintes dados: o tamanho do rebanho; a produção de carne e o consumo internacional. Além disso foram analisados os produtos exportados e importados dos países mais significativos do comércio internacional, buscando respostas para tópicos relativos a destinos e origens, tipos de produtos e valores exportados nos últimos 20 anos.

Para investigar o sistema agroindustrial dos países exportadores foram coletadas informações sobre:

- a) localização dos rebanhos nestes mesmos países;
- b) as indústrias de abate;
- c) portos de saída da carne;
- d) organizações de apoio e as políticas públicas de incentivo à produção.

Na investigação dos países importadores, foram coletadas informações a respeito de:

- a) portos de chegada da carne;
- b) forma de distribuição;
- c) particularidades de comportamento do consumidor de cada país
- d) barreiras tributárias, sanitárias entre outras relativas à carne importada.

Na pesquisa de campo foram observados *in loco* as operações e fluxos característicos da cadeia agroindustrial da carne ovina na Austrália, na Nova Zelândia, na União Européia, no



Uruguai e em alguns pontos do Brasil, o que ajudou no conhecimento sobre a dinâmica da cadeia, melhorando a qualidade das análises.

Deve ser destacado que esta obra não se limitou a compilar dados dos bancos de dados internacionais. Cada dado obtido foi comparado entre as diversas fontes disponíveis, identificando erros e contradições. Deu-se prioridade aos dados gerados pelos centros de estatística de cada país, em detrimento dos centros de estatística internacionais. Além disso, foram levantados dados primários especificamente para preencher as lacunas de informação encontradas para, desta forma, chegar-se a resultados que refletem a realidade do comércio internacional de carne ovina no final de 2010.



Os ovinos no mundo

Rebanho, produção, consumo e comércio

Apesar de os ovinos serem encontrados em todos os continentes, existe uma concentração significativa na Ásia, na Oceania e na Europa.

Apenas três países-região (China, União Européia e Austrália) concentram quase 30% do rebanho mundial e 40% da produção da carne ovina. Mais concentrado ainda é o consumo, já que a China e a União Européia ingerem quase 40% das 8,5 milhões de toneladas consumidas anualmente pelo mundo.

O rebanho ovino mundial tem apresentado crescimento lento neste século XXI, depois da forte diminuição que ocorreu no final dos anos 1980 até meados da década de 1990. Os países tradicionais têm perdido espaço, enquanto a Ásia e o nordeste da África ganham importância.

Países	1990	2000	2005	2010*
China	113,5	131,1	152,0	133,4
União Européia	143,3	122,7	96,2	90,4
Austrália	170,3	118,6	85,0	74,0
Índia	48,7	59,4	62,8	66,7
Irã	44,6	53,9	52,2	51,7
Sudão	20,7	46,1	49,0	50,5
Nigéria	12,5	26,0	31,5	34,9
Nova Zelândia	57,9	42,3	39,9	33,1
Outros países	493,6	368,6	501,8	543,8
Total	1.105,1	968,7	1.070,4	1.078,5

T. 1.1.
Rebanho
(milhões de cab.).
Fonte: Eurostat; Faostat;
Meat and Livestock
Australia; Beef and Lamb
New Zealand, 2010.
(*) Projeção dos autores.

O abate mundial em 2010 estima-se em 49% do rebanho, o que significa um número próximo de 529,7 milhões de cabeças/ano. Em 1990, o abate era de 38,5% do rebanho. Este aumento na eficiência da criação, com diminuição de idade de abate e melhores técnicas de reprodução e engorda, resultou no

aumento da produção de carne ovina. Mesmo assim, os maiores produtores de carne não são necessariamente os detentores de maiores rebanhos, pois existe grande diferença tecnológica entre os diversos países. Entre 1990 e 2010 a produção crescerá cerca de 21%, apesar de o rebanho atual ser 11% menor do que há 20 anos.

A China tem apresentado um espetacular crescimento de rebanho e de produção de carne ovina. E, pela consistência deste crescimento, é bem possível que a presença chinesa na ovinocultura mundial continue aumentando de importância.

	Países	1990	2000	2005	2010 *
T 2.1. Produção de carne ovina (milhões t). Fonte: Eurostat; Faostat; Meat and Livestock Australia; Beef and Lamb New Zealand, 2010. *Projeção dos autores.	China	0,5	1,5	1,8	1,9
	União Européia	1,3	1,2	1,1	0,9
	Austrália	0,6	0,7	0,6	0,7
	Nova Zelândia	0,5	0,5	0,5	0,6
	Irã	0,2	0,3	0,4	0,4
	Turquia	0,3	0,3	0,3	0,3
	Índia	0,2	0,2	0,2	0,2
	Outros países	3,4	2,9	3,0	3,4
	Total	7,03	7,63	7,89	8,43

Neste espaço de 20 anos, a China tornou-se o maior consumidor mundial de carne ovina, superando a União Européia.

	Países	1990	2000	2005	2010*
T 3.1. Consumo aparente de carne ovina (mil t). Fonte: Eurostat; Faostat; Meat and Livestock Australia; Beef and Lamb New Zealand, 2010. (* Projeção dos autores.	China	548	1.477	1.816	1.925
	União Européia	1.540	1.432	1.393	1.238
	Irã	238	326	351	390
	Austrália	440	380	280	270
	Turquia	297	320	272	275
	Índia	173	181	185	192
	Outros países	3.752	3.415	3.591	4.150
	Total	7.033	7.529	7.888	8.440

A Oceania e a Europa dominam as trocas comerciais de carne ovina. Não se pode esquecer dos países do Oriente Médio, que tem importância no comércio mundial de carne ovina, fundamentalmente quando se fala em comércio de ovinos vivos.

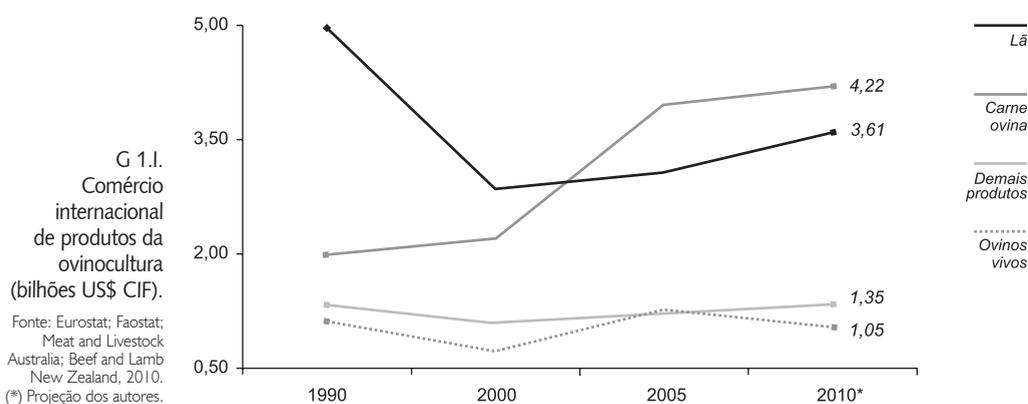
O comércio internacional de produtos da ovinocultura (carne, lã, animais vivos, pele, leite, queijo e vísceras) atingirá em 2010 quase US\$ 11 bilhões, com a carne sendo responsável por cerca de 40% dessa estimativa. O comércio da lã vem crescendo nos

últimos anos, porém com importância relativa muito menor do que há 20 anos.

Os ovinos vivos representam uma cadeia à parte dentro do processo, com muita concentração do comércio entre a Península Árábica, seus vizinhos e a Austrália.

A pele ovina alcançará um volume de comércio de cerca de US\$ 900 milhões; o leite e o queijo ovino, US\$ 350 milhões, e as vísceras alcançarão algo em torno de 80 milhões.

Todas as tendências apontam para uma diminuição ainda maior da importância da lã nos próximos anos, em detrimento da carne ovina. Isto é, a ovinocultura será mais produtora de carne e menos de lã.



A exportação de carne ovina é concentrada na Nova Zelândia e Austrália, com mais de 2/3 do volume exportado. Estes países

servem como parâmetro do mercado de exportação de carne ovina, determinando preços, volumes e padrões de qualidade no mercado internacional e, ainda, enviado volumes significativos para o mundo inteiro.

T 4.1.
Principais
exportadores
(mil t).

Fonte: Comtrade;
Eurostat; Faostat; Meat
and Livestock Australia;
Namibia Board of Meat;
Beef and Lamb New
Zealand; USDA, 2010.

	1990	2000	2005	2009
Nova Zelândia	372,1	379,1	361,8	388,5
Austrália	158,0	300,1	293,0	310,8
Índia	8,3	11,5	7,1	59,5
Uruguai	24,4	16,5	11,2	24,8
Namíbia	1,4	4,2	13,4	16,7
EUA	2,8	2,4	13,3	7,9
Argentina	9,8	1,2	8,6	7,2
Chile	6,9	3,8	5,6	5,8
China	1,3	0,5	25,6	4,1
Outros países	225,4	216,7	222,9	185,6
Total	810,4	936,0	962,5	1.010,9

Os outros países são fornecedores regionais, abastecendo principalmente seus vizinhos e mercados menos exigentes. A Namíbia exporta praticamente só para a África do Sul, seu vizinho e grande importador de carne ovina.

F 2.1.
Fluxo das
exportações da
Índia e da China,
em 2009 (mil t).



Considerando importações, a União Europeia e os EUA servem como parâmetro de preço e de padrão de qualidade, pois são responsáveis por mais de 1/3 dos volumes importados.

T 5.1.
Principais
importadores de
carne ovina (mil t).

Fonte: Comtrade;
Eurostat; Faostat; Meat
and Livestock Australia;
Namibia Board of Meat;
Beef and Lamb New
Zealand; USDA, 2010.

*Sem considerar
o comércio
intracomunitário.

	1990	2000	2005	2009
União Européia*	222,1	231,3	193,5	220,3
EUA	19,6	54,8	74,2	69,6
China	9,5	34,1	63,4	66,3
Arábia Saudita	22,6	55,3	59,6	61,1
Emirados Árabes Unidos	25,0	16,4	24,2	34,7
África do Sul	0,9	53,2	22,8	29,1
Papua Nova-Guiné	30,1	35,7	25,4	24,6
Japão	63,9	27,0	32,0	23,3
Canadá	13,4	15,4	17,6	21,0
México	9,9	44,4	38,8	20,9
Outros países	464,4	396,7	350,3	442,1
Total	821,1	913,2	931,1	1.012,9



II.

América

A força de um continente

O território americano detém somente 8% do rebanho ovino mundial. No entanto, tem quatro países entre os maiores exportadores de carne ovina: Uruguai, Estados Unidos, Argentina e Chile.

Ao mesmo tempo, conta com três países entre os grandes importadores: EUA, Canadá e México, que importam juntos mais de 10% da carne ovina mundial.

O Brasil é relevante no contexto da ovinocultura americana, pois tem o segundo maior rebanho de ovinos e é o segundo maior produtor de carne ovina. O Mercosul é a região onde está a maior concentração de ovinos do continente, com mais de 40% do total.



35 países compõem os 42 milhões de km² da América.



	1990	2000	2005	2010*
Peru	12,3	14,7	14,8	15,2
Brasil	20,0	14,3	14,5	15,0
Argentina	28,6	13,6	12,5	14,2
Uruguai	25,2	13,2	10,9	8,9
T 1.II. Rebanho do continente americano (milhões de cab.).				
Bolívia	6,1	7,8	8,8	8,5
México	5,8	6,0	6,8	7,2
EUA	11,3	7,0	7,8	7,0
Chile	4,9	4,1	3,4	3,9
Demais países	10,6	10,8	10,8	12,0
Total	124,8	91,5	90,0	91,9

Fonte: Faostat; IBGE; INAC; INEG; SUL; USDA; 2009.
(*) Projeção dos autores.

Devido ao impacto da crise da lã, a produção de carne ovina no continente atualmente é 15% inferior ao que ocorria em 1990. No entanto, o rebanho diminuiu mais ainda, cerca de 30%, o que mostra que está confirmando-se a tendência de mais produção de carne com menores rebanhos.

Deve ser ressaltado que o Uruguai é o país com maior orientação exportadora, apesar de ser apenas o quarto produtor, em volume. Ao mesmo tempo, Uruguai, Argentina e Chile são detentores de cotas de exportação de carne ovina para a União Européia, sem pagamento de tarifas aduaneiras.

	1990	2000	2005	2010**
EUA	164,7	106,1	86,7	79,1
Brasil	77,6	71,5	72,6	78,1
Argentina	85,0	54,0	73,1	65,0
Uruguai	61,2	51,0	65,0	62,5
México	24,7	33,4	45,1	53,0
T 2.II. Produção de carne ovina do continente americano (mil t).				
Peru	23,8	31,1	33,7	34,6
Canadá	9,3	12,5	17,9	15,6
Bolívia	14,7	15,7	18,0	15,3
Chile	14,9	11,1	9,2	11,0
Demais países	27,1	28,3	31,6	30,6
Total	503,0	414,7	452,9	444,8

Fonte: Faostat; IBGE; INAC; INEG; SUL; USDA; 2009.
(**) Projeção dos autores.

A produção da carne ovina dos EUA é superior à brasileira, apesar de possuir um rebanho de cerca de 1/3 dos animais. Isto se deve ao nível tecnológico mais elevado, que conduz a uma taxa de desfrute maior e a abates de animais mais pesados.

O Peru, apesar de ter o maior rebanho, tem uma baixa taxa de abate, e não figura entre os maiores produtores.

O consumo *per capita* é baixo em todos os países, com exceção do Uruguai, onde foi feito um trabalho importante de estímulo ao consumo urbano de carne ovina desde a década de 1990.

T 3.II.
Consumo per capita
(kg/habitante/ano).
Fonte: FAS; INE; Senasa;
Sorio; Statistics Canada;
SUL; 2010.

Argentina	Brasil	Canadá	Chile	EUA	México	Uruguai
1,6	0,4	1,4	0,4	1,0	0,8	11,0

No entanto, devido ao tamanho de suas populações, mais de 60% do consumo de carne ovina é realizado nos EUA, Brasil e México.

	Mil t
T 4.II. Consumo aparente de carne ovina de alguns países americano, em 2010*.	
EUA	154,4
Brasil	85,9
México	81,0
Argentina	56,4
Uruguai	40,0
Demais países	116,5
Total	531,8

Fonte: FAS; INE; Senasa;
Sorio; Statistics Canada;
SUL; 2010.
(*) Projeção dos autores.

O preço alcançado pelas exportações demonstra o tipo de mercado atendido pelos países. O Chile, que tem *status* sanitário privilegiado, por seu isolamento geográfico, abastece mercados mais exigentes e obtém melhor remuneração por sua carne ovina.

T 5.II.
Valor por corte
exportado, em 2009
(US\$ FOB/t).
Fonte: FAS; INE; Senasa; SUL;
2010.

	Argentina	Chile	EUA	Uruguai	Média
Carcaças	3.499	4.332	2.800	2.773	3.351
Cortes com osso	3.459	5.327	2.872	2.646	3.576
Cortes desossados	4.343	6.404	3.179	5.403	4.832

Como era esperado, os valores alcançados pela exportação de cortes desossados é bem superior aos das carcaças, chegando a uma média de 44% a mais, nos quatro países exportadores. O Chile obtém 1/3 a mais de preço em suas exportações em comparação aos demais países do continente.

2.1. Argentina e Chile

Na Argentina, o rebanho ovino está concentrado ao sul frio e semiárido do país, principalmente nas províncias de Chubut, Santa Cruz e Rio Negro. O objetivo principal do rebanho é produzir lã, produto de que a Argentina detém mais de 50% da produção do Mercosul* e cerca de 3% da produção mundial. De fato, o principal foco de nicho de mercado da ovinocultura é a lã, com o produto denominado *lã fina orgânica da Patagônia* exportando mais de 1 milhão de quilos anualmente.

As características de consumo da Argentina demonstram que 68% da população consomem carne ovina, com frequência ocasional, normalmente em eventos festivos. A compra normalmente ocorre direto do produtor ou em açougues. Os animais preferidos são aqueles com até 12 kg de carcaça. Sendo a ausência do produto nos pontos de venda um entrave ao maior consumo.

Desde 2001 existe uma legislação chamada de *Ley para la Recuperación de la Ganadería Ovina*, que objetiva modernizar e incentivar a produção ovina no país, através da destinação de recursos (a fundo perdido ou não) para planejamento, organização e melhoria da criação, inclusive com taxas de juros mais baixas que as do mercado. E, de fato, esta legislação conseguiu incentivar a produção, tendo revertido a tendência de queda do rebanho e colocando a Argentina novamente como importante exportador de carne ovina.

No entanto, o abate sem inspeção sanitária federal ainda representa quase 3/4 dos abates anuais.



A Argentina é o 8º país em área territorial, com 2.780.400 km² e extensas áreas de pastagens semiáridas ao sul do país. Na região centro-norte, conhecido como pampa, as pastagens nativas são de alta produtividade.

		2004	2005	2006	2007	2008
T 6.II. Abate e produção na Argentina.	Abate com inspeção sanitária (mil cab.)	1.056,6	1.267,0	1.163,3	1.157,3	1.076,5
	Abate total de ovinos (mil cab.)	4.063,9	4.873,0	4.474,2	4.451,1	4.140,3
	Produção (mil t)	65,02	73,10	71,59	71,66	66,66

Fonte: Indec, 2010.

Como reflexo desta característica, a carne ovina é vendida com baixo valor agregado ao consumidor, pois quase metade do valor final da venda fica com o criador, como pode ser visto a seguir:

T 7.II.		Criador	Frigorífico	Açougue
Margem bruta de comercialização da carcaça ovina na Argentina (US\$/kg).	Preço de venda	2	3,3	4,3
	Diferença entre compra e venda	-	1,3	1,0
	Margem bruta de comercialização	47%	30%	23%

Fonte: Agüero et AL, 2010.

* O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um tratado de livre comércio criado em 1991, constituído por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, para adoção de políticas de integração econômica e aduaneira entre esses países. A Venezuela é um estado-membro desde 2007 e Bolívia e Chile são países associados.

Há 80 mil propriedades que criam ovinos no Chile, e a imensa maioria tem rebanhos de até 50 cabeças. No entanto, as 390 propriedades maiores detêm 2/3 do rebanho. A maior concentração de rebanho desse país está concentrada no extremo sul do país, na região de Magallanes, contando com quase 60% dos animais e com 4.030 animais em média por propriedade. Interessante anotar que quase metade do rebanho ovino está na mão de pessoas jurídicas.

A região de Magallanes representa mais de 80% dos abates inspecionados de ovinos no Chile. O grupo brasileiro Marfrig é proprietário da principal unidade de abate de ovinos da região, chamada de Frigorífico Patagônia, com capacidade para abater 300 mil animais/ano.

A produção é ascendente, reflexo das melhorias tecnológicas que foram introduzidas na criação em larga escala a partir do ano 2000. O peso médio de carcaça em 2008 foi de 13,4 kg para animais da região de Magallanes e 16,9 kg para os animais do restante do país.

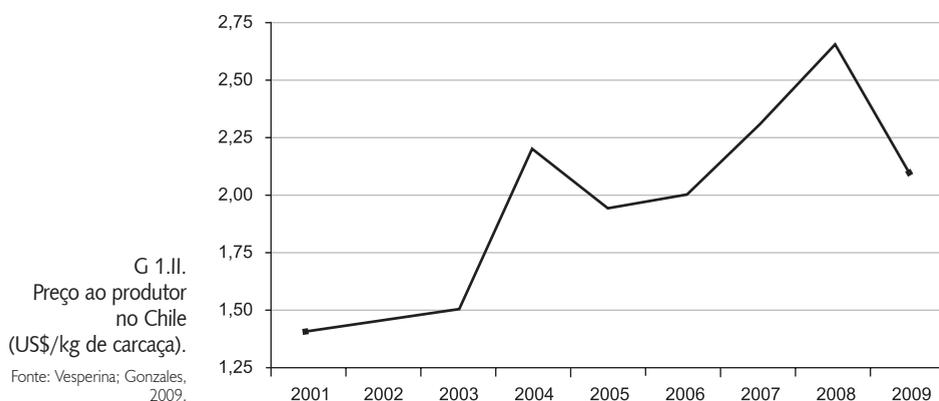


O Chile é uma longa e estreita faixa ao lado oeste da Cordilheira dos Andes, com área de 756.950 km² e regiões semiáridas muito frias ao sul do país. Na região norte, fronteira com o Peru, o deserto de Atacama é o local considerado o mais seco do planeta.

T 8.II.	2004	2005	2006	2007	2008
Abate e produção chilenos.					
Cabeças (mil)	663,8	657,3	768,7	762,9	796,0
Produção (mil t)	9,54	9,23	11,13	10,3	11,0

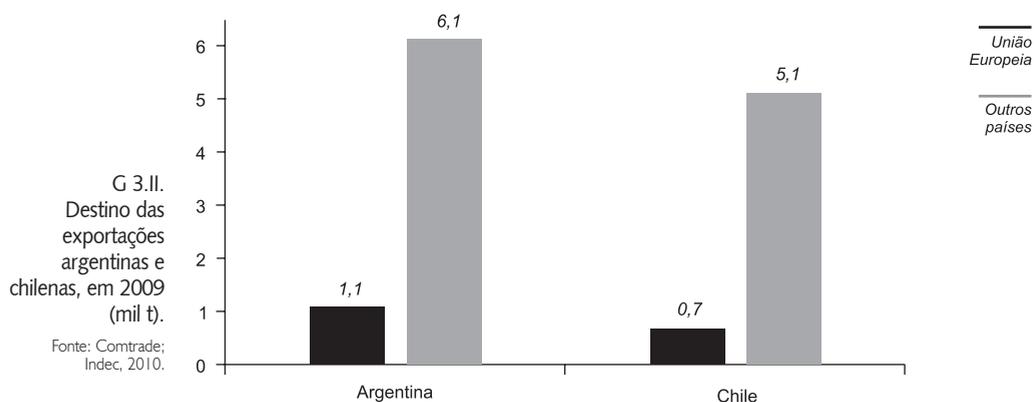
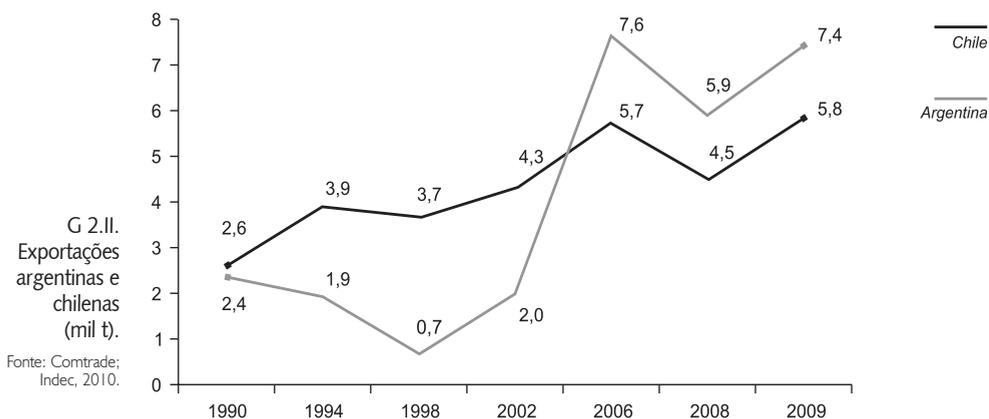
Fonte: Indec, 2010.

Da mesma forma, é notável a valorização do preço ao produtor, refletindo o aquecimento da demanda:



As exportações da Argentina e do Chile são ascendentes e têm como principal destino a União Européia, que absorve mais de 80% da carne ovina exportada por estes dois países.





2.2. Uruguai

O Uruguai, em extensão, é o menor dos países exportadores de carne ovina. São cerca de 14,5 milhões de hectares de pastagem, dos quais 12 milhões de hectares são campos nativos, o famoso pampa.

Os produtores de ovinos mantêm uma entidade chamada Secretariado Uruguayo de la Lana (SUL), cujo objetivo principal é desenvolver a produção ovina, tanto de carne quanto de lã. O trabalho do SUL concentra-se em gerar e transferir tecnologias para a cadeia agroindustrial. Em conjunto com o Instituto Nacional de Carnes (INAC), dedica-se à divulgação de estatísticas de mercado e à promoção da carne ovina do Uruguai no mercado externo.

As 10 mil propriedades maiores detêm 93% do rebanho ovino do país, que está concentrado na região de solos rasos



O Uruguai é o 2º menor país da América do Sul e possui 176.215 km² de área total, composta extensas áreas de pastagens nativas e cultivadas. Em algumas regiões, os campos são de baixa produtividade, pela existência de solos rasos e afloramento de rochas.



ao norte do país, chamada de Zona do Basalto. No entanto, apenas quatro mil propriedades tem como atividade principal a ovinocultura, ocupando uma área de cerca de um milhão de hectares. O país se orgulha de manter o maior rebanho da raça *Corriedale** no mundo, estimado em 60% do rebanho. Dos animais puros registrados no país em 2009, 54% era *corriedale*, 15% era *Merino*, 14% era *Ideal* e o restante do rebanho é de outras raças, principalmente *Romney Marsh*, *Texel* e *Merilin*.

Um programa chamado “Cordero Pesado” foi instituído há cerca de 15 anos, com a intenção de estimular a produção de carne ovina e representou o início da mudança do enfoque da produção uruguaia, que até então tinha a lã como produto principal da ovinocultura.

Apesar de o rebanho ovino uruguaio apresentar uma tendência constante de redução, o percentual de fêmeas não tem diminuído. Ao mesmo tempo, a reorientação do rebanho para a produção de carne tem permitido que as exportações sigam em alta.

		Categoria	2007	2008	2009
T 9.II. Rebanho por categoria animal do Uruguai (milhões cab.). Fonte: INAC, 2010.		Carneiros	0,2	0,2	0,2
		Ovelhas	5,6	5,2	4,7
		Capões	0,9	0,9	0,8
		Borregas de reposição	0,5	0,5	0,4
		Cordeiros	3,1	2,7	2,5
		Total	10,3	9,5	8,6
		% de fêmeas no rebanho	59,6	59,9	59,8

No Uruguai, o costume de consumir carne ovina nas propriedades rurais é bastante praticado. A estimativa é de que cerca de 50% da produção não seja comercializada, sendo destinada para o consumo dos peões, no meio rural. Os animais consumidos nas fazendas são normalmente aqueles mais velhos, ovelhas e capões. Já os cordeiros têm como destino principal o abate industrial, por seu valor unitário maior.

T 10.II.
Produção de carne
uruguaia.

Fonte: INAC, 2010;
estimativas dos autores.

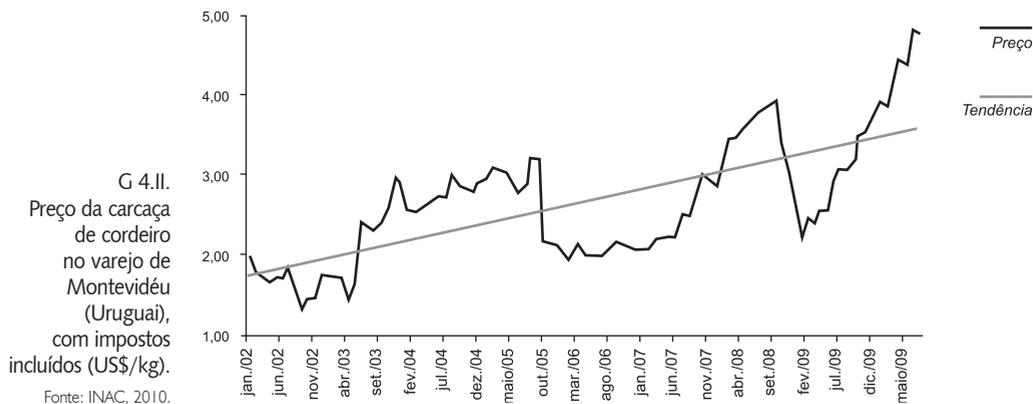
	2006	2007	2008	2009
Produção (mil t)	50,8	45,3	52,9	63,3

Como reflexo do aumento das exportações e do aumento de preço no mercado internacional, o preço ao consumidor também

*
O *Corriedale* é um ovino de duplo propósito (lã e carne). Tem um porte mediano e foi desenvolvido na Nova Zelândia e na Austrália, através do cruzamento das raças *Lincoln* e *Merino*. Sua principal vantagem é a rusticidade, com a produção de lã de qualidade intermediária ao mesmo tempo que produz um cordeiro com carcaça aceitável.

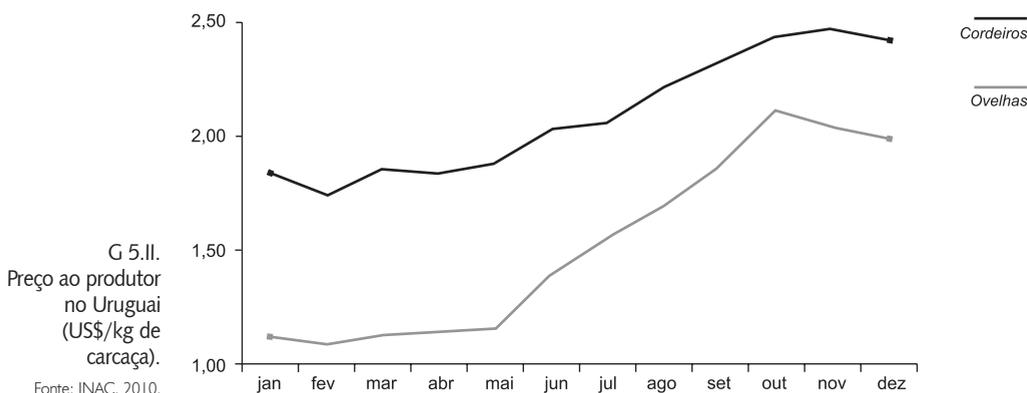


vem apresentando importante aumento de preço no país, de mais de 140% de janeiro de 2002 a julho de 2010.



Em 2009, foi notável o aumento de preço ao produtor observado no Uruguai, de 32% para cordeiros e 79% para ovelhas. A partir de meados do ano, devido ao aumento da demanda e à pequena produção de cordeiros, ocorreu uma grande valorização da carne de animais mais velhos.

Mesmo assim, o preço pago pelas ovelhas é cerca de 20% do valor pago pelos cordeiros. A tendência anual é que nos meses de menor oferta de cordeiros (julho a setembro), o preço das ovelhas fica percentualmente maior. Quando os animais são vendidos na propriedade através de um intermediário, chamado de marchante, o acerto é feito com base no peso vivo. Se forem vendidos diretamente ao frigorífico, o pagamento será feito com base no peso da carcaça.



O sistema de classificação de carcaças adotado pelo Uruguai é relativamente simples, sendo usado desde 1996. Os animais são separados em:

- a) cordeiros – animal antes da troca de dentes;
- b) borregos – animais com até quatro dentes permanentes;
- c) ovino adulto.

O restante da classificação se dá em torno da conformação da carcaça e da terminação (cobertura de gordura da carcaça).

		Grau de terminação		Tipo de conformação	
T 11.II. Sistema uruguaio de classificação de carcaças.		1	Gordura insuficiente	S	Ótima
		2	Gordura moderada	P	Boa
		3	Gordura excessiva	M	Média
				I	Deficiente

Fonte: INAC, 2010.

O peso médio de carcaça em 2009 foi de 16,5 kg, com rendimento de carcaça médio de 45%.

Já o seu setor industrial é dividido em:

- a) frigoríficos exportadores – composto de indústrias com grande escala e tecnologia;
- b) matadouros grandes – que abastecem Montevidéu, as cidades maiores do interior e eventualmente exportam parte de sua produção;
- c) pequenos matadouros – que abastecem as pequenas cidades e têm capacidade limitada de armazenamento a frio e poucos requisitos sanitários.

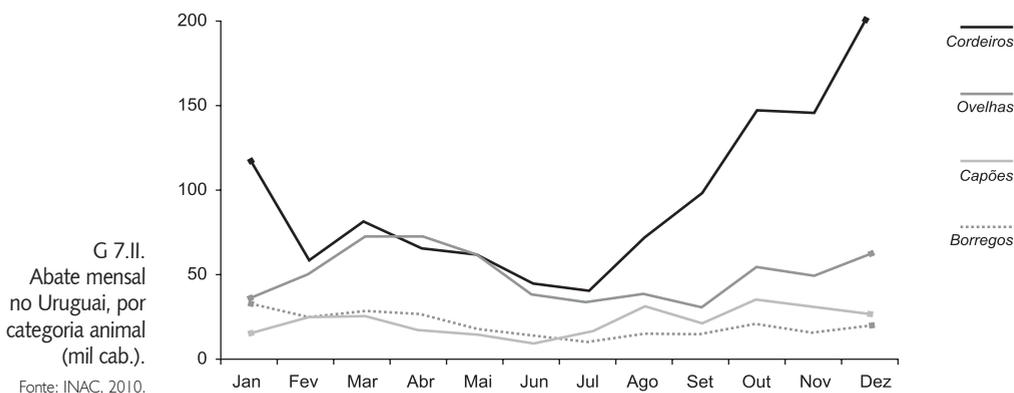
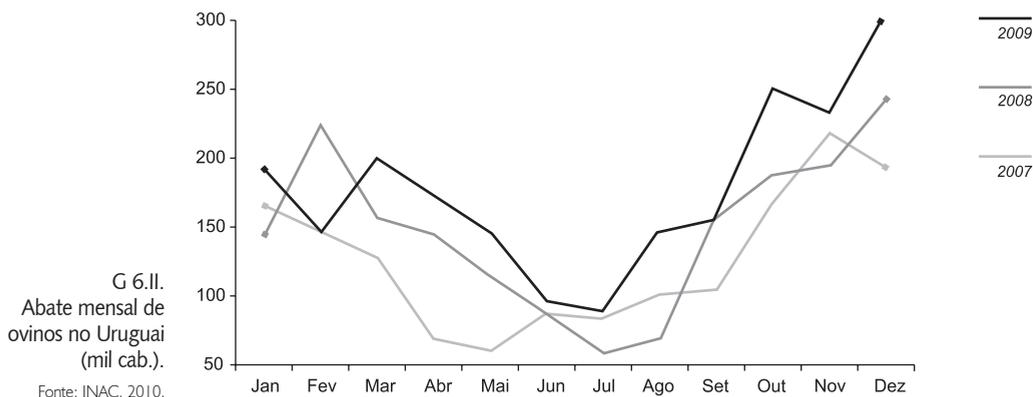


Selo de qualidade.

Os frigoríficos uruguaios estão habilitados para exportar para os EUA, Canadá, México e União Européia. Na América do Sul, somente o Chile também tem autorização de exportação de carne *in natura* para a América do Norte. Em 2010, a cadeia uruguaia trabalha para abrir o mercado da Coréia do Sul para carne *in natura*.

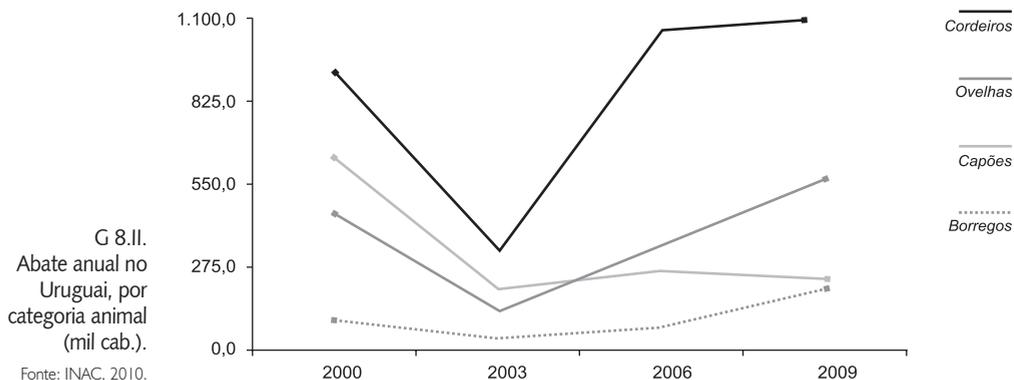
Apesar de existirem 21 frigoríficos com inspeção federal autorizados para abater ovinos, apenas três deles: o Frigocerro, o San Jacinto/Nirea e o Carrasco respondem por mais da metade do abate total. O grupo brasileiro Marfrig é proprietário de algumas plantas no Uruguai, com capacidade de abate de cerca de 150 mil ovinos por ano.

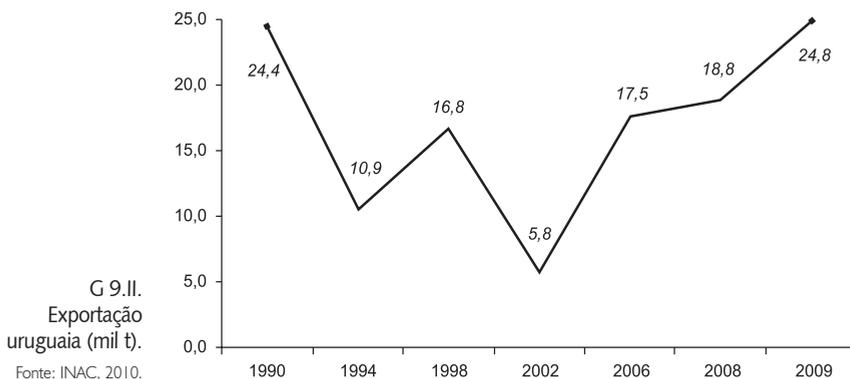
A maior concentração de abate nesse país acontece no segundo semestre, devido principalmente à safra de cordeiros.



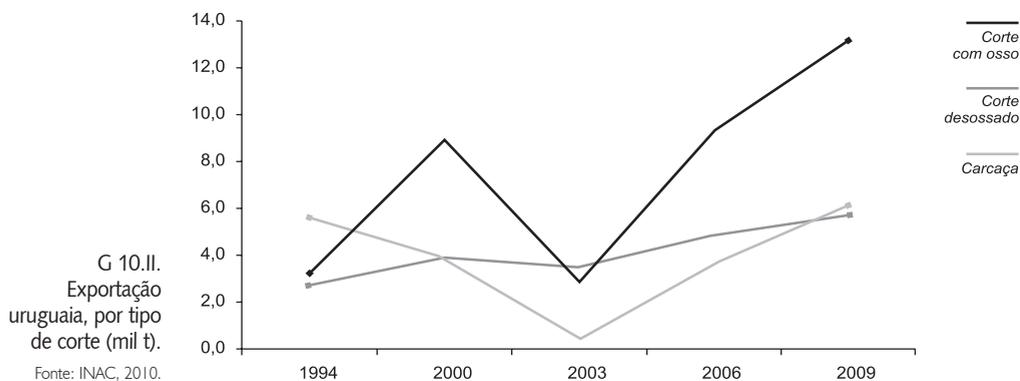
O abate de cordeiros vem ganhando cada vez mais importância, em detrimento do abate de capões (machos castrados destinados à produção de lã). É preocupante o aumento da quantidade de fêmeas abatidas nos últimos anos, já que isso pode comprometer a capacidade de produção no futuro.

No início do século XXI, o Uruguai sofreu uma crise de febre aftosa que derrubou as exportações da sua carne ovina. Depois dessa quebra, os volumes exportados são crescentes.





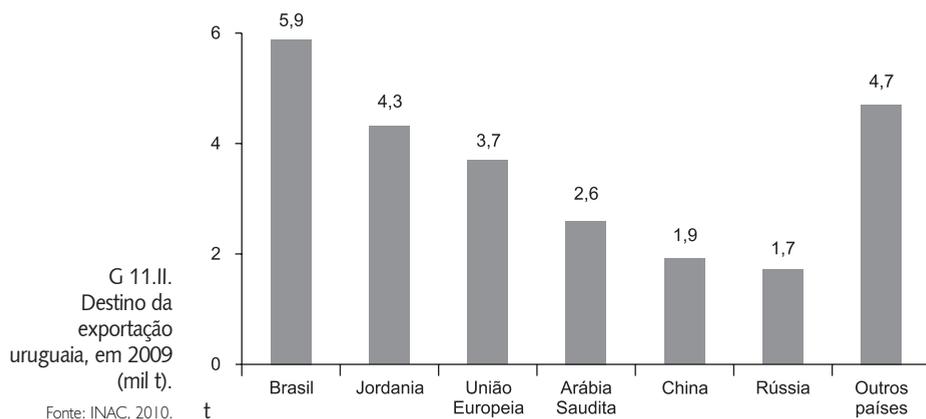
O país tem aumentado a importância dos cortes com osso na pauta de exportação, apesar de ter uma demanda crescente por carcaças nos últimos anos.



A carne congelada significa 97% das vendas externas do Uruguai e os cortes com osso significam quase metade do volume.

O Uruguai tem destinos diversificados para sua carne ovina (ao contrário da Argentina e do Chile), sendo o Brasil o principal comprador, mas com importância decrescente. Os uruguaios estão buscando outros mercados, que sejam mais remuneradores do que o brasileiro. Para a União Européia, o Uruguai detém cota de exportação sem pagamento de tarifas aduaneiras.





Os preços médios obtidos pela exportação de carne ovina uruguaia são crescentes, o que sinaliza bem o aumento da demanda no mercado internacional e a exportação para mercados mais exigentes.

T 12.II. Carne ovina exportada do Uruguai.

	2006	2007	2008	2009
Preço médio da tonelada	2.092	2.246	2.734	3.294

Fonte: INAC, 2010.

Também são realizadas exportações de ovinos vivos, com grandes variações de quantidade de animais a cada ano. Os principais destinos são os países do Oriente Médio e também o Brasil, em menor escala. No ano de 2007 foram exportados 410 mil animais a US\$ 38 por cabeça, já em 2008 foram 101 mil ovinos, a um preço médio de US\$ 47 por cabeça. Em 2009, foram enviados para fora 167 mil cabeças a um preço unitário de US\$ 37.

2.3. Estados Unidos da América

Mais de 80 mil propriedades criam ovinos nos EUA, a grande maioria com pequenos rebanhos. Apenas 800 propriedades têm mais de 500 cabeças, mas contam com quase metade do rebanho nacional. No Sul e no Oeste semi-árido estão os rebanhos maiores.

Muitas vezes, as estatísticas divulgam o rebanho norte-americano sem incluir os cordeiros na contagem, o que induz a alguns erros de análise.



Os EUA são o 4º maior país do mundo, com 9.372.610 km² e extensas áreas de pastagem semiárida na região sul e oeste, além de pastagens nativas em solos rasos no nordeste do país.

T 13.II.
Rebanho dos EUA,
em 2009
(milhões de cab.).

Fonte: NASS, 2010.

Ovelhas	Borregos	Carneiros	Cordeiros	Total
3,7	0,7	0,2	2,4	7,0

A principal entidade de produtores de ovinos chama-se American Sheep Industry Association (ASI), de abrangência nacional e representante de cerca de 70 mil produtores. Os objetivos principais da ASI são:

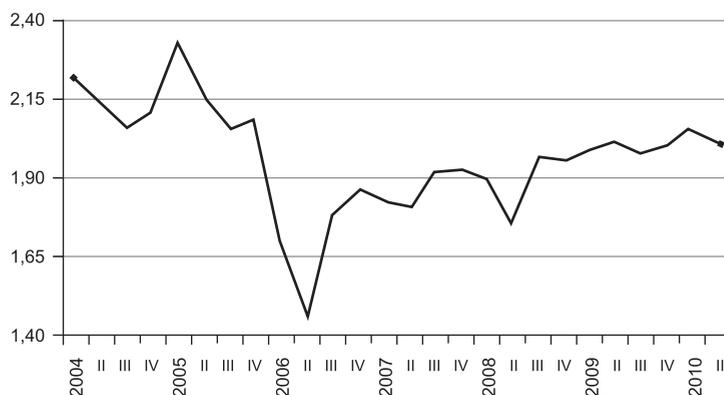
- desenvolver o mercado local para carne e lã;
- reivindicar políticas públicas de proteção, promoção e suporte econômico para a atividade.

A maior parte dos animais é vendida com base no peso vivo, com os maiores frigoríficos pagando prêmios por rendimento de carcaça. A forma de venda mais utilizada é o mercado à vista. Alguns grandes confinadores fazem contrato de fornecimento para lotes específicos. É bastante comum, nos EUA, os animais serem engordados e abatidos em outro estado, com a movimentação interestadual de ovinos alcançando cerca de 1/3 da produção anualmente.

O preço ao produtor tem apresentado tendência de alta desde a baixa de preços ocorrida em meados de 2006.

G 12.II.
Média trimestral do
preço ao produtor nos
EUA.
Mercado de San
Angelo - Texas
(US\$/kg vivo).

Fonte: NASS, 2010.



São 504 frigoríficos sob inspeção federal que abateram ovinos nos EUA em 2009, sendo que o estado do Colorado foi responsável por 40% dos abates e o estado de Iowa por outros 16%. Os dois maiores grupos frigoríficos são o Superior Colorado e o Ranchers Lamb of Texas, que concentra quase 2/3 dos abates.



	Abates (cabeças/ano)	Quantidade (indústrias)	Abate total (mil cab.)
	1 – 999	412	56,7
T 14.II.	1.000 – 9.999	68	203,5
Frigoríficos de	10.000 – 99.999	19	326,4
ovinos nos EUA,	Mais de 100.000	5	1.700,5
em 2009.	Total	504	2.323,1

Fonte: USDA, 2010.

O abate nas propriedades rurais é pequeno, respondendo por 3% do total anual. Isso demonstra que a produção é fortemente direcionada ao mercado urbano.

	2007	2008	2009	2010 *	
T 15.II.					
Abate de ovinos	Abate comercial	2.693,8	2.555,5	2.515,9	2.490,8
nos Estados Unidos	Abate na propriedade	85,0	91,9	95,3	93,0
(mil cab.).	Abate total	2.778,8	2.647,4	2.611,2	2.583,8
Fonte: USDA, 2010.	Produção (mil t)	85,4	81,7	80,4	79,1
(*) Previsão.					

Do abate comercial, cerca de 93% é feito sob inspeção sanitária federal, o restante por inspeção sanitária estadual, em diversas formas legais. Quase todo o abate comercial é de cordeiros e borregos. Os animais adultos são normalmente abatidos para consumo nas propriedades ou então são exportados vivos.

Apesar da dependência das importações para abastecer o mercado interno, os norte-americanos preocupam-se em fazer o *marketing* da carne local, principalmente através da American Lamb Board, que trabalha para incentivar o consumo de cordeiro dos EUA, em detrimento do cordeiro australiano ou neozelandês.

As exportações de animais vivos têm como destino o México e o Canadá, tendo alcançado o número de 156 mil cabeças em 2009, normalmente de animais mais velhos, que os consumidores locais não apreciam. O preço médio de exportação ficou em US\$ 65 por cabeça no ano indicado.

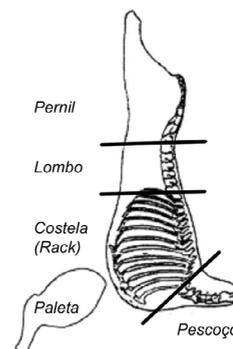
O peso médio da carcaça dos cordeiros, que em grande parte são terminados em confinamento, costuma ser superior ao peso de carcaça das ovelhas.

	2008	2009	
T 16.II.			
Peso médio de	Ovelhas	29,1	30,4
carcaça (kg).	Cordeiros e borregos	31,8	31,3

O sistema de classificação de carcaças baseia-se em identificar o percentual de rendimento esperado para os cortes



Selo de qualidade.



Cortes básicos da carcaça ovina.

comerciais (pernil, lombo, rack e paleta). São cinco classes de rendimento, que recebem nomes, com a primeira (01) representando a maior produtividade e a última (05) o pior rendimento.

Para atribuir a classificação são avaliados os itens:

- espessura de cobertura de gordura – medida no olho de lombo da 12ª costela;
- quantidade de gordura renal e pélvica – estimada como porcentagem da carcaça;
- escore de conformação do pernil (bom, médio ou baixo) – como medida de musculatura total.

	Grau de classificação	% da carcaça em pernil, paleta, lombo e rack	% de cortes comerciais totais
	1	47,4 ou mais	78,4 ou mais
T 17.II.	2	45,6 – 47,3	74,4 – 78,3
Sistema de	3	43,8 – 45,5	70,4 – 74,3
classificação de	4	42,0 – 43,7	66,4 – 70,3
carcaças nos EUA.	5	41,9 ou menos	66,3 ou menos

Fonte: USDA, 2010.

Finalmente, é feita a avaliação da conformação da carcaça:

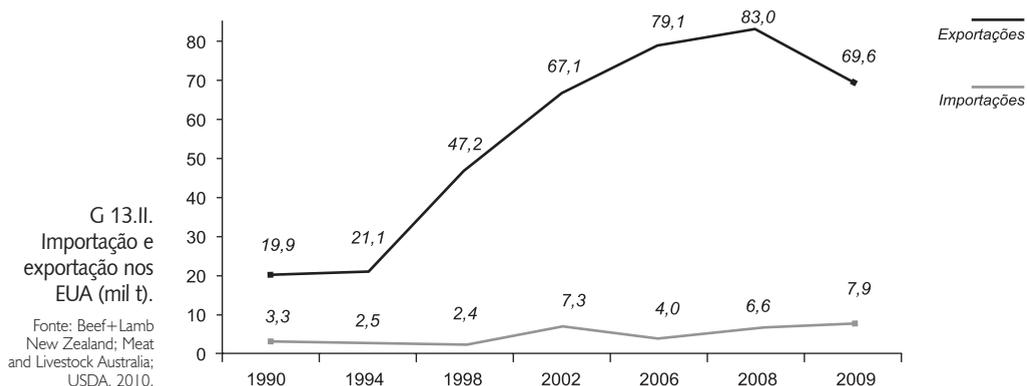
- prime* – carcaça ideal, bem conformada, acabamento e qualidade;
- choice* – também excelente, mas um pouco inferior à *prime*;
- good*;
- medium*;
- common*;
- cull* – que não serve para cortes, sendo normalmente destinada ao processamento.

F 2.II.
Carimbos de inspeção e classificação de carcaça nos EUA.



Os EUA são participantes do comércio internacional em duas vias. Tanto são grandes importadores quanto são significativos exportadores. As exportações mais que dobraram em 20 anos, enquanto as importações aumentaram quase quatro vezes no período e a curva ascendente só foi interrompida em 2009. Porém a tendência para 2010 é que volte a subir.

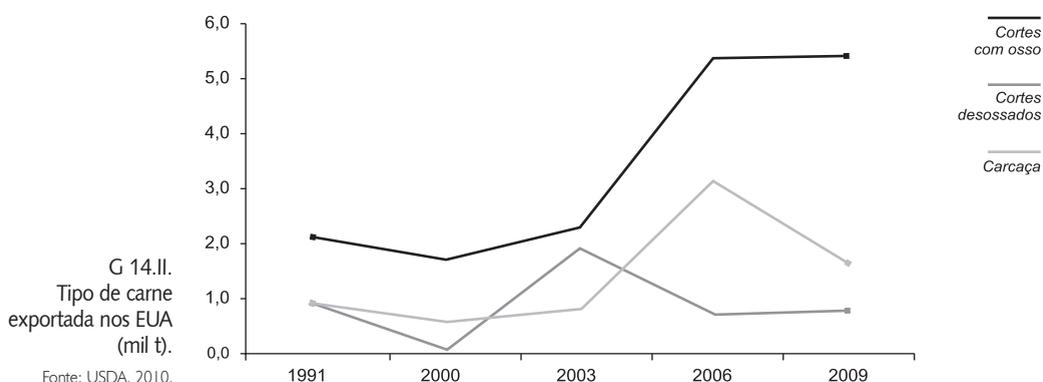




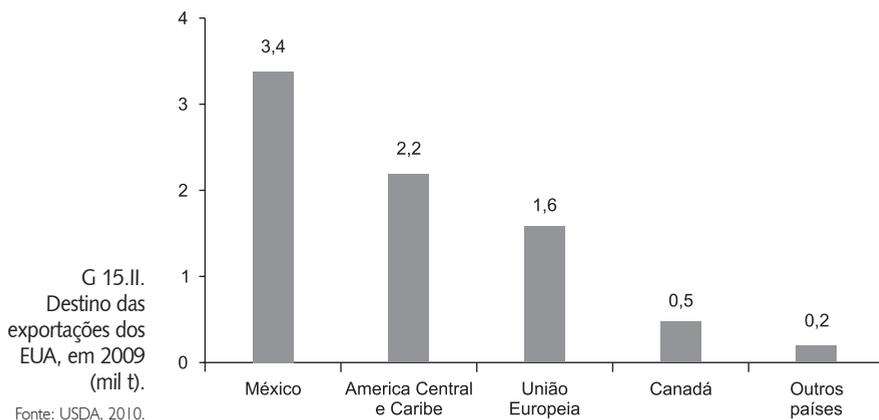
Austrália (60%) e Nova Zelândia são fornecedores quase que exclusivos de carne ovina para o mercado dos Estados Unidos, com 99% do volume importado ao longo dos anos. Eventualmente, Canadá, México e Islândia fornecem pequenas quantidades.

Atualmente, os países que podem exportar carne ovina *in natura* para os EUA são: Austrália, Canadá, Chile, Costa Rica, Honduras, Islândia, México, Nova Zelândia, Nicarágua e Uruguai.

A carne congelada representa a quase totalidade das exportações dos EUA. No entanto, a participação das carcaças na exportação vem diminuindo, enquanto os cortes estão aumentando o volume e a importância.



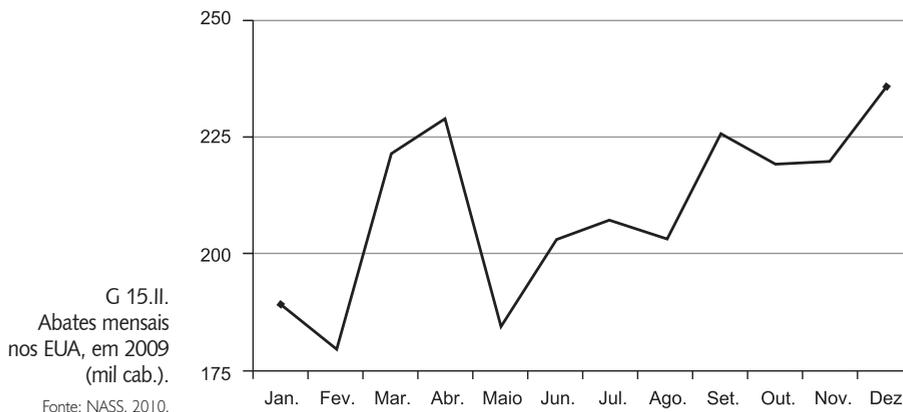
O destino da carne ovina exportada pelos EUA é basicamente os países vizinhos da América do Norte, Central e Caribe, apesar da crescente participação da União Européia.



A carne costuma sair dos frigoríficos em cortes resfriados prontos para o consumo e embalagens a vácuo. Alguns cortes menos valorizados podem ser vendidos congelados.

No entanto, o suprimento ao varejo não é constante, e os consumidores tem dificuldade de encontrar carne ovina no mercado. Uma pesquisa de 2007 mostrou que 3/4 dos norte-americanos não comeram carne de cordeiro no último ano e que mais da metade não considera a carne ovina uma alternativa na hora das compras.

Assim, o consumo é concentrado entre os grupos religiosos judeus e islâmicos e entre etnias de origem latina e africana. A concentração de consumo se dá na páscoa, no natal e em outros feriados religiosos. A curva anual de abate demonstra que no período de páscoa e de fim-de-ano existe maior oferta dessa carne.



Os EUA têm proporcionado diversas formas de apoio financeiro à ovinocultura ao longo dos últimos 50 anos. No final da década de noventa, o congresso norte-americano resolveu responder às solicitações dos ovinocultores nacionais – que alegavam sofrer com a concorrência excessiva de carnes importadas da Austrália e da Nova Zelândia –, autorizando que fosse implantado um dispositivo de cotas tarifárias. A Austrália reagiu recorrendo aos procedimentos de arbitragem e resolução de contenciosos comerciais da Organização Mundial do Comércio (OMC), que reconheceu a legitimidade da posição australiana e isso levou os EUA a abandonar o sistema de cotas tarifárias.

No entanto, para subsidiar os ovinocultores nacionais, o governo dos Estados Unidos iniciou em 2000 a implementação de um programa de ajudas diretas chamado *Lamb Meat Adjustment Assistance Program* (LMAAP), que proporcionava pagamentos diretos em função do número de ovelhas mantidas na propriedade. Em 2004, o LMAAP foi substituído pelo *Ewe Lamb Replacement and Retention Program* (ELRRP). O objetivo desse novo mecanismo de subsídios era compensar a perda de renda sofrida pelos ovinocultores que tiveram que reduzir o tamanho do seu rebanho nos anos anteriores, devido às condições adversas de mercado. O programa fornecia um subsídio de 18 dólares por ovelha mantida na propriedade ou comprada para reforçar o rebanho reprodutor. A lei que criou o ELRRP continua vigente, mas desde 2005 o Congresso americano não tem autorizado a liberação de verbas para manter o funcionamento do dispositivo.

Entre 1995 e 2006, os pagamentos realizados no quadro do LMAAP e do ELRRP totalizaram US\$ 84,9 milhões.

A produção de carne ovina é uma atividade muito ligada à produção de lã nos Estados Unidos. Nas últimas décadas, o produto tem respondido, em média, por 25% da renda da ovinocultura, apesar da reorientação do rebanho para a produção de carne. Mas os ovinocultores tendem a retardar o abate dos cordeiros à espera da valorização da lã, quando antecipam uma subida do preço desse subproduto. Se a aposta for em preços elevados da lã por muito tempo, procuram recompor o seu rebanho. Nessas condições, poucos animais são vendidos para o abate, o que leva a uma queda da produção de carne de cordeiros e de ovinos adultos.

Desde 1954, o governo federal tem proporcionado uma ajuda significativa aos ovinocultores ao criar um sistema de preço mínimo da lã. Com esse dispositivo, o produtor recebia um pagamento do governo para cobrir a diferença entre o preço mínimo e o preço efetivo do mercado quando o último ficava



abaixo do preço garantido. Esse sistema contribuiu para frear o declínio da ovinocultura de corte americana. Ele perdurou até 1995, quando o Congresso suspendeu o dispositivo.

Em 2002, com a adoção pelo Congresso do *Farm Security and Rural Investment Act*, o poder legislativo criou um sistema de *loan deficiency payments* e de *marketing loans* para a lã. Com esse sistema, o ovinocultor pode contratar um empréstimo de comercialização durante nove meses (com base no preço suporte ou *loan rate*) junto à administração federal e retardar a comercialização da lã, se considerar que o preço de mercado é insuficiente. Se o mercado continuar deprimido por um tempo maior que os nove meses e oferecer preços inferiores ao *loan rate*, o ovinocultor pode reembolsar o empréstimo abaixo do *loan rate*. O mecanismo consiste no pagamento, aos ovinocultores, da diferença entre o preço mínimo e o preço de mercado. Com a nova legislação agrícola de 2008 (*Food, Conservation and Energy Act*), o programa foi mantido para o período 2008-2012. Os preços suportes ou *loan rates* são de US\$ 2,53 por kg de lã de qualidade superior e de US\$ 0,88 para lã de qualidade comum. Vale salientar que esses programas propiciaram ajudas significativas aos ovinocultores americanos no quadro da legislação implementada até 1996. Os pagamentos recebidos em 1995 e 1996 totalizaram US\$ 153,9 milhões.

No quadro da legislação vigente, existem três outros dispositivos de apoio aos ovinocultores que merecem ser mencionados:

- a) Graças ao mecanismo chamado de *Livestock Indemnity Program* (LIP), o ovinocultor que sofre uma perda de renda devido a uma taxa de mortalidade excessiva (induzida por acidentes climáticos ou doenças, por exemplo) pode receber indenização que toma como base de cálculo 75% do preço de mercado dos animais;
- b) A legislação agrícola de 2002 criou novas regras de rotulagem dos produtos que visam a promover a produção nacional em detrimento dos produtos importados. Conforme o programa chamado *Country of Origin Labeling* (COOL), as empresas varejistas americanas têm a obrigação de rotular os cortes de carne de ovinos utilizando quatro tipos de rótulos: *US Origin* (carne de um animal nascido, criado e abatido nos EUA), *Multiple countries* (todos os países envolvidos devem ser mencionados no rótulo), *Imported direct from slaughter* (importado diretamente da planta de abate) e *Imported Meat* (carne importada, com menção do país de origem).



- c) Uma legislação específica criada em 2006 pela *Risk Management Agency*, do Departamento Federal da Agricultura (USDA) oferece uma garantia de preço aos ovinocultores, através da contratação de um seguro. Todo ano é definido um preço-objetivo para cada animal entregue na planta de abate. Se o preço efetivo cair abaixo desse objetivo, o produtor que tiver feito um contrato de seguro recebe indenização.

Existem também outros dispositivos indiretos, como o chamado *Lamb Promotion, Research, and Information Order*, que visam a organizar a promoção comercial da carne de ovinos. Parte das despesas de *marketing* de tais programas é financiada pelos próprios integrantes da cadeia produtiva. Outra parte é financiada pelo governo federal.

As barreiras tarifárias que afetam as importações de carne ovina são relativamente baixas, já que os principais instrumentos de proteção do mercado doméstico são complexas barreiras sanitárias. Há nos Estados Unidos inúmeros regulamentos técnicos federais, estaduais e municipais aplicáveis tanto à produção doméstica quanto às importações. Esses regulamentos abrangem rotulagem, embalagem, práticas sanitárias e de boa fabricação, aditivos, pesticidas e colorantes em alimentos, certificação de farmacêuticos, produtos biológicos, alimentos enlatados de baixa acidez, bem como padrões industriais e inspeções oficiais.

Animal and Plant Inspection Service (APHIS)

Os animais vivos da espécie ovina, bem como seus subprodutos (carcaças, cortes, peles frescas, pêlos, ossos, glândulas, órgãos, embriões e sêmen), têm sua importação sujeita aos regulamentos de inspeção e quarentena estabelecidos pelo APHIS, que é vinculado ao USDA. Caso sejam destinados à fabricação de alimentos, drogas ou cosméticos, os subprodutos animais estão também sujeitos aos regulamentos da *Food and Drug Administration* (FDA). Os embarques de carne e seus derivados para os EUA estão sujeitos aos regulamentos do USDA e à inspeção do APHIS e do *Food Safety and Inspection Service* (FSIS), antes de serem liberados pela alfândega americana.

Os EUA possuem rigorosos padrões de sanitários para produtos de origem animal. As normas e regulamentos são diferentes para a carne *in natura* e para a carne processada. O processo de abertura do mercado norte-americano para produtos de origem



animal deve ser precedida por uma análise minuciosa e posterior certificação, realizada pelo APHIS.

O processo de análise é composto por seis etapas distintas. Na primeira etapa, uma equipe do APHIS, em conjunto com autoridades do país demandante, prepara um documento técnico, com análise de risco da região-objeto de certificação. Numa segunda fase, o APHIS prepara o chamado *regulatory work plan* (RWP), onde são definidos os pontos a serem analisados para concessão da certificação. Numa terceira etapa, há uma revisão do RWP, atribuindo a informação de significância da análise, sendo que, se for apontado *significant* ou *economically significant*, será realizada outra revisão pelo *Office of Management and Budget*, órgão vinculado à Casa Branca. A quarta etapa é dedicada à preparação e publicação do projeto de abertura do mercado no registro federal, tendo prazo de 60 dias para comentários do público em geral. A quinta etapa é uma etapa de realização de audiências públicas para debate e eventuais mudanças decididas. A sexta e última fase é dedicada ao encaminhamento da proposta de legislação final para revisão do Congresso norte-americano.

O ponto essencial é o seguinte: sem autorização da APHIS não é possível exportar carne e subprodutos da produção ovina para os EUA. O Brasil não tem possibilidade de solicitar hoje autorização do APHIS para exportar carne ovina para os EUA, pois aquele país não reconhece a regra de regionalização praticada pela Organização Internacional de Epizootias (OIE) e impede as importações de carne *in natura* oriundas de qualquer região do Brasil, alegando riscos de contaminação do rebanho pela febre aftosa.

Food Safety Inspection Service (FSIS)

O FSIS também é uma agência federal vinculada ao USDA, que é responsável por verificar se os países que pretendem exportar carne *in natura* ou processada para os EUA possuem sistemas de inspeção sanitária e veterinária equivalentes aos utilizados nos Estados Unidos. Cabe também ao FSIS verificar que carnes e produtos derivados que entram no mercado doméstico sejam rotulados conforme as diversas legislações existentes.

Para cumprir a sua missão o FSIS realiza inspeções nos países que pretendem exportar carne e produtos derivados para os EUA. Mantém também um rigoroso dispositivo de controle nos portos americanos. A metodologia consiste em avaliar, por



meio de amostras selecionadas para reinspeção nos portos de entrada nos EUA, a totalidade do sistema de inspeção do país exportador, e não apenas dos estabelecimentos exportadores de forma individual.

Se o FSIS reconhecer que o sistema de inspeção sanitária e veterinária de um país estrangeiro é equivalente ao sistema norte-americano, o FSIS informa que está disposto a cadastrar aquele país na lista dos países elegíveis para exportar carne e produtos derivados. Começa então uma fase de audiências públicas durante as quais representantes de entidades de classe ou integrantes do poder legislativo podem contestar o parecer do FSIS. Se o parecer não for contestado, transforma-se em regra definitiva. Cabe então às autoridades sanitárias do país exportador a responsabilidade de certificar todas as plantas de abate e processamento consideradas aptas a exportar. As missões do FSIS visitam com frequência essas plantas para verificar se os dispositivos locais de inspeção e vigilância sanitária continuam funcionando conforme os seus requisitos.

Os certificados emitidos pelas autoridades do país de origem devem acompanhar as expedições de carne e produtos derivados que chegam aos portos americanos.

As empresas brasileiras que desejam exportar carne processada para os EUA devem respeitar outra regra imposta pelo FSIS. Devem utilizar-se do programa de controle de qualidade denominado *Hazard Analysis and Control Critical Point* (HACCP). Tal sistema consiste basicamente na detecção das etapas no processo de processamento do alimento que apresentam maior risco de contaminação por agentes biológicos (bactérias, vírus), químicos (pesticidas, agentes sanitários) e físicos.

A rotulagem de produtos como carnes é regulada por diversas leis americanas. Cabe ao FSIS a responsabilidade pela fiscalização do respeito de regulamentos referentes à rotulagem de produtos de origem agropecuária produzidos e/ou comercializados nos Estados Unidos.

Os governos estaduais possuem alçada para estabelecer suas próprias normas quanto à etiquetagem, e pode haver critérios estaduais mais rígidos que as normas estabelecidas por agências federais.



Legislação sobre bioterrorismo

A legislação conhecida como Lei contra o Bioterrorismo, vigente desde o final de 2003, tem como principal objetivo organizar a prevenção e enfrentar os riscos de terrorismo biológico e outras emergências que comprometam a saúde pública. Esta lei é obrigatória para todas as empresas alimentícias, seja para consumo humano ou animal, de produtos manufaturados, aditivos, empacotamento e envases de produtos, que se deseja comercializar nos EUA. A implementação dessa lei é da competência do FDA, uma agência federal de controle de remédios e alimentos. Conforme essa legislação, as empresas que fabriquem produtos enviados aos EUA devem ser registradas no FDA. Essas empresas devem manter e atualizar um plano de segurança interno que segue as orientações e os padrões do FDA. O mesmo requer a tramitação de um aviso prévio ao envio do produto, indicando o porto de entrada nos Estados Unidos. O FDA está autorizado a reter administrativamente alimentos, se a agência dispuser de provas ou informações confiáveis de que os referidos alimentos representam uma ameaça de consequências negativas graves para a saúde ou morte de pessoas ou animais.

2.4. Canadá e México

No Canadá, o rebanho está concentrado nas províncias de Quebec e Ontário, com mais de 2/3 do total.

O rebanho vem apresentando uma queda lenta e constante, que se reflete na produção de carne. Uma parte significativa do consumo é feito nas propriedades rurais e os produtores podem, legalmente, abater ovinos e vender em suas propriedades, mas não podem levar ao mercado urbano.

Do abate comercial, cerca de 95% é feito sob inspeção sanitária federal e o peso médio subiu bastante desde a década de 1990, porém se encontra estabilizado em torno de 22 kg por animal.



O Canadá é o 2º maior país do mundo, com área total de 9.984.670 km² e extensas áreas geladas. Ao mesmo tempo, tem das agropecuárias mais avançadas do planeta.

	Julho 2008	Julho 2009	Julho 2010
T 18.II. Rebanho canadense (mil cab.).			
Ovelhas	558,2	548,9	517,1
Borregas	96,3	94,2	93,2
Cordeiros	415,5	395,9	266,7
Carneiros	25,7	23,1	22,8
Total	1.095,7	1.062,1	899,8

Fonte: Statistics Canada, 2010.



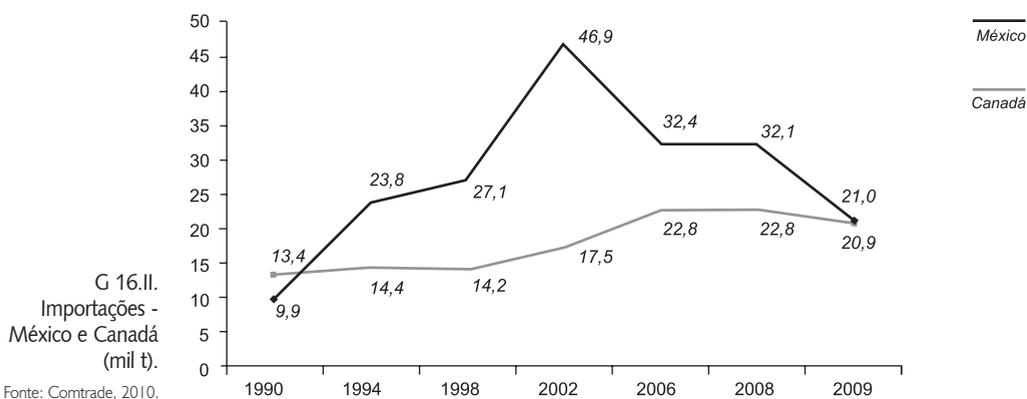
T 19.II.	2007	2008	2009
Abate comercial em propriedades rurais canadenses (mil cab.).	565,0	564,1	563,4
Abate na propriedade	186,9	175,1	178,4
Total	751,9	739,2	741,8

Fonte: Statistics Canada, 2010.

T 20.II.	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Abate, produção e peso de carcaça – Canadá.	775,2	812,5	768,4	751,9	739,2	741,8
Produção (mil t)	17,5	17,6	17,0	16,8	15,8	16,3
Peso médio (kg carcaça)	22,5	21,6	22,2	22,3	21,9	22,0

Fonte: Statistics Canada, 2010.

As importações do Canadá são crescentes, enquanto as do México diminuíram bastante depois do pico do início dos anos 2000. O México busca carne de menor preço e tem tido dificuldade, pois os preços internacionais são ascendentes.



Fonte: Comtrade, 2010.

No México, cerca de 40% dos ovinos são considerados produtores de lã, de um rebanho de mais 7 milhões de cabeças. Mais da metade do rebanho está localizada na região central do país, onde também se concentra o consumo.

A produção ovina é caracterizada por pequenos rebanhos de baixa produtividade, pouca organização dos produtores e problemas sanitários. São cerca de 53 mil propriedades que se dedicam à ovinocultura, que é uma atividade explorada pelos agricultores mais pobres, usualmente com baixa tecnologia.

A estimativa de abate é de 2,49 milhões de ovinos por ano, o que dá uma taxa de abate aproximada de 34% ao ano. Cerca de 75 mil animais são importados anualmente dos EUA para serem abatidos no México, o que representa não mais que 3%



O México é o mais populoso país de língua espanhola do mundo. Tem uma área total de 1.958.201 km² e grandes regiões semiáridas com pastagem nativa.

dos abates nacionais. O peso médio da carcaça em 2008 alcançou 19,4 kg por ovino.

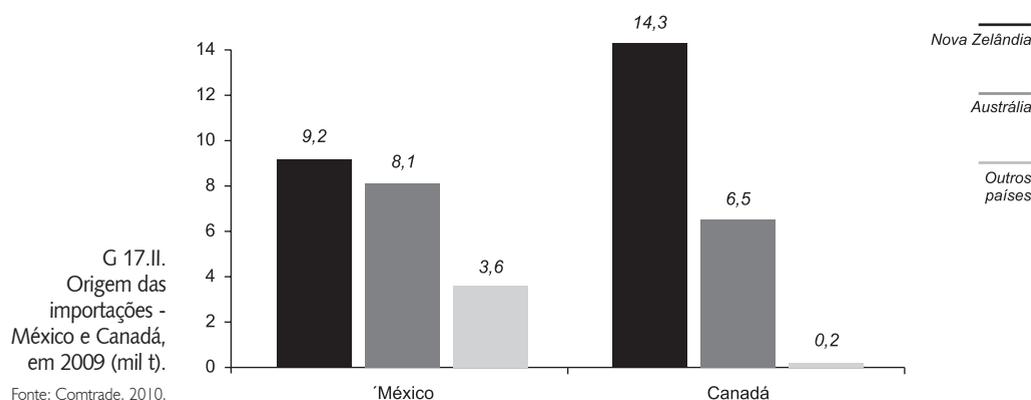
No México, existem 29 frigoríficos com inspeção federal habilitados a abater ovinos, dos quais somente 4 são especializados em ovinos e caprinos. Os demais abatem outras espécies. O abate inspecionado de ovinos alcançou 2,2 milhões de cabeças em 2008. A maior parte das indústrias são pequenas e médias, e utiliza de baixa tecnologia. O próprio órgão de inspeção sanitária mexicano considera que, pelo menos, 20% da carne ovina vem de estabelecimentos de risco sanitário médio ou alto.

T 21.II.
Produção de carne
(mil t).
Fonte: INEGI, 2009.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	46,8	47,8	48,5	51,3	53,5	54,6

A importação mexicana é constituída em 3/4 de cortes congelados com osso, completados principalmente por carcaças congeladas. Já o Canadá importa 25% do volume em cortes resfriados, com osso e sem osso. A participação de carcaças nas importações canadenses é irrelevante.

A importação canadense vem quase toda de Austrália e Nova Zelândia, que não pagam tarifas de importação no Canadá. Já o México importa um pouco dos EUA e do Chile, apesar de também abastecer-se principalmente nos países da Oceania.



2.5. Brasil

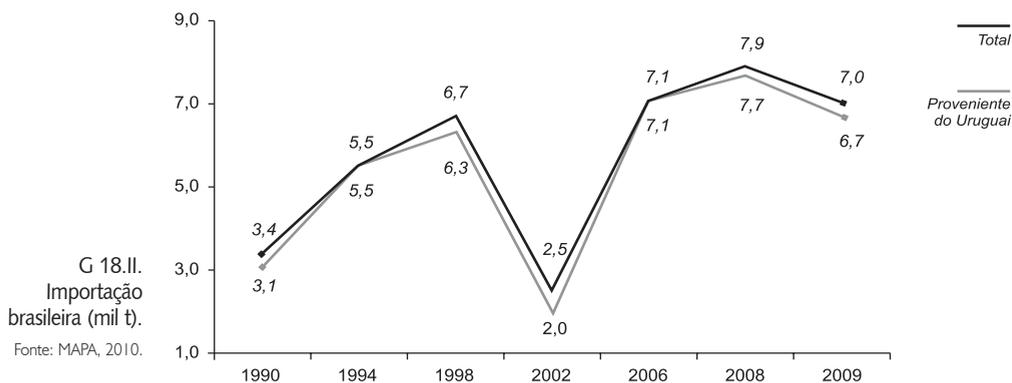
O Brasil vem se tornando relevante como importador de carne ovina, apesar de os volumes ainda serem pequenos em relação aos principais participantes do mercado internacional. A abundante oferta local de outras carnes – bovina, de aves e suína – naturalmente limita a busca de carne importada pelo país.

Ao mesmo tempo, a carne ovina tem um consumo bastante concentrado entre a população rural do Nordeste e a do Rio Grande do Sul, e isso leva à necessidade de que o consumo cresça entre a população urbana do Brasil, para que se eleve a produção e/ou a importação de carne ovina pelo país.

De qualquer maneira, a importação brasileira vem quase que apenas do Uruguai e sempre depende da existência de excedentes no país vizinho para que seja efetivada. Assim, quando o Uruguai encontra destinos que paguem mais por sua carne ovina, as importações brasileiras diminuem, como aconteceu em 2009 e está acontecendo em 2010.

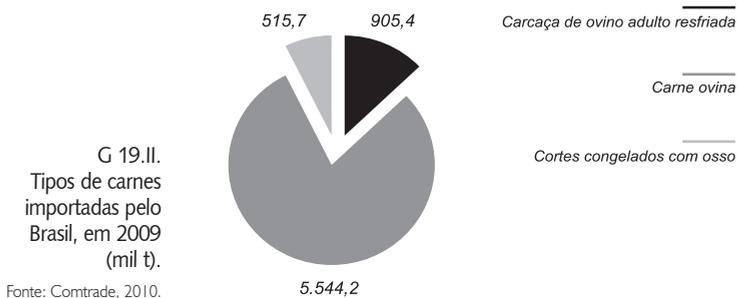


O Brasil é o 5º maior país do mundo, com área de 8.514.876 km². Na região nordeste, encontram-se grandes extensões de pastagem nativa semiárida, enquanto no extremo sul a pastagem nativa é semelhante à do pampa argentino e uruguaio. No centro do país, existem extensas áreas destinadas à pecuária, com pastagens cultivadas.

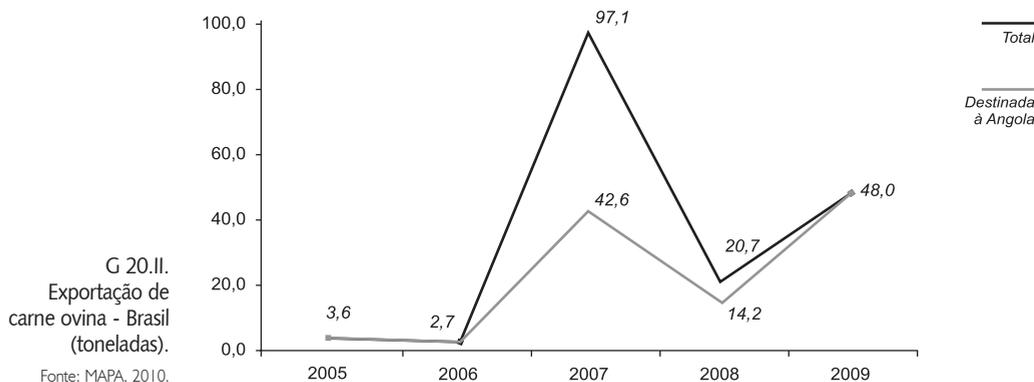


Outros fornecedores ocasionais são a Argentina, o Chile, a Nova Zelândia e a Austrália. O Brasil importa principalmente cortes congelados com osso, de menor valor. Uma quantidade significativa de carcaças refrigeradas também é importada. Uma característica da importação brasileira de carne ovina é que sua maior parte é feita por frigoríficos locais, para processamento e distribuição no Brasil.





A exportação brasileira de carne ovina é bastante concentrada em Angola, nosso principal mercado. Mas as quantidades são muito inferiores à importação. Enquanto importamos 7 mil toneladas em 2009, a exportação alcançou apenas 48 toneladas.



F 2.II.
Cortes de carne ovina sendo preparados no Frigorífico Struti, de Campo Grande (MS).



O preço médio pago pelos cortes congelados com osso importados ficou em US\$ 3.134 por tonelada em 2009. Já a exportação de cortes resfriados com osso rendeu US\$ 1.793 por tonelada ao Brasil.

O Brasil importa cerca de 30 mil animais vivos por ano para abate, procedentes do Uruguai. Ao mesmo tempo, exporta animais de genética superior, principalmente para Angola, Paraguai, Bolívia e Venezuela.

Os animais vivos necessitam de anuência e acompanhamento do MAPA para entrarem no Brasil, num processo preocupado em garantir que animais importados não tragam problemas sanitários ao país. Os animais só podem ser importados de países previamente aprovados através de negociações internacionais. Se forem destinados ao abate, pagam 2% de Imposto de Importação. Caso destinados à reprodução, estão isentos deste imposto.

Se as carnes forem importadas processadas, em forma de cortes embalados para consumo direto, serão sujeitas à anuência do órgão de vigilância sanitária.

Todos os produtos também pagam 1,65% de PIS e 7,60% de COFINS sobre o valor da nota, no momento de entrada no Brasil, inclusive os animais vivos. Não há incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre a carne ovina importada.

	NCM	Imposto de Importação (% <i>ad valorem</i>)
T 22.II. Tarifas incidentes sobre a importação de ovinos - Brasil.	Ovinos vivos com <i>pedigree</i> 01041011 01041019	0
	Ovinos vivos para abate 01041090	2
Fonte: Receita Federal, 2009.	Carne ovina fresca, resfriada ou congelada 0204	10

Além dos tributos de importação, ainda incide sobre a carne a tributação de ICMS aplicada em cada unidade da federação do Brasil. Isso quer dizer que são 27 legislações diferentes que tratam do assunto, pois cada estado tem autonomia neste assunto.

Oceania

Os grandes exportadores

Nova Zelândia e Austrália respondem por mais de 2/3 das exportações de carne ovina e participam de todos os mercados, sendo os fornecedores preferenciais dos países mais exigentes. De fato, a produção de carne ovina nestes dois países acaba por balizar o comportamento do mercado internacional. Assim, a Oceania é o parâmetro de competitividade da carne ovina mundial.

Por este motivo, entender as peculiaridades do sistema agroindustrial da ovinocultura nestes países é importante para compreender os desafios de se exportar carne ovina em grandes volumes, com regularidade e com remuneração adequada.

Ao mesmo tempo a Oceania conta com um dos grandes importadores mundiais de carne ovina, a Papua Nova-Guiné, que beneficia-se da proximidade geográfica com os dois grandes exportadores e acaba importando quantidades significativas do produto anualmente. Quase a totalidade do consumo é feito com carne importada, pois a produção interna é irrisória, 30 toneladas anuais oriundas de um rebanho muito pequeno, apenas sete mil cabeças.

Grande parte dos abates de Austrália e de Nova Zelândia provêm de animais adultos, como reflexo da diminuição do rebanho, constante há mais de 20 anos. De fato, esta característica preocupa os integrantes da cadeia produtiva de ambos países, pois permite prever que num futuro próximo não será possível manter o nível das exportações.

Tanto Austrália quanto Nova Zelândia buscam implementar alianças estratégicas entre produtores e indústria, para melhorar o nível de comunicação na cadeia e para garantir que os mercados mais exigentes sejam atendidos, de forma a incrementar a rentabilidade de todos.

A maior parte do rebanho australiano é composta pela raça *Merino**, de aptidão lanífera. Devido ao aumento da importância



Oceania é um continente composto por vários grupos de ilhas do Oceano Pacífico. A maioria das definições reconhecem como parte da Oceania: Austrália, Nova Zelândia, Papua Nova-Guiné e parte do arquipélago Malaio.

*
O *Merino* é um ovino especializado em produzir lã de qualidade superior. Sua origem é espanhola, mas foi a Inglaterra sua grande difusora, nas colônias, principalmente África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. A carcaça produzida é pequena e de baixa qualidade, portanto a cruza com outras raças é fundamental para a produção de carne.

da carne ovina nos últimos anos, os australianos estão buscando cruzar suas ovelhas *Merino* com outras raças que possibilitem a obtenção de cordeiros maiores, mas sem perda (ou com pouca perda) da qualidade da lã. Ao mesmo tempo, surgem fazendas especializadas na produção de ovinos tipo carne, para fazer frente ao mercado em ascensão. O grande esforço nacional é para aumentar a produção de cordeiros para abate nos próximos anos, apesar da diminuição de rebanho.

	Raça	Participação (%)
T 1.III. Composição racial do rebanho australiano.	Merino	63,5
	Outras raças de lã longa	8,2
	Raças de lã curta e deslanadas	28,3
	Total	100

Fonte: Meat and Livestock
Australia, 2010.

Na Nova Zelândia as raças* são mais diversificadas e normalmente de dupla aptidão: produzem lã e carne. As raças mais comuns são:

	Raça	Participação (%)
T 2.III. Composição racial do rebanho neozelandês.	<i>Romney**</i>	40,8
	<i>Coopworth</i>	11,8
	<i>Perendale</i>	9,7
	<i>Merino</i>	5,5
	<i>Corriedale</i>	2,4
	Demais 16 raças	29,8
	Total	100

Fonte: Beef and Lamb
New Zealand, 2010.

A produção de carne ovina na Austrália e na Nova Zelândia recebe pouco subsídio governamental. Estima-se que o valor das transferências de impostos para beneficiar a produção de carne ovina é equivalente a 3% do faturamento bruto dos ovinocultores australianos e a menos de 1% dos neozelandeses. Em contraste, na União Européia, os subsídios chegam a 53% do faturamento dos ovinocultores e nos EUA a 13%.

O mercado interno australiano consome cerca de 40% da produção, enquanto o da Nova Zelândia cerca de 10%. Em ambos os países existe uma preocupação grande dos produtores com a imagem da cadeia da carne ovina entre sua própria população. Diversas ações são realizadas para estimular o consumo e colocar a carne ovina como alternativa para o consumo diário de australianos e neozelandeses. Como resultado, o consumo *per capita* é dos maiores do mundo, mas com preferência clara por carne de cordeiro.

* São mais de 1.400 raças de ovinos no mundo, apesar de a grande maioria não ter nenhum tipo de controle genealógico oficial. No Brasil, existem perto de 200 raças diferentes, no entanto somente 28 são controladas e registradas pela Associação Brasileira de Criadores de Ovinos, com reconhecimento oficial do Ministério de Agricultura e Pecuária.

** O *Romney Marsh* é um ovino de duplo propósito, de origem inglesa muito antiga, mas os maiores rebanhos se encontram na Nova Zelândia. Produz uma carcaça grande, de boa classificação e uma lã de qualidade intermediária. É uma raça rústica, que suporta especialmente bem as condições de campos com excesso de umidade.

T 3.III.
Consumo per capita, em 2009 (em kg).

Fonte: Beef and Lamb New Zealand; Faostat; Meat and Livestock Australia, 2010.

	Cordeiro	Ovino adulto	Total
Austrália	10,8	2,0	12,8
Nova Zelândia	7,5	2,8	10,3
Papua Nova-Guiné	0,2	4,0	4,2

F 1.III.
Balcão com diversos cortes de carne ovina – Nova Zelândia.



Mais de 2/3 da carne é exportada na forma de cortes com osso. Outra parcela importante é exportada como cortes desossados. Assim, somente a menor parte é exportada na forma de carcaças, que têm valorização menor.

T 4.III.
Valor por corte exportado, em 2009 – Austrália.

Fonte: Australian Bureau of Statistics; Meat and Livestock Australia, 2010.

	US\$/t
Carcaças	3.277
Cortes com osso	3.546
Cortes desossados	4.244

T 5.III.
Valor por corte exportado, em 2009 – Nova Zelândia.

Fonte: Beef and Lamb New Zealand, 2010.

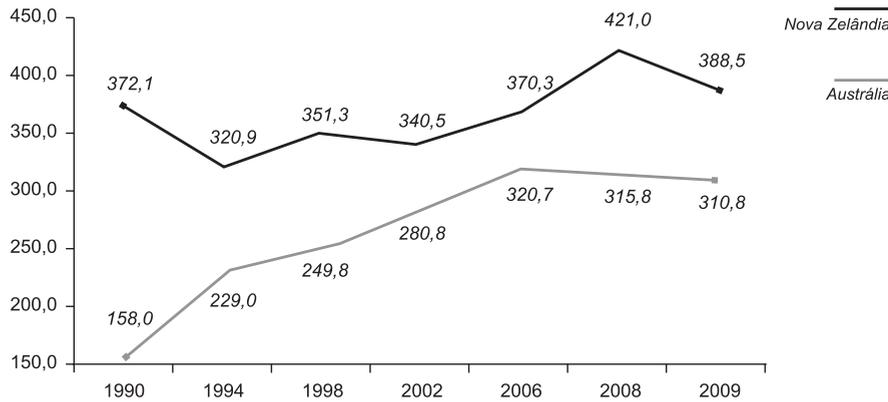
	Cordeiros (US\$/t)	Adultos (US\$/t)	Preço do adulto em relação ao cordeiro (%)
Carcaças	4.476	2.557	57,1
Cortes com osso	5.762	2.496	43,3
Cortes desossados	9.521	5.217	53,8
Média	6.264	3.841	61,3

Mesmo com uma diminuição no volume em 2009, a Nova Zelândia segue exportando grandes quantidades de carne ovina, com pequena tendência de alta nos últimos anos. Por outro lado, as exportações australianas de carne ovina quase dobraram nos últimos 20 anos, refletindo o aumento de oferta provocado pela diminuição do rebanho, mas também os ganhos de produtividade obtidos pela criação mais tecnicada de cordeiros.



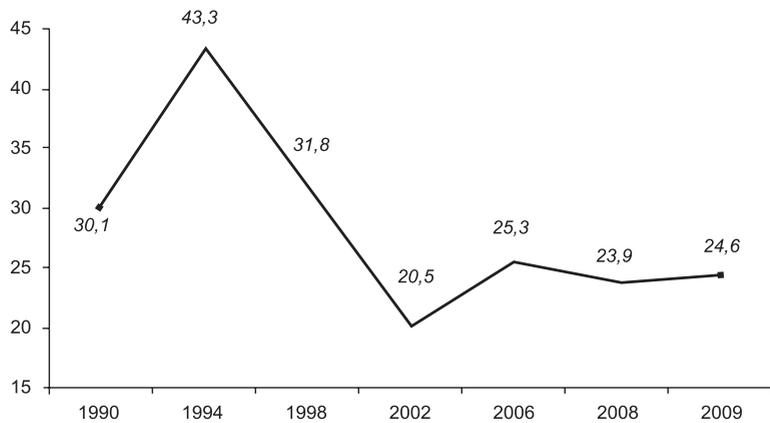
G 1.III.
Exportações –
Austrália e Nova
Zelândia (mil t).

Fonte: Australian Bureau
of Statistics; Beef and
Lamb New Zealand;
Meat and Livestock
Australia, 2010.



G 2.III.
Importações –
Papua Nova-Guiné
(mil t).

Fonte: Australian Bureau
of Statistics; Beef and
Lamb New Zealand;
Meat and Livestock
Australia, 2010.



3.1. Austrália

A carne ovina representou mais de US\$ 1,1 bilhão em exportações para a Austrália em 2009. Ao mesmo tempo, o país é o segundo maior produtor de lã do mundo, sendo responsável por cerca de 30% da produção mundial.

A primeira atividade econômica da Austrália foi a produção de lã de *Merino*, ainda no início do século XIX, já com objetivo de exportação à Europa. Foi a crise da lã que provocou o início do declínio do rebanho australiano.

Cerca de 60% da área da Austrália é dedicada de alguma forma à agricultura, com uma divisão bem marcante de acordo com o clima. Assim, em áreas interiores, áridas e com solos pobres, dedica-se à pecuária, bovina e ovina – para produção de lã e de carne de animais adultos. Já na área de transição, mais alta, mas ainda seca, a atividade agrícola mistura-se com



Com uma área de 7.741.220 km², a Austrália é o 6º maior país do mundo e tem a maior parte de seu território com clima semiárido e extensas áreas de pastagem nativa e cultivada, destinadas aos ovinos e bovinos.

a pecuária, e a ovinocultura produz também carne de cordeiros. Nas áreas mais chuvosas, próximas do litoral, a ovinocultura quase não está presente.



F 2.III.
Big Merino
Museum – New
South Wales -
Austrália.

T 6.III.
Rebanho ovino
na Austrália
(milhões de cab.).

Fonte: Australian Bureau
of Statistics, 2010.

Ano	Fêmeas em reprodução	Total de ovinos
2006	48,6	91,0
2007	46,4	85,7
2008	45,4	76,9
2009	40,9	72,7

A área média das propriedades do país vem crescendo nos últimos anos e é estimada atualmente em cerca de 740 hectares. Mas as propriedades que se dedicam à ovinocultura tem em média 4.920 hectares e um rebanho 2.600 cabeças. A venda de lã costuma representar mais de 40% do faturamento da propriedade com ovinocultura. Por isso, os fatores de mercado que afetam a lã costumam influenciar também a produção de carne ovina.

T 7.III.
Área da
propriedade
conforme mercado
principal – 2006 a
2009.

Fonte: ABARE; Meat and
Livestock Australia, 2010.

	Área (ha)	Área com grãos (ha)	Ovinos (cab.)	Bovinos (cab.)
Cria e terminação	2.201	531	2.199	119
Exportar vivo	5.225	924	4.286	97
Terminação ou confinamento	11.507	548	3.204	109
Criação de animais puros	4.649	485	2.716	141

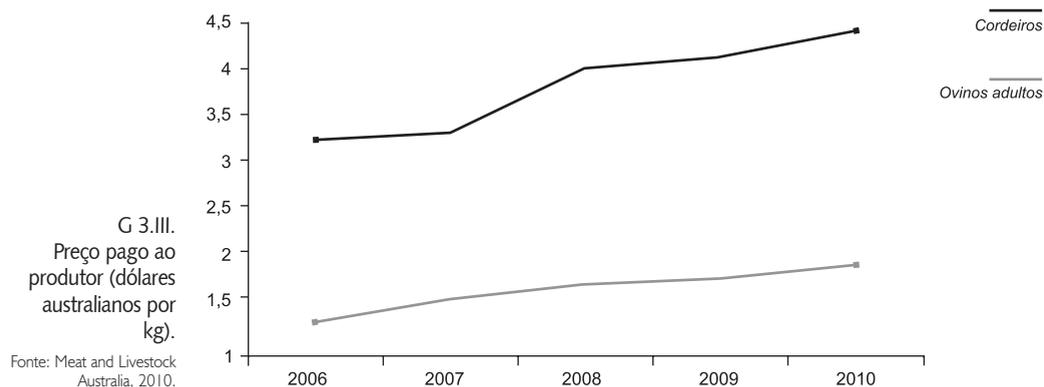


A diminuição do rebanho australiano está concentrada nas regiões onde é possível cultivar grãos, que são considerados mais rentáveis do que a lã. Mesmo assim, cerca de 7% dos produtores utilizam grãos na terminação de cordeiros, principalmente os ovinocultores que dispõem de propriedades menores. Os animais terminados com grãos foram vendidos em média 11% mais caros do que os terminados a pasto em 2009.

	Cordeiros vendidos por ano	Produtores (quant.)	Produtores (%)	Produção (%)
T 8.III. Distribuição da venda para abate nas fazendas que produzem grãos, 2001 a 2009.	Menos que 200	5.616	25	3
	200 a 500	6.808	30	14
	501 a 1.000	5.944	26	26
	1.001 a 2.000	3.101	14	26
	Mais que 2.000	1.389	6	32
	Total	22.858	100	100

Fonte: ABARE; Meat and Livestock Australia, 2010.

O preço do cordeiro é mais alto do que o dobro do preço do animal adulto, refletindo as preferências de mercado.



A Austrália tem 69 frigoríficos habilitados para o abate Halal de ovinos. Destes, 20 plantas são autorizadas a exportar para a União Européia. Além disso, também existem 19 plantas certificadas para abater ovinos para o mercado orgânico, que tem grande perspectiva de crescimento num futuro próximo.

O principal grupo frigorífico é de propriedade do brasileiro JBS, proprietário de várias empresas locais e que também opera confinamentos de ovinos. O segundo grupo em importância chama-se *Fletcher*, com plantas industriais e fazendas de produção de ovinos. A capacidade de abate de ambos supera as 200 mil cabeças semanais.

F 3.III.
Linguiça orgânica
de cordeiro em
supermercado -
Austrália.



T 9.III.
Abate inspecionado
na Austrália
(milhões de cab.).

Fonte: ABARE; Meat and
Livestock Australia, 2010.

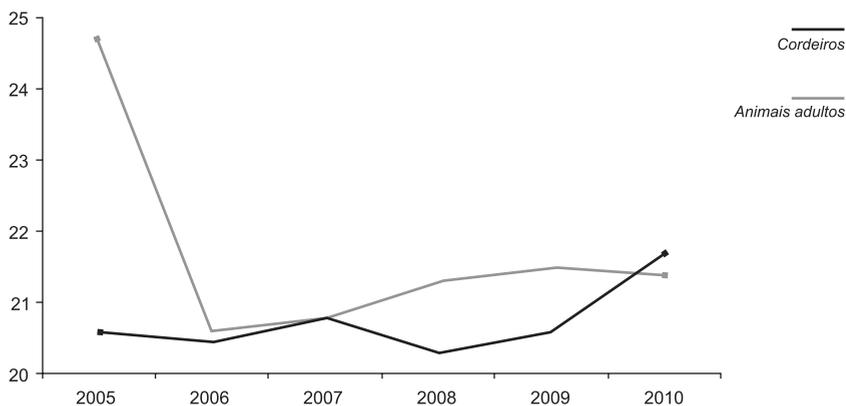
	2006		2007		2008		2009	
	Cab.	Mil t						
Cordeiros	19,48	399,8	21,15	439,0	20,31	420,4	21,27	438,2
Ovinos adultos	13,11	269,4	12,04	252,7	12,02	255,7	10,02	215,4
Total	32,59	669,2	33,19	691,7	32,33	676,1	31,29	653,6

A venda de animais para abate se dá principalmente através de leilões (57%); no gancho (25%) e em pé (18%). Os maiores criadores costumam vender no gancho em maior proporção (40%), possivelmente pela maior facilidade em acompanhar o abate dos animais e pelo maior uso de raças de carne, que possibilitam maior rendimento de carcaça.

O aumento do peso médio de abate dos cordeiros é visível e traduz a busca pela produção de mais carne por animal.

G 4.III.
Tamanho das
carcaças (kg por
cabeça).

Fonte: ABARE; Meat and
Livestock Australia, 2010.



A Austrália é o maior exportador de animais vivos do mundo. Todo ano, bovinos, caprinos e principalmente ovinos são enviados a diversos países asiáticos para serem abatidos. A indústria de abate tenta limitar ou proibir este tipo de exportação sob a alegação de danos à competitividade industrial. Ao mesmo tempo, vários grupos de defesa dos animais tentam limitar este comércio, sob alegação de maus tratos.

Na prática, o governo australiano apóia e supervisiona a venda de animais vivos para o exterior. Diversos estudos demonstram que a exportação de animais vivos trouxe uma maior renda ao produtor, principalmente àqueles localizados em regiões mais secas ou no oeste da Austrália.

Apesar disso, existe um cuidado para que o excesso de exportação e de abate de animais adultos não chegue a comprometer a capacidade de produzir cordeiros das fazendas australianas. Mas o fato é que a diminuição constante do rebanho já está provocando uma diminuição na oferta de animais vivos para exportação.

Os exportadores de animais vivos estão organizados em torno de uma entidade chamada *LiveCorp*. Os objetivos principais são a defesa do interesse dos exportadores de animais vivos, o acesso a mercados e a educação e treinamento do pessoal envolvido na cadeia – dentro e fora da Austrália.

Através desta entidade, desde 2006 são realizados investimentos nos países compradores para melhorar a qualidade das instalações de chegada dos ovinos australianos, como currais de desembarque, sistemas de transporte etc.

Simultaneamente, é feita uma campanha junto à opinião pública australiana sobre o tratamento que é dado aos animais exportados, mostrando que existem preocupações com o bem-estar animal. Ao mesmo tempo, procura-se demonstrar a importância social da atividade para a economia australiana.

De fato, várias políticas públicas australianas favorecem mais os exportadores de animais vivos do que as indústrias, pois a legislação sanitária e ambiental é bastante restritiva no país. Por outro lado, os países importadores costumam oferecer subsídios para a importação de animais vivos e aplicar alíquotas de importação maior sobre a carne congelada ou resfriada.

No início de 2010 foi feita uma pesquisa com os criadores de ovinos do país todo, revelando que

- 88% dos exportadores de animais vivos vendem *Merino* e suas cruzas;
- 60% vende animais com menos de dois anos;



- 32% utilizam a exportação de animais vivos, quando sua criação não alcança os pesos adequados para a indústria local;
- 38% deles acha importante a exportação de ovinos em pé, porque cria competição entre as empresas.

A Austrália está tendo dificuldades em manter os níveis altos de exportação de animais vivos. Possivelmente este problema deve persistir nos próximos anos. Os principais clientes em 2009 foram o Kuwait (27%), o Bahrain (21%), a Arábia Saudita (16%) e a Jordânia (13%). O preço médio alcançado foi de US\$ 71 por cabeça, superior aos US\$ 64 por cabeça de 2008. Ver a subseção 5.1. *Comércio internacional de ovinos vivos* para maiores informações.

Os produtores de ovinos fundaram o *Sheepmeat Council of Australia* (SCA) em 1978, com a finalidade de representar e promover os interesses dos produtores de carne ovina. Sua atividade é voltada ao desenvolvimento de políticas públicas e influência de decisões governamentais.

O SCA faz parte do *Meat & Livestock Australia* (MLA), que é uma iniciativa dos produtores de carne vermelha, que trabalha em parceria com o governo e com a indústria, para estimular a rentabilidade de toda a cadeia produtiva. Algumas metas permanentes do MLA são aumentar o consumo de carne vermelha e garantir acesso ao mercado dos diferentes países.

Uma das funções mais valorizadas do MLA é o fornecimento de estatísticas e informações ao mercado. Assim, são editados boletins semanais sobre a carne ovina e sobre a lã.

O bem-estar animal e a rastreabilidade são temas que ocupam a cadeia e que se apresentam como desafios para os próximos anos. Foi editada pelo governo uma longa lista de padrões de cuidados com os animais para serem seguidos pelos criadores de ovinos. Ao mesmo tempo, desde 2006, o programa nacional de rastreabilidade, chamado *National Livestock Identification System*, é obrigatório para os criadores de ovinos.

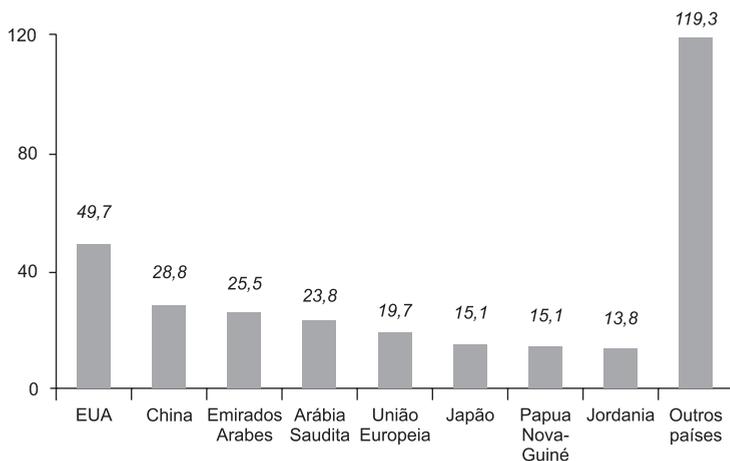
A finalidade é garantir que os consumidores, principalmente estrangeiros, tenham confiança na reputação da Austrália como produtora de carne vermelha segura e com isso se garanta o acesso aos mercados mais exigentes.

O produto australiano tem destinos diversificados, tendo sido exportado para 105 países em 2009. Os EUA são o maior mercado, no entanto significou menos de 13% do total. A União Européia, crucial para a Nova Zelândia, representa apenas 5% das expedições australianas.



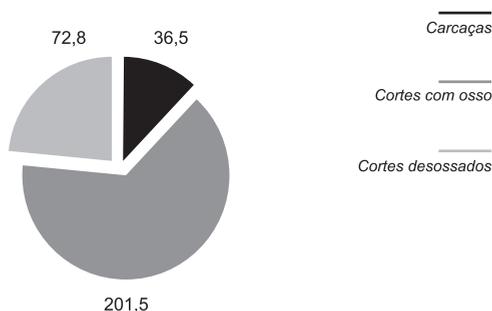
G 5.III.
Destino das exportações
australianas, em
2009 (mil t).

Fonte: Comtrade; Meat
and Livestock Australia,
2009.



G 6.III.
Cortes exportados
- Austrália, em
2009 (mil t).

Fonte: Australian Bureau
of Statistics; Meat and
Livestock Australia, 2010.



3.2. Nova Zelândia

A Nova Zelândia é o terceiro maior produtor de lã, respondendo por cerca de 13% do volume total. As exportações anuais atingem cerca de US\$ 700 milhões. De carne ovina, o país é responsável por 7% da produção mundial, mas por 38% das exportações, e esse mercado gera mais de US\$ 1,5 bilhões em divisas anuais.



A Nova Zelândia é um arquipélago, com área total de 268.680 km², e um território montanhoso e bastante frio em sua maioria. A predominância é de solos rasos, que são impróprios para agricultura, mas perfeitos para a pecuária.

T 10.III.
Rebanho da
Nova Zelândia
(milhões de cab.).

Fonte: Statistics New
Zealand, 2010.

Ano	Ovelhas em reprodução	Borregas em reprodução	Ovinos Total
2001	27,8		40,0
2002	26,8	2,4	39,6
2003	27,1	2,3	39,6
2004	26,7	2,7	39,3
2005	26,4	3,1	39,9
2006	26,9	3,0	40,1

T 10.III.
continuação...

Ano	Ovelhas em reprodução	Borregas em reprodução	Ovinos Total
2007	26,1	2,5	38,5
2008	23,5	1,5	34,1
2009	22,7	1,8	33,1

A diminuição constante do rebanho ovino nos últimos 20 anos tem quatro causas principais. O decréscimo inicial foi motivado pela crise do preço da lã, que nos últimos anos, teve como agravantes principalmente a seca persistente, o aumento do rebanho de vacas leiteiras e a destinação de áreas para reflorestamento. A partir de 2008 foram impostas restrições legais ao aumento das áreas de florestas plantadas, para evitar que o país perdesse sua base econômica principal, que são os pastos.

Com área total de 26,8 milhões de hectares, apenas 14,7 são agricultáveis e, ainda, destes, 11 milhões são utilizados com pastagens e forrageiras. O tamanho médio da propriedade rural no país é de 232 hectares, sendo 46% destinados à criação de bovinos de corte e ovinos.

A Nova Zelândia orgulha-se de seu *status* sanitário e realiza esforços constantes para manter as vantagens de ser um país isolado de doenças. A preocupação nacional com a sanidade animal, especialmente com a febre aftosa e a BSE, é bastante grande e em toda parte se veem avisos sobre a necessidade de se manter o país como um “paraíso livre de doenças”.

A rastreabilidade, chamada na Nova Zelândia de *National Animal Identification and Tracing* (NAIT) é obrigatória apenas para gado bovino e para os cervídeos (animais dos quais a Nova Zelândia é líder mundial na criação e produção). Os ovinos deverão ser incluídos no NAIT a partir de 2012 ou 2014, conforme terminar a adaptação do chip com radiofrequência nos bovinos e cervos.

É uma forte preocupação governamental induzir a modernização da produção, de forma a obter menor impacto ambiental, melhor manejo da água disponível e diminuir a emissão de gases que causam efeito estufa, como o carbono.

A idéia da pegada de carbono está sendo usada, por exemplo, para determinar o volume de carbono emitido por um quilo de carne de cordeiro produzida e embalada na Nova Zelândia e transportada para ser vendida e consumida no Reino Unido.

É bastante propagandeado o fato de os animais serem criados a pasto e serem suplementados somente com produtos ve-



getais, como silagem e feno. De fato, a rotação de pastagens é a regra no país inteiro e todas as propriedades costumam trabalhar com alta quantidade de animais por hectare. A preocupação com o bem-estar animal é grande no país, como forma de atender às novas demandas do mercado consumidor mundial. Ao mesmo tempo, a busca por eficiência econômica faz da Nova Zelândia uma referência em administração rural.

T 11.III. Eficiência reprodutiva de ovelhas na Nova Zelândia (milhões de cab.).						
	2005	2006	2007	2008	2009	
Total de ovinos	39,9	40,1	38,5	34,1	33,1	
Fêmeas em reprodução	29,5	29,9	28,6	25,0	24,5	
Cordeiros marcados	33,2	33,8	33,0	31,0	28,0	
Prolificidade (%)	112	113	115	124	114	

Fonte: Statistics New Zealand, 2010.

As principais indústrias pertencem às cooperativas de produtores. São 19 empresas com autorização de exportar que operam 36 plantas, no país inteiro, nenhuma delas mais distante que 250 km de algum dos 11 portos de exportação de carne do país. As maiores empresas são: AFFCO Holdings; Alliance Group; ANZCO Foods e Silver Fern Farms, que contam com cerca de 18 mil empregados e respondem por mais de 3/4 da exportação.

T 12.III. Abate inspecionado (milhões de cab.).	2006		2007		2008		2009	
	Cab.	Mil t						
Cordeiros	25,78	438,5	26,92	452,7	27,08	446,4	22,62	397,5
Ovinos adultos	4,22	103,7	5,00	120,5	6,52	151,7	4,19	101,9
Total	30,00	542,2	31,92	573,2	33,6	598,1	26,81	499,4

Fonte: Ministry of Agriculture and Forestry, 2010.

Esta diminuição na quantidade de animais adultos entre 2008 e 2009 é apontada como um sinal de que os criadores estão retendo mais fêmeas, na expectativa de aumento de preço nos próximos anos.

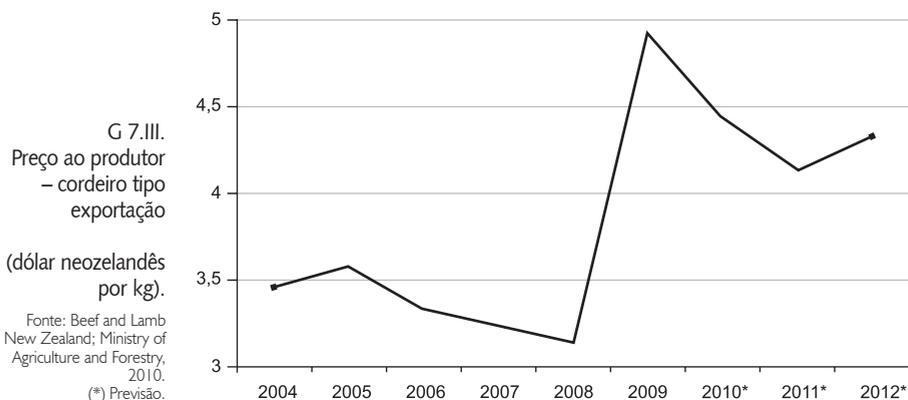
A ociosidade no abate de ovinos é calculada em cerca de 45% da capacidade industrial, e isso está levando ao fechamento de algumas unidades menores e mais antigas.

Devido a esta ociosidade, as indústrias estão tentando garantir o suprimento de matéria-prima através de contratos de fornecimento com os criadores, já que o costume no país é a venda no mercado à vista. Porém, apenas os produtores especializados na engorda que estão comercializando parte de sua

produção através de contratos e, mesmo assim, deixando para vender no mercado à vista o maior volume.

Usualmente, a indústria paga o produtor com prazo de 14 dias após a retirada dos animais da propriedade. Algumas indústrias pagam bonificação para os criadores que entregam sua produção com regularidade, criando uma relação de confiança entre fornecedor e processador.

O pagamento ao produtor se dá com base num sistema de classificação de carcaças adotado em 2003. Este modelo permite uma remuneração mais adequada para os criadores que entregam animais melhores para o abate. Leva-se em conta a conformação da carcaça, a quantidade de gordura e o peso. É considerado “cordeiro” o animal com menos de um ano de idade e sem nenhum dente permanente.



	A	Y	P	T	F	C	M
Gordura	Quase sem	Pouca	Média	Muita	Excessiva		
Cobertura de gordura		YL até 6 mm	PL 7 a 12 mm				
		YM até 7 mm	PM > 12 mm	9 a 12 mm	> 15 mm		
		YX até 9 mm	PX 9 a 12 mm				
Peso até 9,1 kg	A						
T 13.III. Classificação de carcaça de cordeiros.	9,1 – 13,3	YL	PL	TL	FL	CL	
	13,3 – 17,1		YM	PM	TM	FM	CM M
	17,1 – 21,3		YX	PX	TH	FH	CH
	> 21,3			PH			

Fonte: New Zealand Meat Classification Authority, 2003.



Os cordeiros com classificação C (*cut*) e M (*manufactured*) ou os adultos com classificação MP (*mutton processor*) apresentam defeitos que impedem que sejam exportados na forma de carcaça, sendo encaminhados para cortes ou então carne enlatada.

	MM	MX	ML	MH	MF	MP
T 14.III. Classificação de carcaça de animais adultos.	Gordura	Quase sem	Pouca	Média	Muita	Excessiva
	Cobertura de gordura	Até 2 mm	2 a 9 mm	9 a 17 mm	17 a 25 mm	> 25 mm
	Peso até 23,3 kg		MX1	ML1		
	> 23,3		MX2	ML2		

Fonte: New Zealand Meat Classification Authority, 2003.

T 15.III.
Tamanho das carcaças dos animais de exportação.

Fonte: Beef and Lamb New Zealand; Ministry of Agriculture and Forestry, 2010.
(*) Previsão.

	2005	2006	2007	2008	2009	2010 *
Cordeiros (kg/cab.)	17,5	17,2	16,8	16,5	17,7	17,5
Animais adultos (kg/cab.)	24,7	24,6	23,8	23,2	24,3	24,6

O *Beef and Lamb New Zealand* (B+LNZ) é uma entidade fundada por produtores, sustentada com uma contribuição por animal abatido. Representa os produtores de carne vermelha e de lã do país. Esta entidade é sucessora da *New Zealand Meat and Wool*, que deixou de existir em 2009, quando os produtores de lã resolveram retirar-se da associação.

O B+LNZ possui alta representatividade dentro da cadeia produtiva e diversas atribuições, como:

- disseminação de tecnologia e treinamento de pessoal para a propriedade rural;
- desenvolvimento de estratégias de *marketing* para a cadeia da carne;
- geração de informações de apoio à tomada de decisão.

Ainda, o B+LNZ faz um trabalho importante de promoção da carne ovina da Nova Zelândia junto a mercados-chave, editando publicações dirigidas e inclusive mantendo sítios de internet na França, Alemanha, China, Japão e Coréia do Sul, nas respectivas línguas locais.

F 4.III.
Carne ovina Halal
enlatada – Nova
Zelândia.



A cadeia da carne da Nova Zelândia depende das exportações e grande parte dos países importadores utiliza barreiras tarifárias e/ou subsídios para proteger seus produtores. Dessa forma, o governo neozelandês, junto a entidades, como o B+LNZ e a *Meat Industry Association* (MIA), procuram negociar acordos bilaterais de livre-comércio com vários países, para reduzir as tarifas de importação, as barreiras sanitárias entre outros entraves à exportação.

Acordos de livre-comércio foram estabelecidos recentemente com a China, com Hong Kong e com a Associação de Nações do Sudeste Asiático. Ao mesmo tempo, a Nova Zelândia mantém uma equipe trabalhando fortemente na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio, para garantir maior acesso internacional aos produtos do país. Estão em negociação adiantada acordos de livre-comércio com os seguintes países/órgãos: Estados Unidos, Coréia do Sul, Índia e com o Conselho de Cooperação do Golfo Pérsico.

A marca *New Zealand Rosette* foi adotada em 1923 e é usada até hoje, sendo símbolo de carne de qualidade nos principais mercados do mundo. O selo é traduzido para facilitar a identificação dos consumidores chineses e japoneses, mostrando o foco que os neozelandeses tem em atender adequadamente aos seus mercados.

E a Nova Zelândia, ainda, toma iniciativas que evitam o surgimento de limitações ao comércio internacional, como, por exemplo, para determinar:

- a produção exata de gases que causam o efeito estufa na cadeia da carne ovina, da fazenda ao consumidor;
- apontar maneiras concretas de minimizar o impacto.

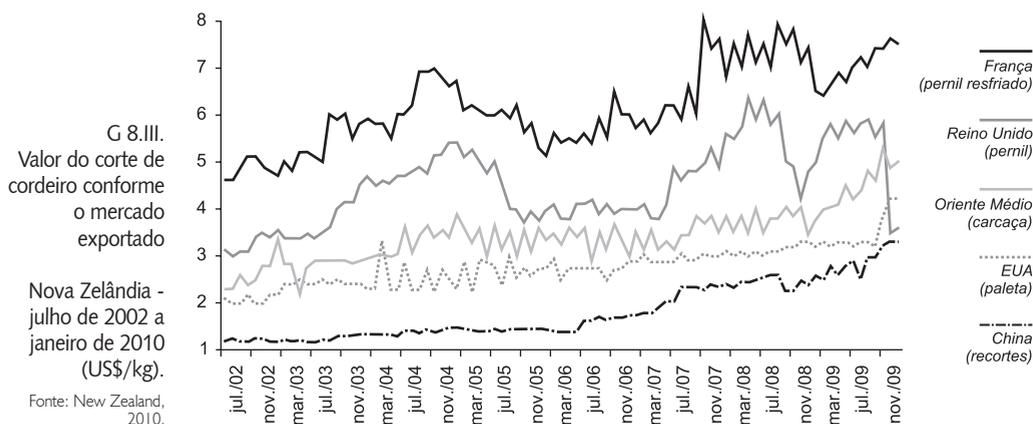


Selo de qualidade,
Nova Zelândia.



O maior mercado da carne ovina neozelandesa é a União Européia e, em parceria com grandes grupos varejistas do Reino Unido, França e Alemanha, os exportadores mantêm um sistema de comunicação permanente com os consumidores, reforçando a boa imagem da carne ovina do país.

O preço logrado pelos cortes de cordeiro da Nova Zelândia são bastante variáveis conforme o mercado alcançado, mas vêm subindo de forma consistente há oito anos. Inclusive os recortes de carne de cordeiro, exportados para a China, obtiveram valorização significativa, já se aproximando da paleta de cordeiro exportada aos EUA.

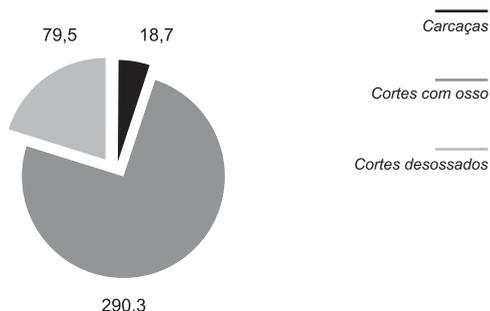


Os frigoríficos e os distribuidores vêm respondendo com sucesso às mudanças no mercado consumidor, tanto em relação à exigências de consumidores como o relativo à competição com outras fontes de proteína.

São constantes os avanços em higiene, embalagem, apresentação e distribuição. Com isso, as exportações vêm cada vez mais sendo focadas em cortes e cada vez menos em carcaças congeladas, que são menos lucrativas. Os cortes podem ser colocados diretamente à venda no varejo, reduzindo o trabalho dos distribuidores e agregando valor na origem.

G 9.III.
Cortes exportados
– Nova Zelândia,
em 2009(mil t).

Fonte: New Zealand,
2010.

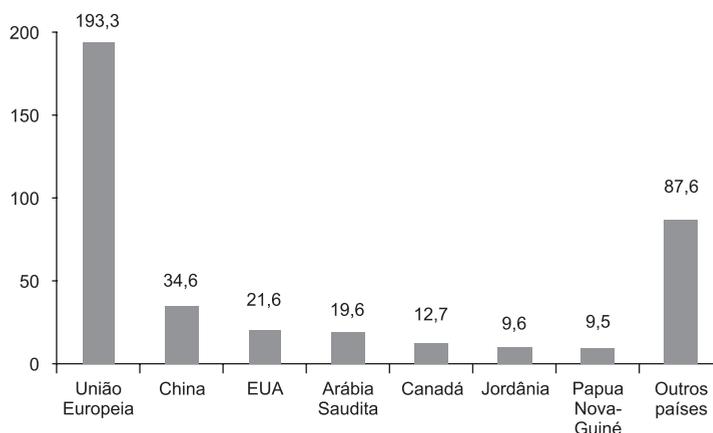


A União Européia dá acesso preferencial em seu mercado à Nova Zelândia, através de uma cota de 228 mil toneladas anuais, representando cerca de 85% das importações daquele grupo de países. Ao mesmo tempo, a Nova Zelândia faz esforços para diminuir a importância do mercado do Reino Unido em suas exportações de carne ovina. Na década de 1970, o Reino Unido representava mais de 2/3 das vendas externas da Nova Zelândia. Em 2009, foi responsável por menos de 23% do volume da carne ovina exportada pelos neozelandeses. Enquanto isso, França e Alemanha ganharam importância e já representam 15% das exportações da Nova Zelândia.

Assim, a União Européia, em conjunto, representa metade das exportações da Nova Zelândia. A China vem em segundo lugar em volume, mas perde em valor de exportação para os Estados Unidos. A crise econômica nos EUA foi responsável por uma diminuição na quantidade de carne ovina exportada para o mercado norte-americano em 2009.

G 10.III.
Destino das
exportações –
Nova Zelândia, em
2009 (mil t).

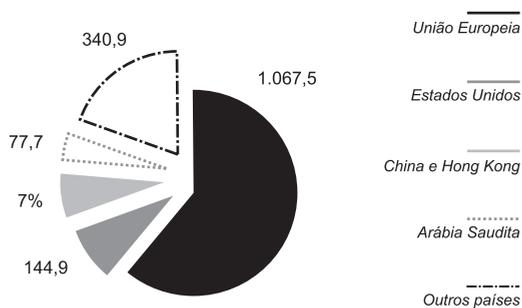
Fonte: Beef and Lamb
New Zealand, 2010.



Se for levar em conta o valor das exportações, a União Européia tem importância ainda maior nas exportações neozelandesas, chegando a quase 2/3 do total.

G 11.III.
 Valor das
 exportações por
 destino – Nova
 Zelândia –
 Março
 de 2009 a março
 de 2010 (milhões
 de US\$).

Fonte: New Zealand,
 2010.



IV.

União Européia

O principal mercado

A União Européia* é ator importante no mercado de carne ovina. Além de ser o maior importador, também é o segundo polo de produção e o segundo mercado consumidor. Devido à dimensão das importações européias, o mercado local tem grande importância no balizamento de preços e nas estratégias produtivas e comerciais dos exportadores que dirigem sua carne ovina para o Velho Continente, como é o caso da Nova Zelândia, principalmente. Quaisquer mudanças, tanto na dinâmica de consumo quanto na esfera das políticas agrícola ou sanitária do bloco, possuem efeitos que impactam nos preços obtidos pelos produtores do mundo todo e influenciam as tendências no mercado internacional de carne ovina. Como o rebanho tem apresentado uma queda contínua nos últimos anos, as importações devem ter cada vez mais importância no abastecimento do bloco.

Os maiores rebanhos se encontram no Reino Unido e na Espanha, que juntos detêm quase metade da população ovina. Na França, na Itália e na Grécia (que respondem em conjunto por mais de 1/4 do rebanho europeu), a ovinocultura é orientada para a produção de leite e queijo, com a produção de carne vinculada ao comércio de cordeiros leves (peso de carcaça inferior a 13 kg). Nesses três países, a estabilidade do rebanho observada nos últimos anos, é resultado da boa rentabilidade da produção de leite, utilizado para confeccionar queijos de alto valor agregado. Na Espanha, o rebanho ovino apresenta uma tendência de retração desde 2007, com o agravamento da crise causada pela doença da língua azul. Dentre os novos membros da UE-27, apenas a Romênia possui efetivos significativos.

T 1.IV.		1990	2000	2005	2009
Rebanho ovino na UE-27 (milhões de cab.).	Reino Unido	43,8	42,3	23,7	21,0
	Espanha	22,7	24,0	22,5	19,5
	Grécia	8,7	9,0	8,7	8,9

Fonte: Eurostat, 2010.



O continente Europeu é composto por 50 países, e inclui parte da Rússia (que compreende 40% do território da Europa). Tem 10.498.000 km² com variados ambientes de clima frio.

*
A União Européia (UE-27) é uma união aduaneira que possui uma política comercial comum e é composta por 27 estados-membros desde 2007: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslovênia, Eslováquia, Estônia, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Itália, Irlanda, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia. Existe total liberdade de comércio de bens e serviços entre os países participantes.

T 1.IV. continuação...	1990	2000	2005	2009
Romênia	15,4	8,1	7,6	9,4
Itália	10,8	11,0	8,0	8,0
França	11,2	9,6	8,8	7,5
Demais países	30,7	18,7	16,9	16,1
Total	143,3	122,7	96,2	90,4

O decréscimo do rebanho de ovinos de corte dos principais países produtores da União Europeia é primordialmente ligado a três fatores:

- a) Na maioria dos Estados-membros, a ovinocultura é concentrada nas regiões mais desfavorecidas em relevo e clima. Durante séculos, a ovinocultura foi vista como uma atividade capaz de contribuir para manter a ocupação agrícola destas regiões. Hoje, a atividade não consegue mais atrair os jovens ao meio rural;
- b) Até a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), implementada em 2005, os ovinocultores do bloco recebiam um subsídio por animal. A reforma determinou a desvinculação parcial do pagamento anual dos subsídios ao número de ovelhas, resultando em maior retração do rebanho e da produção (os produtores recebem um pagamento único, sem necessidade de ter uma determinada quantidade de ovelhas);
- c) O terceiro fator é sanitário. O surto de febre aftosa, que atingiu o Reino Unido e alguns outros países europeus em 2001, afetou drasticamente a ovinocultura por causa de medidas sanitárias e comerciais, ocasionando uma redução de quase 10% no efetivo ovino nos primeiros anos da década. Além disso, a ocorrência de surtos da doença da língua azul na Península Ibérica, a partir de 2004, e mais recentemente no norte da Europa, juntamente com novos surtos de febre aftosa em 2007, acentuaram os efeitos negativos sobre a produção, o comércio e o consumo europeus.

Os subsídios são recebidos pelos ovinocultores através de dois mecanismos:

- O primeiro, ligado ao regime relativo ao mercado interno, até recentemente, abrangia pagamentos diretos à produção, pagamentos complementares e um dispositivo de apoio ao armazenamento privado.



- O segundo mecanismo, indireto, é resultado das barreiras tarifárias, que têm como efeito a formação de preços internos mais elevados do que os praticados no mercado internacional.

O dispositivo principal de apoio aos produtores foi por muito tempo o prêmio pago por animal. Para receber essa ajuda, o criador deveria manter no mínimo 10 ovelhas na propriedade. O montante do prêmio era de 21 euros por ovelha e de 16,8 euros por animal no caso dos produtores que comercializavam leite ou produtos lácteos de ovelha. Um prêmio complementar era pago nas regiões em que a produção de ovinos constituía-se em atividade tradicional. O montante deste prêmio era de 7 euros por ovelha. O pagamento desses prêmios estava sujeito a um limite individual por produtor, ligado ao seu histórico de produção.

Além desses prêmios, as autoridades européias podiam conceder uma ajuda ao armazenamento privado em algumas situações. No caso da carne ovina, tratava-se da única forma de intervenção direta no mercado.

Em 2005, a UE começou a implementar uma reforma profunda da PAC, tal que seus produtores rurais passaram a receber um apoio fixo anual, equivalente à média ponderada do montante de subsídios que tinham recebido nos anos 2000 a 2002. No caso da ovinocultura de corte, a maioria dos Estados-membros optou por um regime transitório, com desligamento de apenas 50%. Assim, para receberem o mesmo montante que recebiam antes, os produtores tiveram de continuar a produzir. Caso contrário, recebiam apenas metade do apoio. A nova lógica passou também por um maior apoio às medidas agroambientais. A reforma da PAC criou uma redução progressiva do montante global a receber pelo produtor, que acabou afetando aqueles que recebem mais de 5 mil euros anuais.

Devido a esse desligamento parcial das ajudas, tornou-se mais difícil determinar o montante dos subsídios recebidos pelos ovinocultores. A partir dos dados disponibilizados pela Comissão Européia e referentes aos anos anteriores à implementação da reforma, chegou-se às seguintes avaliações:

- a) Os rendimentos agrícolas no setor da ovinocultura de corte encontram-se entre os mais baixos na agricultura européia. Em 2006, o valor dos subsídios diretos pagos aos ovinocultores alcançou a marca de 950,4 milhões de euros, ou 2,8% do total das ajudas diretas recebidos pelos agropecuaristas europeus. Em 2005, com um rebanho elegível de 6,5 milhões de ovelhas, os ovinocultores



franceses receberam um subsídio total de 170,5 milhões de euros, significando 26 euros por animal. Como comparação, o bovinocultor podia receber um subsídio médio de 279 euros por cabeça.

- b) Devido à importância do rebanho ovino britânico, os ovinocultores do Reino Unido têm sido os principais beneficiários da política europeia de apoio à ovinocultura de corte. Em todas as regiões do país, o subsídio recebido da UE-27 tem constituído-se no elemento central da rentabilidade da atividade. Um estudo realizado pelo Ministério da Agricultura do Reino Unido (DEFRA) mostra que as ajudas diretas recebidas representam uma parcela significativa do faturamento bruto das propriedades especializadas nas *hills* e *uplands* do Reino Unido.
- c) O pacote da dissociação, introduzido na reforma da PAC, contribuiu para o declínio na produção do bloco europeu. Sendo assim, é muito provável que a revisão da PAC levará os Estados-membros à decisão de canalizar mais apoio financeiro direto para a produção de carne de ovinos.

	Hills	Uplands	Lowlands
Amostra (propriedades)	242	82	38
Rebanho ovino médio	849	547	411
<i>Produtos da empresa</i>	<i>Libra/ovelha</i>	<i>Libra/ovelha</i>	<i>Libra/ovelha</i>
Venda de cordeiros	32,28	53,09	58,10
Venda de outros ovinos	8,65	7,49	6,35
Venda de lã	1,16	1,33	1,51
Subsídios	23,55	20,51	14,68
Compra de animais	- 4,77	- 7,97	- 8,98
Total	60,87	74,45	71,66
<i>Custo operacional</i>	<i>Libra/ovelha</i>	<i>Libra/ovelha</i>	<i>Libra/ovelha</i>
Concentrado	7,90	9,17	7,56
Animais de reposição	2,37	0,87	0,45
Serviços veterinários e medicamentos	2,72	3,04	2,83
Demais custos do rebanho	3,25	3,95	5,06
Produção de forragem	7,42	9,89	7,35
Total	23,66	26,92	23,25
<i>Margem bruta</i>	<i>37,21</i>	<i>47,53</i>	<i>48,41</i>
<i>Margem bruta sem subsídios</i>	<i>13,66</i>	<i>27,02</i>	<i>33,73</i>

T 2.IV.
Impacto dos subsídios europeus e nacionais sobre a rentabilidade da ovinocultura de corte no Reino Unido.

Fonte: Defra, 2008.

Mesmo com subsídios, a produção de ovinos continua caindo, porém mais lentamente nos últimos anos. Os maiores produtores da UE-27 são o Reino Unido, Espanha, França e Itália, responsáveis por cerca de 2/3 da produção regional. O abate de cordeiros representa cerca de 80% do abate total de ovinos.

T 3.IV.
Abate de ovinos
– União Européia
(milhões de cab.).

Fonte: Eblex; Eurostat;
Institut de L'Élevage,
2009.

	Cordeiros			Ovinos adultos		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
Reino Unido	14,1	13,6	14,4	2,3	2,2	2,3
Espanha	18,0	16,2	13,0	0,7	0,9	0,8
Grécia	6,1	5,9	5,9	0,9	0,9	0,9
Itália	5,4	5,3	5,0	1,2	1,2	1,2
França	5,7	5,6	5,2	0,8	0,7	0,8
Romênia	3,2	2,9	3,3	3,0	3,1	2,3
Irlanda	3,0	2,8	2,5	0,5	0,4	0,4
Outros países	3,5	3,5	3,9	3,0	3,1	2,7
UE-27	59,0	55,8	53,2	12,4	12,5	11,4

Os animais abatidos na Romênia, Grécia e Espanha são de tamanho bem menor do que os abatidos na Irlanda e Reino Unido. A Romênia é o único país onde a produção de carne de cordeiro é inferior à produção de carne de ovinos adultos.

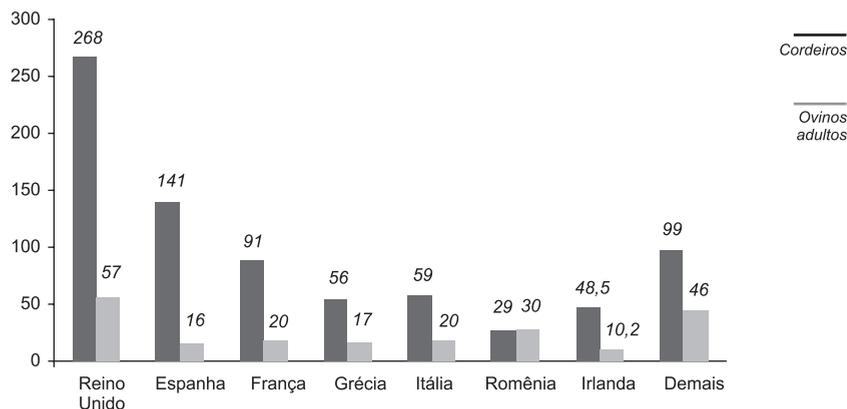
T 4.IV.
Peso de carcaça
na União Européia,
em 2008 (kg).

Fonte: Eblex; Eurostat;
Institut de L'Élevage,
2009.

	Reino Unido	Espanha	França	Grécia	Itália	Romênia	Irlanda
Cordeiros	18,6	10,9	17,5	9,5	11,8	8,9	19,4
Adultos	24,8	20,0	22,2	18,9	16,7	13,0	25,5

G 1.IV.
Produção de carne
– União Européia
-2008 (mil t).

Fonte: Eblex; Eurostat;
Institut de L'Élevage,
2009.



Todas as projeções apontam para uma tendência decrescente da produção europeia nos próximos anos. Já que o consumo deve diminuir menos que a produção, é provável que a União Europeia vá depender cada vez mais da carne ovina importada para abastecer seu mercado interno.

Nos últimos dez anos registrou-se uma tendência à diminuição do consumo nos países que formavam a UE-15 (o consumo *per capita* passou de 3,7 kg em 1997 a 3,2 kg em 2007). Ao mesmo tempo, a demanda por carne ovina nos novos Estados-membros é baixa e não tende a desenvolver-se a médio prazo. O consumo nesses países é de menos de um quilo por habitante por ano. No entanto, o consumo *per capita* é bastante variável entre os principais países da UE-27.

T 5.IV.
Balança oferta-
demanda – carne
ovina – UE-27.

Fonte: European
Commission, 2010.
(*) Estados-membros
mais antigos.
(**) Estados-membros
mais novos.

Mil t	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Produção	1.123	1.094	1.022	1.021	1.011	1.009	1.003	998	993
Importação	274	272	272	270	271	272	273	275	276
Exportações	4	7	7	8	8	8	8	8	8
Consumo total	1.393	1.359	1.286	1.283	1.274	1.273	1.268	1.264	1.261
Consumo <i>per capita</i> (kg)	2,8	2,8	2,6	2,6	2,6	2,5	2,5	2,5	2,5
Consumo <i>per capita</i> UE-15 (kg) *	3,3	3,2	3,1	3,0	3,0	3,0	3,0	2,9	2,9
Consumo <i>per capita</i> UE novos 12 países (kg) **	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8

Nos últimos dez anos, registrou-se uma tendência na diminuição do consumo nos países que formavam a UE-15 (cerca de 15% a menos no período). Ao mesmo tempo, a demanda por carne ovina nos novos Estados-membros é baixa e não tende a desenvolver-se a médio prazo. Com exceção da Bulgária (4,6 kg *per capita*), o consumo nesses países é de menos de um quilo por habitante por ano. Ao mesmo tempo, o consumo *per capita* é bastante variável entre os principais países da UE-27.

T 6.IV.
Consumo per
capita em alguns
países – carne
ovina – UE-27.

Fonte: Faostat; Beef and
Lamb New Zealand,
2010.

Alemanha	Espanha	Itália	França	Reino Unido
0,6	3,5	1,7	3,6	6,0

Esta tendência à redução do consumo nos principais países consumidores da UE-27 está ligada a três fatores principais:

- própria diminuição da produção do bloco.
- fraca organização da cadeia produtiva que não chegou a se estruturar para produzir e comercializar cortes e produtos processados, adaptados às condições de vida dos consumidores de hoje.
- diversos problemas sanitários que afetam a produção, e não contribuem para melhorar a imagem da carne ovina junto aos consumidores.

Atualmente, a carne ovina é vista pelos europeus como uma carne festiva, cujos grandes picos de consumo coincidem com as principais festas religiosas cristãs ou muçulmanas.

As importações de carne ovina na União Européia são realizadas quase que unicamente pela utilização de cotas tarifárias, que não estão sujeitas a pagamento de impostos de importação.

Para países como Chile e Islândia, ocorreu um aumento da cota de exportação de carne ovina nos últimos anos, em função de acordos de parceria comercial assinados com a UE-27.

	2007		2008		2009	
	Disponível	Utilizada	Disponível	Utilizada	Disponível	Utilizada
Argentina	23,0	5,6	23,0	5,7	23,0	7,4
Austrália	18,8	18,1	18,8	18,6	18,8	18,4
Chile	5,8	4,5	6,0	3,6	6,2	5,3
Islândia	1,7	0,7	1,9	1,2	1,9	1,7
Noruega	0,3	0	0,3	0	0,3	0
Nova Zelândia	227,9	225,9	227,9	226,0	227,9	223,9
Uruguai	5,8	5,8	5,8	5,7	5,8	5,7
Outros países	1,2	0,1	0,6	0	0,6	0
Total	284,5	260,7	284,2	260,7	284,5	262,3

T 7.IV.
Cotas tarifárias
para carne ovina
(mil t eq.-carçaça).
Fonte: DG-Agri European
Commission, 2010.

As alíquotas cobradas sobre as importações extra-cotas são muito elevadas, o que costuma inviabilizar este tipo de operação. Portanto, para ser competitivo na UE-27 o país deve possuir cotas de exportação de carne ovina para o bloco.

As restrições comerciais praticadas pela UE-27 não se limitam às barreiras tarifárias. Para poder exportar carne ovina para o mercado do bloco, os terceiros países devem receber inspeção do Ofício Veterinário da União Européia. Essas missões têm como objetivo verificar se o país exportador e seus frigorí-



ficos seguem padrões e procedimentos de segurança sanitária equivalentes aos padrões da UE. O país exportador deve ter uma autoridade competente reconhecida pela União Européia como capaz de implementar e de monitorar a implementação dos requisitos exigidos pela UE.

Para autorizar as importações, a Comissão Européia leva em consideração o estatuto sanitário do país exportador, principalmente em relação à febre aftosa, à encefalopatia espongiforme bovina e ao *scrapie* no caso de ovinos. A UE pode reconhecer parte de um país como livre de uma enfermidade. Também exige a implementação de planos de controle de resíduos biológicos, como hormônios, medicamentos e contaminantes em produtos de origem animal. Nos últimos anos, começou a impor normas que dizem respeito ao bem-estar animal, demanda cada vez mais importante para os consumidores do continente.

Os cortes e as carnes refrigeradas, que costumam ter valor agregado maior, têm alcançado participação crescente nas compras externas da UE-27.

T 8.IV.
Valor por corte importado na União Européia, em 2009.

	US\$ por tonelada
Carcaças	3.520
Cortes com osso	5.456
Cortes desossados	4.850

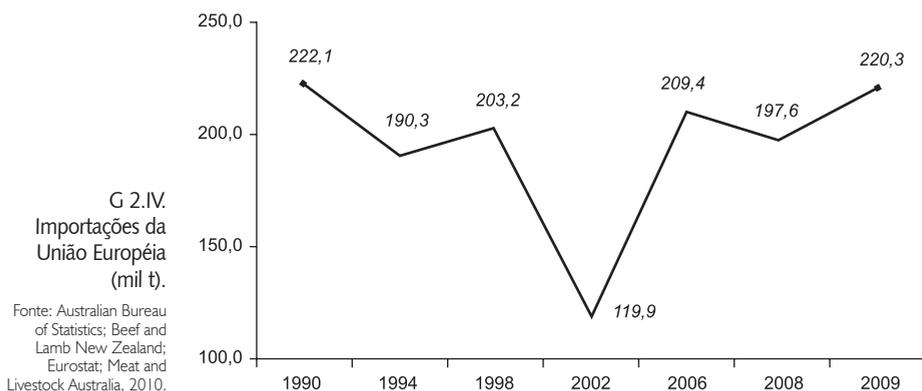
Fonte: Australian Bureau of Statistics; Beef and Lamb New Zealand; Eurostat; Meat and Livestock Australia, 2010.

T 9.IV.
Valor por tipo de conservação na União Européia, em 2009.

	US\$ por tonelada
Resfriado	6.234
Congelado	4.642

Fonte: Australian Bureau of Statistics; Beef and Lamb New Zealand; Eurostat; Meat and Livestock Australia, 2010.

As exportações extra-comunitárias de carne ovina representam um volume quase inexpressivo. Porém, o comércio intracomunitário é ativo, sendo o Reino Unido e a Irlanda os principais exportadores.



No que diz respeito à organização da cadeia produtiva e às diversas etapas de abate, processamento e comercialização, cada Estado-membro da União Européia apresenta características específicas. Por esse motivo, optou-se por apresentar com profundidade a situação de três países, que ilustram muito bem a situação da UE-27 com a carne ovina.

4.1. França

Existem cerca de 64 mil propriedades especializadas em ovinocultura na França, sendo suficiente para produzir menos da metade do consumo interno de carne ovina. O rebanho médio é pequeno, cerca de 70 ovelhas, e a localização preferencial está no sul do país. As associações de ovinocultores têm como objetivo principal único a organização da venda para matadouros locais.

São mais de 200 abatedouros, sendo que metade é administrada por prefeituras, nos moldes do que ocorre no nordeste do Brasil. Os abatedouros privados são quase todos de pequeno porte, de propriedade familiar e fazem apenas os cortes tradicionais, sem requintes de processamento. A indústria com maior capacidade do país processa no máximo 400 mil cabeças por ano. A verdade é que a constante diminuição do rebanho colocou em dificuldade todas as empresas frigoríficas da França.

Os abatedouros repassam a carne ovina a empresas atacadistas regionais ou a cooperativas de ovinocultores que se encarregam de distribuir ao varejo. Cerca de 55% da carne ovina é vendida em supermercados, enquanto 30% é comercializada via restaurantes. Uma parte do escoamento da produção se dá através da venda direta ao consumidor, principalmente quando a região de origem é protegida por selos de qualidade.



A França, com uma área de 543.965 km², tem uma pecuária muito forte e tradicional, conduzida em propriedades relativamente pequenas, e explorada nas regiões mais secas ou mais montanhosas do país.



Na França, além de diversas associações regionais de promoção de raças e de sindicatos de ovinocultura, os integrantes da cadeia tiveram participação significativa na criação da *Association Nationale Interprofessionale du Bétail et des Viandes – Ovins* (Interbev-Ovins). Essa associação de direito privado visa a incentivar parcerias comerciais entre os diversos elos da cadeia, promover a carne de ovinos e montar programas de pesquisa com base nas demandas do setor. A cadeia de ovinocultura recebe também o apoio do *Institut de l'élevage* (II). O II é uma associação privada subsidiada pelo governo. Presta serviço a todos os elos das cadeias produtivas ligadas às carnes vermelhas, para melhorar a competitividade da pecuária.

4.2. Espanha

A maior parte do rebanho está concentrada no oeste do país, na divisa com Portugal. O tamanho médio do rebanho é de 230 cabeças por produtor. No entanto, cerca de 45% dos proprietários tem rebanhos com menos de 100 ovinos. São cerca de 80 mil propriedades que se dedicam à criação de ovinos no país.

Na Espanha, o rebanho é fortemente centrado em fêmeas, que representam 81% das 20 milhões de cabeças. Apesar de a produção de leite ovino ser importante no país, apenas 18% das ovelhas são de raças leiteiras.

Ainda se pratica a transumância na Espanha, apesar de ser cada vez mais rara esta prática. Isso quer dizer que parte do rebanho é transferida às regiões mais altas durante o verão, em busca de melhores pastos.

Na Espanha, a ovinocultura tem uma importância social, pela ocupação da mão-de-obra familiar e pelo povoamento das regiões mais distantes e desfavorecidas. Apenas 11% das propriedades conta com pessoal assalariado.

Muitos dos cordeiros abatidos são superjovens, oriundos da produção leiteira. Este tipo de cordeiro é chamado de “*lechal*” e deve ter menos de 6 kg de carcaça. Quando o cordeiro tem até 13 kg de carcaça é chamado de “*pascual*” e se tiver mais de 13 kg chama-se “*ovino mayor*”. O cordeiro *lechal* representa 16% da produção; o *ovino mayor*, 9%, e o *pascual*, 75% do total de carne ovina produzida na Espanha. Note-se que o cordeiro *lechal* vale aproximadamente 1,5 vezes mais do que o *pascual* e o pico de preço ocorre nos meses de setembro e outubro.



A Espanha, com uma área de 504.030 km², tem um território muito árido e montanhoso, onde se pratica a criação de ovinos e caprinos, principalmente em pequenas propriedades de cunho familiar.



Selo de qualidade.



Existem no país seis denominações de origem controlada, que na prática não conseguem um sobrepreço, pelo baixo volume de animais que é abatido usando o selo de qualidade. Os animais abatidos com selo de origem representam apenas 2% dos abates espanhóis.

T 10.IV.
Denominações de
origem de carne
ovina – Espanha,
em 2006.

Fonte: CCAE, 2007.

Denominação	Raças	Peso da carcaça (kg)	Carcaças certificadas (mil cab)
Ternasco de Aragón	Aragonesa, Ojinegra e Roya Bibilitana	10,5	141,8
Lechazo de Castilla León	Churra, Castellana e Ojalada	5,5 a 8	104,9
Cordero Manchego	Manchega	12	74,1
Cordero de Navarra	Navarra e Latxa	5 a 12	54,1
Cordero Lechal del País Vasco	Latxa e Carranza	7	27,4
Corderex	Merina e suas cruzas	9 a 14	25,0
Total			427,3

Quarenta empresas de abate de ovinos produzem quantidades significativas, mas somente uma delas produz mais de 10 mil toneladas anuais, enquanto outras seis produzem mais que 5 mil toneladas por ano. As 33 restantes movimentam cada uma entre mil e 4 mil toneladas anualmente.

A carne ovina representa em torno de 4% da carne consumida na Espanha. O preço ao produtor do cordeiro tipo *pascual* é cerca de 5 euros por quilo, que vai chegar ao consumidor custando perto de 12,50 euros/kg (com impostos incluídos). Entre 2004 e 2008, os preços da carne de cordeiro ao consumidor subiram cerca de 19%. Cerca de 50% da carne ovina espanhola chega ao consumidor por canais tradicionais de distribuição, como açougues e feiras livres. Mas a participação dos supermercados vem crescendo, principalmente pelo oferecimento de cortes de preparo mais fácil pelo consumidor moderno.



Selos de qualidade.



4.3. Reino Unido: o mercado-chave

O Reino Unido ocupa, ao mesmo tempo, a posição de maior produtor e de maior consumidor de carne ovina da União Européia. São mais de 75 mil propriedades agrícolas especializadas, localizadas principalmente no País de Gales e na Escócia.

A criação de ovinos estruturou-se em três formas de atividades complementares:

- a) nas regiões chamadas de *hills* (colinas), os pecuaristas especializaram-se na criação de ovelhas rústicas, de raças puras.
- b) nas *uplands* (terras altas), essas ovelhas rústicas foram cruzadas com carneiros com alto potencial reprodutivo.
- c) nas regiões chamadas de *lowlands* (planícies), as fêmeas produzidas a partir desses cruzamentos foram cobertas por carneiros de raças de corte, visando à produção de cordeiros.

Nas regiões de *hills* e de *uplands*, os sistemas de produção são desenvolvidos em propriedades de grande porte, com algumas centenas de hectares. Nessas regiões, onde se concentra 2/3 do rebanho nacional, as condições climáticas são favoráveis à utilização de pastagens naturais, resultando em custos de produção mais baixos. Nas regiões de *lowlands*, a ovinocultura de corte é praticada conjuntamente à pecuária bovina.

A comercialização para abate se dá através das cooperativas de ovinocultores, via atacadistas especializados ou através de leilões. Em 2006, quase metade dos cordeiros e ovinos adultos comercializados foram negociados por meio de leilões.

O Reino Unido contava com cerca de 250 frigoríficos especializados em abate de ovinos, sendo mais de 200 considerados de capacidade média ou baixa. As plantas de médio ou pequeno porte são operadas por empresas que atuam regionalmente e que estão agrupadas na Escócia e no País de Gales. O abate é concentrado, com as 10 maiores plantas do país respondendo por mais de 45% dos abates de ovinos. Esses grandes frigoríficos localizam-se perto dos maiores centros de consumo. A produção dos frigoríficos é vendida para atacadistas, que revendem o produto diretamente para o varejo ou utilizam mercados especializados em carne, como os de Smithfield, Liverpool, Manchester ou Birmingham. Nesses mercados, além dos compradores de empresas varejistas, operam também compradores especializados no atendimento ao setor de bares e restaurantes.



O Reino Unido tem uma área de 244.820 km² e é composto de quatro nações: Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales. É tradicionalmente o maior produtor pecuário da União Européia, com seus campos nativos extensos e impróprios para a agricultura de grãos e frutas.



A distribuição de carne ovina é realizada principalmente pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras que operam no mercado britânico, que responderam por mais de 2/3 das vendas de carne ovina no varejo em 2008.

O *Beef and Lamb in England* (EBLEX) é quem representa a cadeia da carne na Inglaterra, com o objetivo de aumentar a competitividade da cadeia e promover seus produtos. O *Meat Promotion Wales* tem funções semelhantes no País de Gales, enquanto este trabalho é realizado pelo *Quality Meat Scotland* na Escócia. Todas as entidades desenvolveram programas de boas práticas agropecuárias, com a aplicação de selos de qualidade.

A *National Sheep Association* é a entidade britânica que representa e defende os interesses dos ovinocultores de corte. Em nome dos seus integrantes, negocia com as autoridades governamentais, com os sindicatos agrícolas, com o EBLEX e com as instituições da UE-27.

Se o Brasil torne-se exportador de carne ovina nos próximos anos, é bem possível que o mercado europeu seja eleito como mercado alvo. Com efeito, ao contrário do que parecem apontar as últimas estatísticas, é muito provável que haja uma estabilização ou até um crescimento significativo do consumo nos próximos anos. Isso se deve à importância crescente do mercado de carne Halal na Europa. Por outro lado, é também pouco provável que a produção doméstica volte a crescer. Nessas condições, pode-se antecipar um aumento das importações do bloco.

Nesse cenário, o Reino Unido continuará ocupando uma posição de principal país importador da UE-27. A importância do consumo doméstico, o crescimento do mercado Halal no país e a tradicional disposição dos consumidores locais em aceitar novos produtos alimentícios importados são os principais motivos que devem levar os exportadores brasileiros a privilegiarem uma abordagem do mercado europeu através do Reino Unido. Ademais, existem empresas importadoras especializadas e boas infraestruturas logísticas naquele país. Sendo assim, para explorar a questão da precificação das carcaças que seriam exportadas por empresas brasileiras, é preciso considerar o funcionamento do mercado britânico.

Esse mercado tem papel-chave na dinâmica de formação de preços de carne ovina na União Européia. O Reino Unido responde por quase metade das importações extra-comunitárias. De 2005 a 2008, as importações representaram mais de 1/3 do



Selos de qualidade.



consumo de carne ovina no país. Ao mesmo tempo, o Reino Unido é o principal exportador no comércio intracomunitário.

De 35 a 40% da carne ovina exportada da Nova Zelândia para a União Europeia vai para o mercado britânico, onde ocupa espaço consolidado. O Reino Unido sozinho seria considerado o principal importador da Nova Zelândia, inclusive de carcaças de cordeiro, lombo, cortes de traseiro e vísceras. Um terço da carne ovina consumida no Reino Unido vem da Nova Zelândia.

No mercado local existe uma forte complementaridade entre as importações extra-comunitárias e a produção doméstica. A maioria dos partos acontece na primavera europeia, a partir de abril. O preço de abate do cordeiro criado durante a primavera diminui entre julho e outubro e sobe entre novembro e abril. Maio é sempre o período onde os preços de carne ovina no mercado britânico são mais elevados. As importações de carne ovina neozelandesa são concentradas de novembro a abril. De maio até outubro, o preço local da carcaça de ovino depende fundamentalmente da oferta e demanda doméstica e da demanda dos mercados importadores do restante da UE-27. A partir de novembro até abril, o preço local depende fortemente do preço e do volume importado da Nova Zelândia. Nessa fase do ano, a oferta doméstica é limitada e existem picos de consumo relacionados ao natal e à páscoa.

O preço da carne importada da Oceania depende principalmente:

- a) do preço FOB praticado na Nova Zelândia e na Austrália;
- b) do custo do frete até os portos de importação do Reino Unido (Liverpool, Tilbury e Southampton);
- c) da taxa de câmbio da libra esterlina.

Assim, numa conjuntura onde se encontra oferta abundante de carne ovina nos portos da Oceania, custo baixo de frete e forte valorização da libra, os exportadores podem optar por aumentar as suas expedições para o Reino Unido. Isso força os preços do mercado importador para baixo. Ao inverso, numa conjuntura combinando depreciação da libra e oferta limitada nos portos neozelandeses, a elevação do preço da carne ovina é forte no mercado britânico, entre novembro e abril. Convém salientar que, uma vez que as expedições neozelandesas são realizadas quase que exclusivamente nos limites de cotas tarifárias, este dispositivo de proteção do mercado europeu limita o impacto interno das flutuações externas de preços.

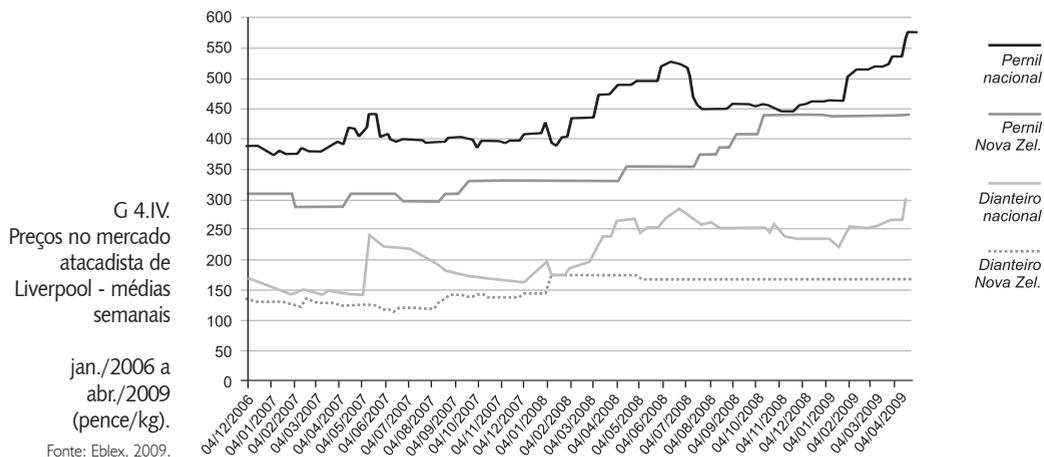


A evolução dos preços de carcaças ovinas no mercado britânico e no mercado da União Européia, durante mais de três anos está representada no gráfico G 9.I. A curva que representa os preços praticados no mercado do Reino Unido mostra que a volatilidade do mercado britânico é muito maior do que a do mercado da UE como um todo. Isso reflete a sazonalidade da oferta no Reino Unido e o impacto das importações oriundas da Nova Zelândia (zona cinza). Nestes três anos analisados, as flutuações da libra esterlina em relação ao euro tiveram pouca importância.



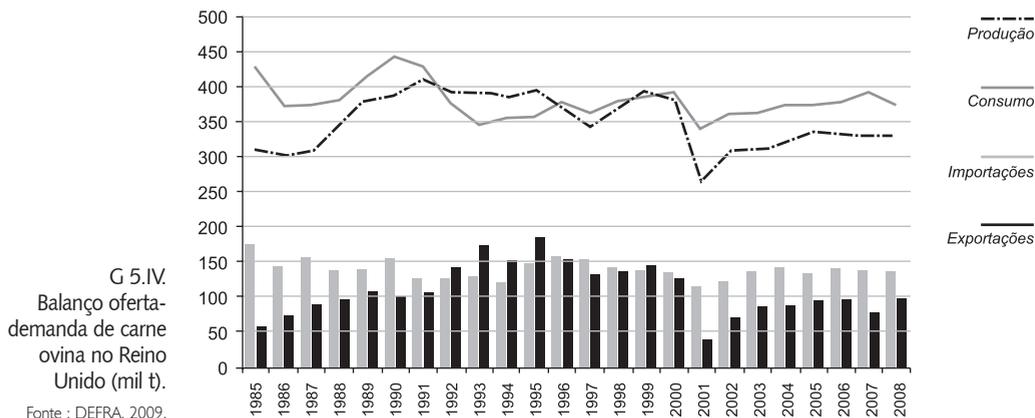
A Nova Zelândia exporta cada vez mais cortes especiais para o mercado europeu. A evolução dos preços de cortes de dianteiro e de pernis de origem nacional e de origem neozelandesa durante três anos está representada no gráfico G 9.II. As curvas que representam os preços dos produtos de origem britânica apresentam uma volatilidade maior, uma vez que refletem a sazonalidade da oferta. Já as curvas que representam os preços neozelandeses traduzem evoluções menos acentuadas, pois são compostos também por elementos que reduzem a instabilidade das curvas, como o custo do frete e de serviços portuários, margem do importador, entre outros. Assim, as empresas neozelandesas podem ajustar os preços praticados em função da conjuntura do mercado atacadista britânico. O que importa nesse gráfico é o fato de os produtos neozelandeses alcançarem sempre um nível de preço inferior ao dos produtos britânicos concorrentes.





A importância da Nova Zelândia e da Austrália como fornecedores de carne ovina é histórica. Até o Reino Unido integrar-se ao bloco europeu em 1972, os dois países da Oceania eram fornecedores tradicionais da antiga metrópole colonial. A partir do final do século XIX, com a generalização do transporte de carne congelada, criou-se um importante fluxo comercial entre os portos de exportação do Pacífico e os centros industriais britânicos.

Quando o Reino Unido tornou-se membro da União Européia, a Nova Zelândia e a Austrália receberam cotas tarifárias, que permitiram manter o comércio. Essas cotas foram ampliadas com o passar do tempo, a fim de atender ao aumento da demanda. Por sua vez, neozelandeses e australianos esforçam-se para diversificar os seus mercados na Europa, ocupando um espaço cada vez mais significativo nos mercados francês e alemão. O tamanho da cota neozelandesa em relação à australiana remonta ao tempo em que a Austrália era grande produtora de lã, mas produzia relativamente pouca carne ovina.



A partir da década de 1980, a Comunidade Européia implementou uma política de subsídios (prêmios por cabeça de ovelha) que acabou estimulando fortemente a produção nos principais países produtores do bloco. A produção britânica chegou a superar a marca de 400 mil toneladas em 1991. Tal evolução fez com que o espaço disponível para a carne ovina neozelandesa no Reino Unido diminuísse.

Os exportadores neozelandeses reagiram de duas maneiras:

- a) em primeiro lugar, diversificaram os seus mercados de destino na Europa. Assim, cortes de cordeiros neozelandeses começaram a aparecer nos supermercados da França e da Alemanha.
- b) A segunda reação foi a de aprimorar o *marketing* do produto nacional no mercado europeu. Os fornecedores neozelandeses substituíram parcialmente as expedições de carcaças inteiras por cortes mais adaptados à demanda final dos consumidores europeus. Hoje, quase dois terços das expedições neozelandesas para o mercado do Reino Unido são formados por cortes de pernil *chilled* ou congelados que podem ser colocados diretamente à venda nas prateleiras de supermercados ou fatiadas por indústrias especializadas locais.

Além de cortes de pernil, a Nova Zelândia exporta também para o Reino Unido peças de lombo e cortes de dianteiro. Outra mudança iniciada pelos neozelandeses foi a decisão de aumentar a participação nas expedições de cortes refrigerados e de reduzir a participação dos cortes e carcaças congelados (o que facilita a utilização do produto pelos intermediários varejistas). Por fim, montaram um dispositivo de comunicação permanente com os consumidores, em parceria com as grandes empresas varejistas do velho continente.

Essas considerações levam às seguintes avaliações, no que diz respeito à precificação de produtos brasileiros que chegariam aos portos britânicos:

- a) O preço CIF, em libra esterlina, da carne ovina brasileira teria que ser igual ou inferior ao preço dos cortes importados da Nova Zelândia.
- b) A questão da precificação do produto brasileiro nos portos britânicos é ligada à questão cambial. Entre o início de 2000 e agosto de 2010, a taxa de câmbio libra-real flutuou entre 1,00 libra = R\$ 6,12 (final de setembro de 2002) e 1,00 libra = R\$ 2,55 (início de setembro de 2000).



Para fins de raciocínio, consideremos o valor cambial de agosto de 2010 (R\$ 2,80 por libra esterlina), considerado desfavorável às exportações brasileiras, e como referência de mercado o preço em libra praticado pelos fornecedores neozelandeses no ano de 2009 (ilustrado no gráfico G 9.II). Assim, o preço CIF do dianteiro de origem brasileira nos portos britânicos não deveria ultrapassar a marca de R\$ 4,62 por quilo (1,65 libras x R\$ 2,80). Quanto ao preço do pernil, este não poderia superar a marca de R\$ 12,46 por quilo (4,45 libras x R\$ 2,80).

É importante lembrar que o produto neozelandês possui uma imagem consolidada no mercado britânico, inclusive do ponto de vista sanitário, de bem-estar animal e de sustentabilidade da cadeia produtiva. Assim, a principal vantagem dos cortes importados do Brasil deveria ser o preço.

Península Arábica

A importância do mercado muçulmano

A população dessa península soma cerca de 90 milhões de habitantes, com forte predominância muçulmana. A maior parte dos seus países constituintes faz parte da *Gulf Cooperation Council (GCC)*.

Em relação a outras regiões do mundo, esta possui um mercado que apresenta características particulares e importantes em relação ao fluxo internacional da carne ovina. A questão do abate, segundo norma Halal, por exemplo, é fundamental para o mercado islâmico.

A região é das principais importadoras de carnes em geral e de ovinos, em particular, do mundo. Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos figuram há vários anos entre os 10 principais importadores de carne ovina. Ao mesmo tempo, o fluxo internacional de importações de ovinos vivos se dá quase exclusivamente tendo a Península Arábica como destino.

Ocorreram mudanças significativas na produção animal na península nos últimos 50 anos, influenciadas pela riqueza de petróleo, que modificou o estilo de vida dos países, aumentando a demanda por alimentos importados. Essa mudança foi mais pronunciada na Arábia Saudita, mas seus efeitos são sentidos em toda a região.

Novos métodos de produção animal foram introduzidos e as formas tradicionais de criação foram adaptadas às novas circunstâncias. A importância relativa dos métodos modernos em relação aos tradicionais é difícil de avaliar com os dados agregados disponíveis, mas os métodos mais avançados de produção estão restritos a áreas relativamente pequenas, enquanto o restante da produção animal ocupa grandes áreas de pastagem extensiva. Na produção de ovinos ainda predomina a produção extensiva, com a utilização de resíduos agrícolas nas regiões onde este recurso é disponível e o incremento de uso de suplementos concentrados.



A Ásia, com 43.810.582 km², é o maior continente do planeta e também o mais populoso. É composta por 48 países, de diversas etnias e origens distintas. Os ambientes são muito variados, indo do tropical ao desértico e ao gélido ártico.

Apesar dos esforços, sempre pairam dúvidas sobre a confiabilidade das estatísticas disponíveis sobre os rebanhos. É muito pequeno o controle efetivo sobre as extensas e áridas fronteiras entre os países e é muito provável que grandes quantidades de animais passem de um país para outro.

A Síria, maior rebanho da região, é tradicional fornecedor de carne ovina e de animais em pé para seus vizinhos. O abate inspecionado no país gira em torno de 1,8 milhões de ovinos por ano e a maior parte dos cordeiros é filho de ovelhas leiteiras (cerca de 70% do rebanho). O Iêmen também exporta quantidades significativas de animais em pé para seus vizinhos.



A Península Arábica, por possuir uma determinação geográfica com certa imprecisão, é considerada neste estudo como formada pelos seguintes países: Arábia Saudita, Bahrain, Iêmen, Jordânia, Kuwait, Omã, Qatar e Síria. Estes países somados possuem uma área de 3.089.054 km², quase totalmente em clima desértico ou semidesértico.

T 1.V.
Rebanho da
Península Arábica.

Fonte: CDSI; DOS;
Faostat; Síria, 2010.
(*) Estimativa dos autores.

	1990	2000	2005	2010 *
Síria	14,5	13,5	19,7	22,9
Iêmen	4,8	6,2	8,0	8,9
Arábia Saudita	6,4	7,9	7,4	7,0
Jordânia	1,6	1,9	1,9	2,5
Outros países	0,9	1,7	1,9	2,0
Total	28,1	30,1	39,1	43,3

O crescimento econômico da maioria dos países da península, aliado à tradição de consumo de ovinos, transformou a região em grande importadora de carne ovina e de animais vivos para abate.

T 2.V.
Consumo per
capita da Península
Arábica, em 2009.

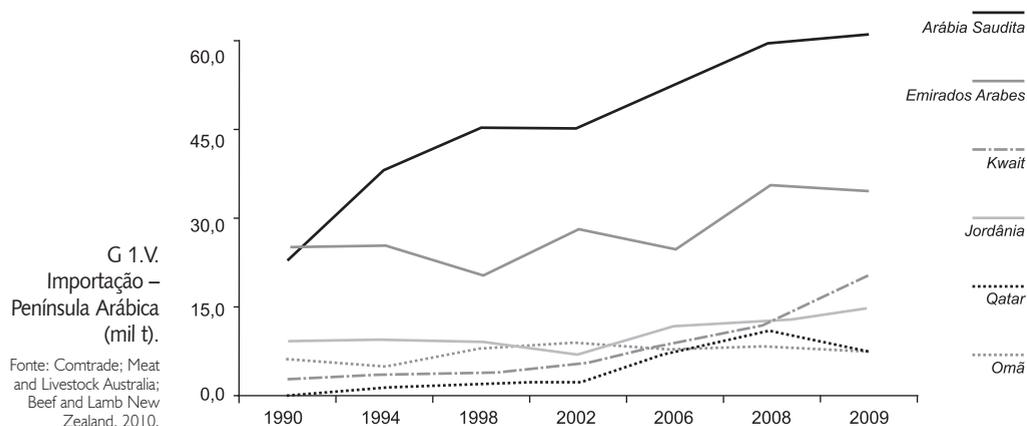
Fonte: CDSI; DOS;
Faostat; Síria, 2010.

	Quilos/habitante/ano
Kuwait	16,3
Qatar	15,9
Emirados Árabes Unidos	14,6
Síria	10,4
Omã	5,5
Jordânia	4,9
Arábia Saudita	4,0
Bahrain	3,2
Iêmen	1,5
Média	5,9

As importações de carne ovina da região aumentaram 130% desde o início da década de 1990, passando de cerca de 66



mil toneladas para quase 150 mil toneladas por ano. A Arábia Saudita e os Emirados Árabes representam 2/3 deste volume.



Com exceção da Síria e do Iêmen, boa parte dos abates nacionais são compostos de animais importados, principalmente da Austrália, mas também do norte da África. Por isso, a produção de carne não reflete, necessariamente, a eficiência do desfrute dos países.

Uma das maiores preocupações das autoridades, principalmente na Arábia Saudita, é com a segurança sanitária. Já houve casos no passado recente de carregamentos de carne rejeitados por pequenos traços de *Salmonella**. Sempre se exige um certificado sanitário de alguma agência de inspeção do país de origem, como parte da documentação de importação. Todos os produtos cárneos devem ter certificação Halal, por autoridades islâmicas reconhecidas no país de origem.

T 3.V.
 Produção de carne
 ovina – Península
 Arábica (mil t).

Fonte: CDSI; DOS; Faostat; Syria, 2010.
 (**) Estimativa dos autores.

	1990	2000	2005	2010**
Síria	113,8	184,1	179,9	204,6
Arábia Saudita	59,8	76,0	81,4	57,0
Iêmen	20,5	24,3	31,9	33,0
Kuwait	17,0	33,6	34,0	30,0
Jordânia	9,0	11,9	13,3	19,5
Outros países	47,8	41,3	29,0	30,0
Total	267,9	371,2	369,5	374,1

Todos os produtos exportados para a Arábia Saudita devem ter embalagem com inscrição em inglês e em árabe. A *Saudi*

(*)
 A *Salmonella* é um gênero de bactérias que são potencialmente nocivas ao ser humano. Uma de suas principais formas de infecção é através de alimentos enlatados ou frescos, como ovos, carne de frango, peixes e alguns vegetais.



Arabia Standard Organization (SASO) é o órgão que regula as questões relacionadas à apresentação e embalagem de alimentos. Vários produtos são proibidos de entrar no mercado saudita, com rígida observação dessas limitações.

Em contrapartida, os Emirados Árabes são um mercado liberal e aberto, com poucas barreiras ao comércio. São poucas as licenças e restrições, as tarifas são baixas e pouca regulamentação. Só exigem que as embalagens estejam escritas em árabe, e que a carne tenha data de validade.

O rebanho na Arábia Saudita é concentrado na região central do país, próximo à capital Al-Ryad. Nos Emirados Árabes Unidos, o rebanho está principalmente próximo à Dubai e Abu Dhabi, as maiores cidades. Na Síria, é espalhado por todo o país. Na Jordânia, fica mais concentrado ao norte do país e na divisa com Israel. No Iêmen, o rebanho está distribuído por todo o país, com certa predominância das regiões em torno da capital.

A transumância*, prática de emigrar com os animais de um local para o outro, não é mais praticada com a finalidade de alimentar os rebanhos. Esta prática milenar atualmente é realizada com intenção comercial, de levar alimento para as populações do interior dos países, onde existe deficiência de estrutura para armazenar alimentos refrigerados ou congelados. Assim, os rebanhos individuais costumam ser relativamente grandes e circulam pelas regiões, abastecendo locais isolados. A vegetação nativa, apesar de ocupar grandes áreas, responde por cerca de 20% da alimentação do rebanho, enquanto o restante são forragens conservadas, plantadas durante a estação chuvosa ou em áreas irrigadas.

Existem abatedouros públicos em todos os países da Península Arábica e as pessoas são incentivadas a realizarem seu abate ritual ou para consumo rotineiro nestes locais. Nas grandes cidades existem abatedouros públicos modernos que prestam serviço para consumidores finais, como restaurantes e supermercados. Isso quer dizer que os varejistas, muitas vezes, compram diretamente os animais e encaminham para o abate, para garantir seu suprimento.

Há uma preferência clara no Oriente Médio por carne fresca. As pessoas gostam de abater seu próprio animal ao amanhecer e consumir no almoço ou mesmo mais tarde no jantar. Ao mesmo tempo, o preço da carne quente costuma ser mais baixo do que o da congelada, principalmente pela aplicação de subsídios à importação e ao comércio de animais vivos.

*
A transumância é a prática de imigração temporária do rebanho, com vistas à alimentação dos animais. Por exemplo, no verão leva-se o rebanho às regiões altas, que são mais frescas e no inverno se pastoreia os animais nas áreas baixas. Diferente do nomadismo, pois este significa que se migra para outro local e depois mais outro, sem destino certo e sem intenção de voltar num período de tempo estabelecido.

Devido às facilidades logísticas, tanto a Arábia Saudita quanto os Emirados Árabes são importantes exportadores e re-exportadores de carne ovina e de ovinos vivos para os demais países do Golfo Pérsico.

Os Emirados Árabes possuem um dos maiores portos do Oriente Médio, chamado Jebel Ali. Na Arábia Saudita, os principais portos são Jeddah (80% dos alimentos que entram na Arábia Saudita) e Damman. Jeddah é particularmente importante na recepção de animais vivos.

A demanda por carne ovina nos países islâmicos varia ao longo do ano, com picos durante as datas religiosas. Durante o Ramadan (nono mês do calendário muçulmano), os praticantes jejuam durante o dia e só comem à noite. O fim do *Ramadan* é celebrado com um feriado de três dias, chamado de *Eid ul Fitr* (Festa do Fim do Jejum). Presentes são trocados e as famílias se reúnem para uma grande refeição. Os ovinos são a escolha mais popular para estas festividades de final do *Ramadan*. Alguns meses após, ocorre outra ocasião festiva chamada *Eid ul Adha* (Festa do Sacrifício), quando muitas famílias muçulmanas sacrificam uma ovelha.

Anualmente, ocorre uma festa religiosa chamada *Hajj*, que tem duração de 84 horas. São cerca de 2,5 milhões de peregrinos que viajam à Mecca todos os anos, sendo metade deles estrangeiros. Os estrangeiros costumam permanecer duas semanas viajando entre as cidades de Mecca, Jeddah e Madina, antes e depois dos rituais do *Hajj*. Esta presença momentânea, mas maciça, provoca variações significativas nos preços e nas quantidades de produto vendido. Possivelmente, a maioria dos animais criados na região seja vendido nesta hora de preço mais alto, beneficiando produtores.

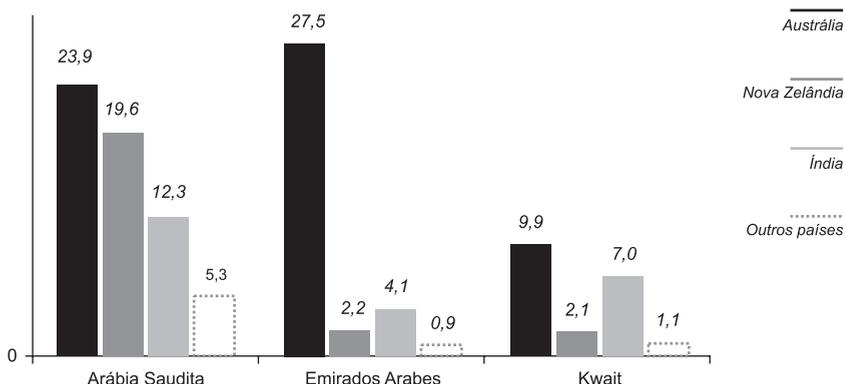
Só nos abatedouros oficiais, gerenciados pelo Banco de Desenvolvimento Islâmico, são abatidos cerca de 650 mil ovinos no período do *Hajj*, além de bovinos e camelos. Uma pequena parte é consumida no local, cerca de 2/3 é distribuída gratuitamente no país, dentro dos programas de diminuição de pobreza e o restante é doado aos países vizinhos.

A carne congelada representa mais de 85% das importações, principalmente na forma de cortes, com osso e sem osso. Austrália, Nova Zelândia e Índia são os grandes fornecedores de carne para os principais importadores da região.



G 2.V.
Origem das importações da Península Arábica, em 2009 (mil t).

Fonte: Beef and Lamb New Zealand; Meat and Livestock Australia, 2010.



T 4.V.
Valor por corte importado – Península Arábica, em 2009 (US\$ FOB).

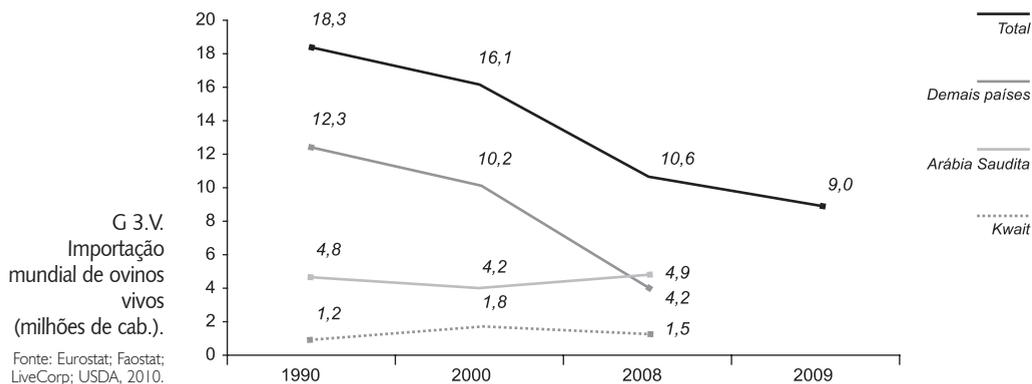
Fonte: Beef and Lamb New Zealand; Meat and Livestock Australia, 2010.

	Austrália		Nova Zelândia		Índia	
	Carçaça	Cortes	Carçaça	Cortes	Carçaça	Cortes
Arábia Saudita	3.550	2.921	3.150	3.522	3.979	4.688
Emirados Árabes Unidos	3.704	4.839	4.902	4.237	3.711	3.337
Kwait	3.169	3.407	3.998	3.197	2.832	3.572

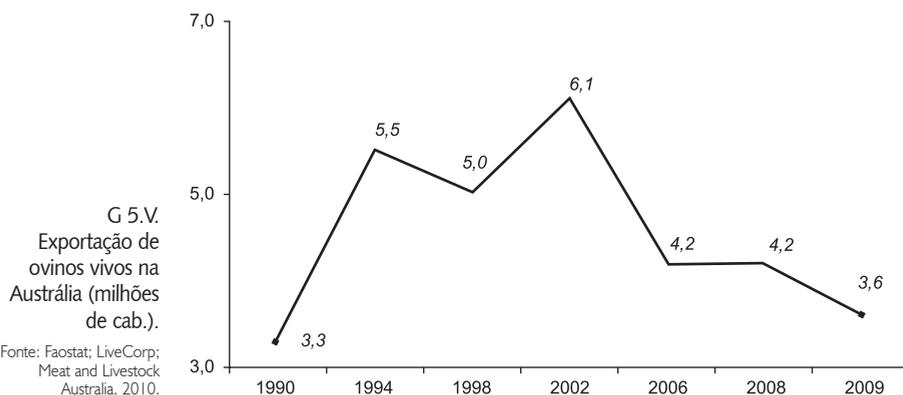
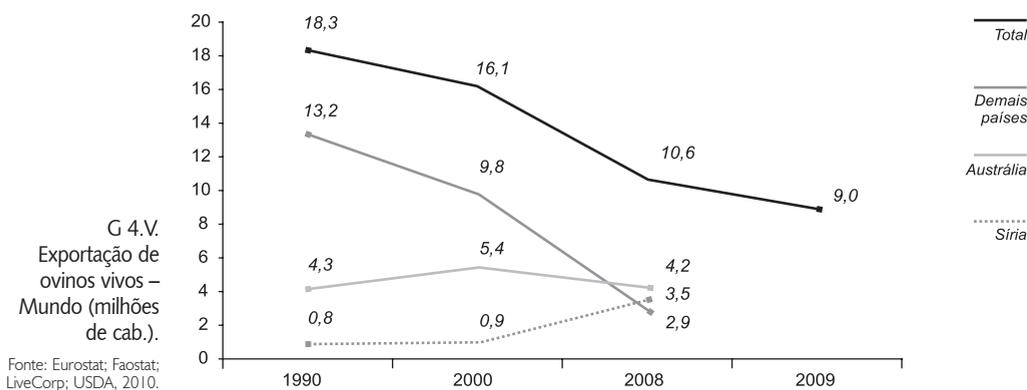
5.1. Comércio internacional de ovinos vivos

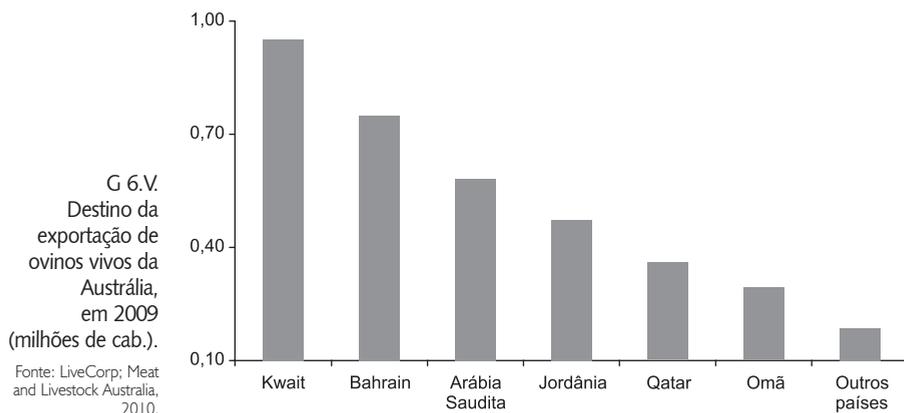
O comércio de animais vivos é importantíssimo para a ovicultura da Península Arábica, sendo que a região é a destinatária quase que exclusiva do mercado internacional. Com a redução de rebanho na década de 1990, era fácil obter grandes quantidades de animais nos países que estavam eliminando animais adultos. No entanto, é notável a diminuição deste tipo de comércio e a tendência a tornar-se bastante restrito no futuro quanto ao abastecimento de festas religiosas importantes, como o *Hajj*.

O Alcorão prevê que os animais sejam bem tratados, portanto existe preocupação oficial com o bem-estar animal. Assim, as operações de transporte e desembarque de animais na Península Arábica são delicadas e merecem atenção especial do país exportador.

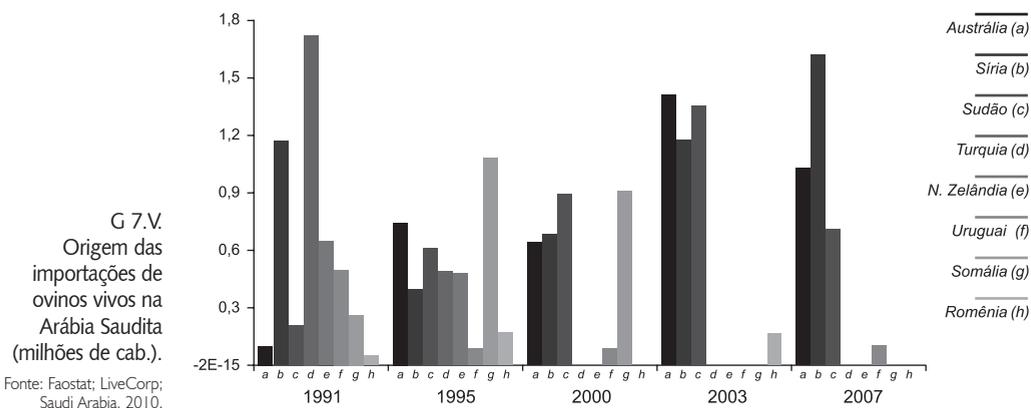


Em 2009, foram exportados cerca de nove milhões de ovinos vivos, dos quais 1,6 milhões foi comércio intracomunitário da UE-27 (basicamente a Romênia exportando para Grécia, Itália e Bulgária). A Austrália, por sua vez, foi responsável por 3,6 milhões de cabeças, que foram quase que exclusivamente para a Península Arábica.





A Arábia Saudita é o maior importador de ovinos vivos, sendo responsável por metade do volume. Os sauditas variam bastante de fornecedor a cada ano, buscando sempre países que entreguem animais a preços baixos.



5.2. O abate Halal

A religião muçulmana soma mais de 1,2 bilhões de adeptos ao redor do mundo e representa um mercado cada vez mais importante de forma geral, além de serem fundamentais para a carne ovina. Particularmente nos mercados de EUA, Reino Unido, França e Alemanha, também aumentam os consumidores de origem muçulmana.

Somente nos EUA, os maiores frigoríficos abatem cinco mil ovinos por semana para o mercado Halal. Pelo menos dois dos grandes frigoríficos têm capacidade de abate Halal em 100% de

suas linhas de produção. O consumidor norte-americano de carne Halal prefere carne de ovinos com peso vivo entre 27 e 40 kg.

O islamismo é a religião de maior penetração que impõe, de maneira importante, os padrões de consumo de certos alimentos e que requer carne de ovinos para muitas celebrações religiosas.

A palavra *Halal* significa “permissível pela lei islâmica”, em árabe. Um produto Halal é considerado consumível pelos muçulmanos e não pode conter produtos proibidos, como suínos e subprodutos, álcool e animais que não foram abatidos de acordo com os procedimentos adequados.

O conceito Halal é tradicionalmente aplicado aos alimentos, mas tem se expandido para quase todos os bens e serviços, incluindo cosméticos, vestuário, remédios, serviços bancários e até para pacotes de turismo. Mas a grande aplicação do termo é para alimentos baseados em carne.

As importações de carne para os mercados da Península Arábica costumam ser restritos a animais que abatidos segundo a lei islâmica. Só o mercado da Árabia Saudita para alimento Halal é estimado em US\$ 5 bilhões por ano.

No caso de carne e derivados, o alimento deve ser produzido sob as seguintes condições:

- a) o alimento e seus ingredientes não devem conter partes ou produtos de animais ilícitos ao consumo do muçulmano, ou produtos de animais que não foram mortos de acordo com a lei islâmica;
- b) os alimentos não devem conter nada considerado impuro;
- c) os alimentos não podem ter sido preparados ou processados usando equipamentos sujos de impurezas.

São consideradas impurezas os produtos não permitidos, como porcos e seus derivados, sangue e alimentos em putrefação; os alimentos que contenham substâncias consideradas ilícitas; os alimentos que tiveram contato direto com substâncias ilícitas ou quaisquer substâncias expelidas do corpo de animais ou de seres humanos.

O abate Halal deve ser feito por um muçulmano que tenha atingido a puberdade e que deve recitar uma oração durante o abate, com a face do animal voltada para a Meca. A faca deve estar bem afiada e deve fazer um corte em forma de meia-lua em três pontos vitais simultaneamente: a jugular, a traquéia e o esôfago. A morte do animal deve ser rápida e o sangue totalmente retirado da carcaça.



Selos de qualidade.



China e Índia

Grande consumo, grande potencial

A China e a Índia são os países mais populosos do mundo, com mais de um bilhão de habitantes cada um, fazem parte da Ásia. A China possui o maior rebanho ovino do mundo, estando a Índia em quarto lugar neste quesito.

A Índia exporta carne ovina com certa regularidade há muito tempo, mas a partir de 2005 passou a enviar volumes cada vez maiores aos países vizinhos e tornou-se um destaque no comércio internacional. A China vem aumentando seu volume de compras de maneira considerável, a ponto de ameaçar os Estados Unidos como o segundo maior importador do planeta. Ao mesmo tempo, costuma realizar exportações em volumes que lhe permitem aparecer na lista dos maiores exportadores de carne ovina.

O consumo geral de carnes na Índia é pequeno, devido à religião hindu, de maioria vegetariana e à baixa renda média da população. A carne ovina é considerada a mais aceitável pela pequena parcela da população hindu que ocasionalmente come carne. O país também conta com uma grande população muçulmana, que é tradicional consumidora de carne ovina. Os ovinos contribuem com 14% da produção total de carne da Índia.

O crescimento acentuado do rebanho de ovinos chinês, aliado ao crescimento das importações e ao aumento da renda *per capita*, fez com que o país se tornasse o maior consumidor de carne ovina do planeta. Mesmo assim, o consumo *per capita* ainda é baixo.

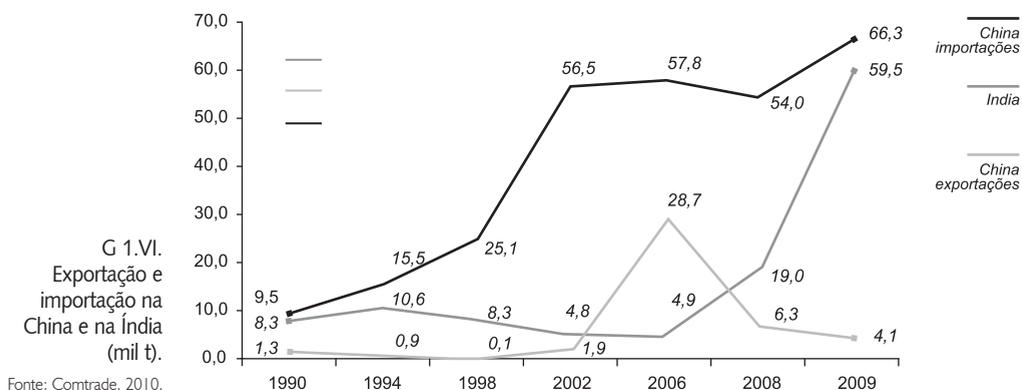
T 1.VI.
Consumo per capita,
em 2009 (quilos/
habitante/ano).

Fonte: Faostat; Índia, 2010.

	China	Índia
	1,4	0,2

Apesar do crescimento da Índia como exportadora de carne ovina, o aumento de renda da população deve criar dificuldades para o país continuar exportando carne no futuro, a não ser que sejam tomadas providências para aumentar a competitividade do setor primário. Além disso, a cadeia produtiva local tem que lidar com a pressão interna contrária a esta indústria por parte de lideranças ortodoxas da religião hindu, que pregam o vegetarianismo.

As importações chinesas aumentaram mais de cinco vezes desde 1990, tornando o país como destino importante no comércio internacional de carne ovina. A expectativa para os próximos anos é que o aumento de renda proporcionada pelo alto crescimento econômico se traduza em aumento do consumo de carnes em geral na China.



T 2.VI.
Valor por corte exportado, em 2009 (US\$ FOB).

Fonte: Comtrade, 2010.

	Carçaça	Corte com osso	Cortes sem osso
Índia	3.497	3.285	2.422
China	3.915	4.844	4.168

A China obtém valores superiores por sua carne ovina comparados aos da Índia. Isso se deve principalmente ao volume bem menor exportado e aos mercados que são atendidos.

Na Índia, são aproximadamente 119 milhões de propriedades rurais, com tamanho médio de apenas 1,2 hectares. As propriedades acima de 10 hectares são consideradas grandes e na maioria dos estados existem leis que limitam o tamanho de propriedade a 24 hectares como máximo. Por isso, as propriedades com mais de 10 hectares perfazem somente um por cento do total do país.

Os ovinos indianos são criados especialmente para a produção de carne, apesar de a produção de lã ser importante em algumas regiões. São estimadas 57 raças de ovinos na Índia, nos mais diversos ecossistemas. No entanto, cerca de 75% do rebanho não têm raça definida. O rebanho médio estimado é de 38 cabeças por família. Os ovinos da Índia já foram descritos como “o banco do homem pobre”.

Como os rebanhos individuais são muito pequenos, as associações de produtores são de âmbito estadual, com pouco poder de articulação, e estão normalmente ligadas ao governo estadual local.

Na China, a produção primária também é de pequena escala. 74% dos abates proveem de proprietários que fornecem entre 01 e 49 ovinos por ano. Estes animais são vendidos para um intermediário e são encaminhados para mercados de baixo valor agregado. Apenas 6.600 propriedades vendem mais de 500 ovinos e 1.600 propriedades vendem mais de 1.000 ovinos.

O setor de carnes e ovos contribuiu com cerca de 5% do PIB chinês em 2007 e com 40% do total de vendas do setor primário.

	Vendas anuais	Produtores (%)
	1 a 4 cabeças	33
	5 a 49 cabeças	41
T 3.VI.	50 a 199 cabeças	19
Escala de produção	200 a 499 cabeças	5
de ovinos na	500 a 999 cabeças	2
China, em 2002.	Mais de 1.000 cabeças	1

Fonte: Waldron, 2007.

Os grandes produtores costumam ter maior capacidade técnica e buscam o mercado de maior valor agregado. Na China, são considerados grandes produtores aqueles com mais de 200 vendas anuais, e aí incluem-se as fazendas estatais (que detêm 7% do rebanho ovino do país) e as estações de reprodução. Mais da metade destes grandes produtores estão concentrados nas províncias de *Inner Mongolia* e *Xinjiang*, onde está a maioria das fazendas estatais com ovinos.

De maneira geral, a cadeia produtiva chinesa é bem mais organizada do que a indiana. Isso explica, em parte, o espetacular crescimento de produção observada na China nos últimos 20 anos.

6.1. Índia

A grande maioria dos criadores indianos vende seus animais para intermediários. O costume é vender os animais por cabeça e não por peso e isso converte-se num desestímulo à produção de animais mais pesados. Os ovinos abatidos, como consequência, apresentam baixo peso médio.

A cadeia de comercialização é bastante fragmentada, contendo vários intermediários antes de a alimentação chegue à população urbana. A imensa maioria dos empreendimentos é de micro ou pequeno porte. Muitos abates ocorrem sem inspeção sanitária, nas propriedades rurais.

No país, existem 3.600 abatedouros, nove frigoríficos modernos e 171 plantas de processamento de carne autorizadas a operar, para todos os tipos de animais. Os frigoríficos modernos estão situados perto das grandes cidades, enquanto os pequenos abatedouros estão distribuídos por todo o país. Os maiores frigoríficos de ovinos são a *Hind Industries*, de Nova Déli, e a *Alkabeer Exports*, de Mumbai.



A Índia é o 7º maior país e estende-se por 3.287.590 km², com uma população de mais de um bilhão de pessoas. Grande parte do país é composto por zonas montanhosas e semiáridas. Toda a produção pecuária é realizada por pequenos ou microprodutores de cunho familiar, sendo a ovinocultura fundamental para a segurança alimentar das populações do interior do país.

T 4.VI.		2005	2006	2007	2008
Abate e produção de carne na Índia.	Abate (milhões de cabeças)	19,4	18,7	19,8	19,8
	Produção de carne (mil t)	234,0	237,0	273,0	237,1
	Peso médio de carcaça (kg)	12,0	12,6	13,7	12,0

Fonte: Faostat; Índia, 2010.

Mesmo com esta infraestrutura industrial, o abate clandestino é grande no país e preocupa as autoridades, por seu potencial de dano sanitário, para o ambiente e para a saúde pública. A preferência do consumidor local é por carne fresca, em detrimento de carne refrigerada ou congelada. Isso acaba por incentivar o abate clandestino.

Recentemente, foram feitos fortes investimentos na cadeia de transporte e armazenamento resfriado e congelado, mas a estrutura como um todo ainda é bastante limitada. Por isso, os animais têm que ser abatidos na periferia das grandes cidades para permitir seu abastecimento. Em Nova Deli, por exemplo, há centenas de pequenos comerciantes de animais que vêm de todo o país diariamente para abater seus animais e vender nos mercados da cidade.

Menos de um por cento do abate total de carnes é transformado em produtos de maior valor agregado, sendo que o

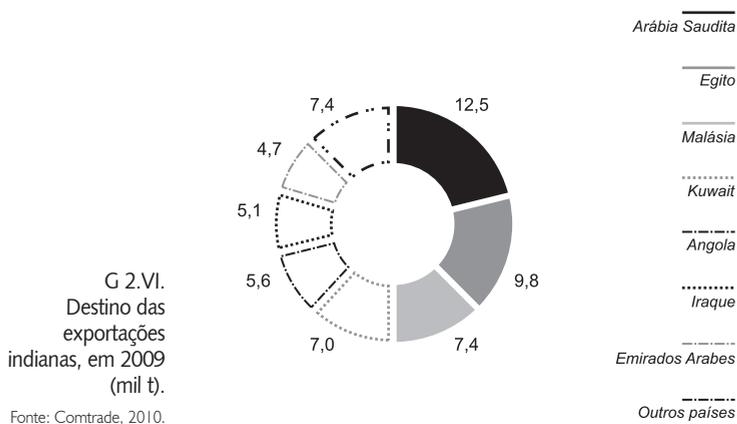


consumo em geral se dá com cortes simples e muitas vezes com baixa condições de higiene.

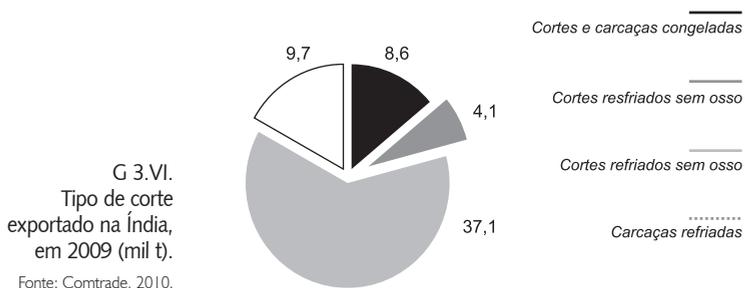
Para usufruir plenamente do imenso potencial do rebanho indiano, o governo central, através do Ministério das Indústrias Processadoras de Alimentos, está estimulando a construção de modernos frigoríficos, em parceria com empresas estrangeiras.

Em 2009, começou a funcionar um novo órgão ligado ao Ministério da Saúde indiano, chamado *Food Safety and Standards Authority*, que objetiva consolidar e harmonizar as diversas legislações estaduais da Índia numa única agência regulatória.

Os principais compradores da Índia são os países do Golfo Pérsico e os países africanos, que costumam ter padrões sanitários menos rígidos.



A Índia tem um perfil de exportação diferente dos outros países principais exportadores. A carne mais exportada é resfriada (85%) e a preços baixos em relação à média praticada no mercado internacional.



O abate Jathka

Além do abate Halal, para consumo da população muçulmana, na Índia os animais devem ser abatidos pelo ritual Jathka para ser consumido pela população hindu e pela população sikh*.

No ritual Jathka, ao contrário dos rituais Halal e Kosher, o animal deve ser morto com uma pancada na nuca, que provoca morte cerebral, antes da sangria. Os sikhs evitam comer carne Halal, pois é considerado um pré-requisito para a adesão ao islamismo, uma religião concorrente. Outra diferença é que o Jathka não é um ritual religioso, mas sim uma forma de se obter carne sem provocar o sofrimento do animal, pois ele estará morto antes de ter o pescoço cortado. De certa forma, é bastante semelhante ao abate inspecionado praticado no Brasil e que segue os procedimentos de bem-estar animal.

O ritual Jathka vem sendo usado como peça de resistência cultural dos sikhs há séculos, seja contra o domínio muçulmano, seja contra o domínio britânico e depois contra o hindu**. De qualquer maneira, os poucos hindus que comem carne, buscam animais Jathka. Tanto hindus quanto sikhs afirmam que os animais sofrem quando são abatidos pelos rituais Kosher ou Halal, e as autoridades religiosas proíbem o consumo de carne obtida desta maneira.

Na Índia, a carne Jathka é facilmente encontrável, com anúncios esclarecendo que determinado estabelecimento vende o produto. No Reino Unido, de grande contingente de imigrantes de origem indiana, os produtos Jathka também estão disponíveis em vários locais.

Nos festivais religiosos sikh a carne ovina Jathka é oferecida em banquetes e a tradição diz que não pode ser recusada pelos convivas. Deve ser ressaltado que algumas seitas pregam que um sikh autêntico deve ser vegetariano.

6.2. China

Na ovinocultura chinesa, o setor de reprodução é visto como a base a partir de onde o restante da cadeia será construída. Tradicionalmente, as estações de reprodução entregam material genético (carneiros, sêmen e embriões) para os produtores de diversas maneiras: venda direta, principalmente para propriedades maiores; aluguel de carneiros por serviço; ou os produtores podem levar as ovelhas até a estação, para serem cruzadas ou inseminadas.

*

A religião Sikh foi fundada no norte da Índia, chamada de Punjab, no final do século XV. Seus praticantes são estimados em 23 milhões de pessoas, dos quais mais de 80% estão na Índia. O Reino Unido tem uma população sikh significativa, assim como os EUA.

**

A religião Hindu possivelmente é a mais antiga religião organizada do planeta, datando de mais de quatro mil anos. A maioria dos seus crentes estão no Subcontinente Indico e são estimados em 660 milhões no mundo todo. Outros locais com populações importantes da religião Hindu são EUA, África do Sul e Reino Unido.



Para manter a competitividade de algumas raças tradicionais e disseminadas, mas de crescimento lento e alto teor de gordura na carcaça, vem sendo estimulada a identificação de origem do produto. É o caso da raça mongol, que tem de rabo largo e adapta-se às regiões áridas, e é tratada como produto diferenciado nos mercados das grandes cidades.

Apesar de a alimentação baseada em pastagens nativas ser a predominante, é bastante usado o aproveitamento de restos de culturas pelos ovinos, assim como a terminação em confinamentos.

O associativismo é estimulado e apoiado pelo governo, como forma de contornar os problemas econômicos relacionados à pequena escala de produção. Recentemente, alguns frigoríficos têm buscado formas de coordenação da cadeia produtiva, de maneira a garantir o suprimento de suas plantas e de obter animais de melhor qualidade.

As associações de produtores se multiplicaram nos últimos anos, mas não são tão fortes e atuantes como nos outros países com economia menos centralizada. As duas entidades principais são a Associação Chinesa de Agricultura Animal e a Associação de Ovinocultura da China, com 200 membros, entre confinadores, estações de reprodução e indústrias.

Na China, o criador vende com preço baseado em unidades de 500 gramas e não de um quilo, como é costumeiro no Brasil. O preço ao produtor aumentou 10% no período entre junho de 2009 e junho de 2010, passando de US\$ 2,48/500 g para US\$ 2,71/500 g.

Os frigoríficos que obedecem à legislação nacional não são especializados, estando sempre associados ao abate bovino. São cerca de mil frigoríficos que abatem ovinos no país, dos quais 25% são empresas estatais.

Existem indústrias muito grandes, como a *Caoyuan Xingfa*, que abate mais de três milhões de ovinos por ano, em 40 frigoríficos espalhados pelo norte da China. Em volta da capital, Beijing, estão grandes empresas de abate de ovinos, com capacidade conjunta aproximada de um milhão de cabeças anuais

Além destes, existem uma profusão de abatedouros regionais e familiares, que obedecem às normas dos governos provinciais e abastecem o mercado de baixo valor agregado. Estes pequenos abatedouros têm importância histórica na China e foram privatizados após a liberalização econômica. É muito comum a especialização de povoados inteiros no abate e comercialização de ovinos.



A China, com 9.596.960 km² é o 3º maior país em extensão e mantém a maior população do planeta, com 1,3 bilhão de habitantes. O oeste do país é montanhoso e semiárido, propício à criação de ovinos. A produção destes animais faz parte dos programas estatais de diminuição da pobreza.



T 5.VI.
Abate e produção
de carne na China.

Fonte: CAAA; Faostat,
2010.

	2005	2006	2007	2008
Abate (milhões de cabeças)	121,6	129,2	133,5	131,8
Produção de carne (mil t)	180,0	193,8	200,0	197,8
Peso médio de carcaça (kg)	14,8	15,0	14,9	15,0

Mais de 1/3 dos abates ocorrem nas províncias de Inner Mongolia e Xinjang, onde estão os produtores com rebanhos maiores.

No setor atacadista, há 300 grandes mercados públicos distribuidores na China, onde se abastecem os comerciantes, os hotéis e os restaurantes. Cerca de metade da carne ovina que entra nas grandes cidades passa por estes pontos atacadistas. O pequeno varejo é responsável pela maioria da venda da carne de ovinos, principalmente a de baixo valor.

Só na capital, Beijing, são 50 mil locais que vendem carne ovina, numa quantidade aproximada de 60 mil toneladas anuais. Cerca de 45 mil toneladas são vendidas em feiras, açougues e supermercados, enquanto 15 mil são adquiridos em atacados.

Somente parte dos ovinos é consumida nas propriedades, a grande maioria é comercializada, em contraste com o que ocorre com os outros rebanhos. Assim, o consumo de carne ovina é tipicamente urbano, com pequena participação na dieta rural.

A forma mais comum de se consumir ovinos nas maiores cidades são os restaurantes, através de inúmeros pratos tradicionais provenientes da tradição étnica mongol e muçulmana, povos que são importantes minorias na China atual. A relação dos ovinos com a minoria muçulmana faz com que a maioria dos produtos ovinos já sejam processados de acordo com a norma Halal.

O Ministério da Agricultura mantém as iniciativas Alimento Seguro e Alimento Orgânico. Já o Ministério da Saúde, coordena o programa Alimento Saudável. Na verdade, existem dificuldades generalizadas para impor padrões de higiene para o abate de animais em baixa escala. Apesar de existirem muitas regras, não existe controle nem a coordenação necessária para que sejam cumpridas.

A maioria da carne é vendida com baixo valor agregado, e os consumidores não tem noção exata do que seja qualidade de carne. Conforme a sociedade chinesa vai enriquecendo e a demanda por carne aumentando, é natural que surjam pressões da sociedade urbana por maior qualidade e segurança dos alimentos.



Selo de qualidade.



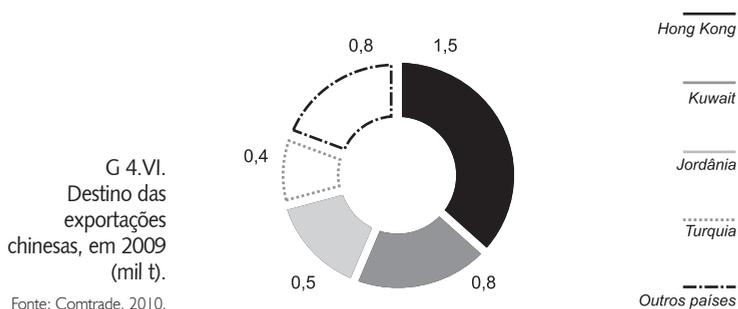
Nos meses que antecederam as Olimpíadas de 2008, em Beijing, foram fechadas mais de oito mil unidades de abate sem registro ou com falhas no sistema de produção. A indústria de carnes da China não goza de boa reputação, e este foi um esforço nacional para dar um mínimo de segurança aos turistas e atletas que vieram ao país durante os Jogos.

Uma entidade chamada Green Food Standards compõe-se de 22 companhias que comercializam ou abatem ovinos e buscam melhorar os padrões sanitários para dar maior confiança ao consumidor em suas empresas.

A importação chinesa é composta basicamente de carne congelada com osso (98%), oriunda de Austrália e Nova Zelândia, com 97% das importações. O Uruguai enviou 1,6 mil toneladas à China em 2009, representando 2% das importações.

A Austrália paga taxa zero para suas exportações de carne ovina, de acordo com um acordo bilateral de comércio com a China. A Nova Zelândia está buscando um acordo semelhante, de livre-comércio com o país.

A carne exportada vai principalmente para Hong Kong (1/3 do volume) e para os países do Oriente Médio. Mais de 80% das exportações chinesas foram compostas por cortes congelados desossados. Os outros 20% são cortes congelados com osso.



África do Sul e Namíbia

Estreita relação

A Namíbia, situada no sudoeste da África, possui um território relativamente grande, com população de apenas dois milhões de habitantes. Apesar de possuir um rebanho pequeno, é a maior exportadora de carne de ovinos da África. Sua história é ligada à vizinha África do Sul, da qual foi colônia desde o fim da I Guerra Mundial até 1988.

O comércio de carne ovina da Namíbia é amplamente dominado por esta relação, pois a África do Sul importa quase toda a produção da Namíbia.

A África do Sul, por sua vez, é um país populoso e com o maior parque industrial do continente. A longa tradição da África do Sul em consumir ovinos faz do país um dos grandes importadores mundiais do produto, apesar de ser um grande produtor.



A África é o 2º maior continente, sendo constituído por 53 países e grande diversidade étnica e ambiental. Com grandes áreas áridas e semiáridas, a África conta com vários países importantes para o mercado internacional de carne ovina, apesar de a produção ser, em sua grande maioria, apenas de subsistência.

T 1.VII.
Consumo per capita,
2009 (kg/hab./ano).

Fonte: Faostat; Namíbia Board of Meat; South Africa, 2010.

	África do Sul	Namíbia
	3,1	0,6

O rebanho ovino da África do Sul tem orientação para a produção de lã, com mais de metade do rebanho sendo da raça *Merino*, produtora de lãs finas.

T 2.VII.
Rebanho da
África do Sul
(milhões de cab.).

Fonte: South Africa, 2009.

	1990	2000	2004	2008
Merino	17,9	12,2	11,4	11,6
Outras raças lanadas	5,2	4,3	4,6	4,2
Raças deslanadas	6,9	7,1	6,3	6,1
Total	30,0	23,6	22,3	22,0

Há 84 milhões de hectares ocupados com pastagens na África do Sul, o que representa aproximadamente 2/3 do ter-



ritório do país. O tamanho médio das propriedades comerciais que se dedicam à produção animal é de 2.015 hectares. Cerca de metade do rebanho de ovinos do país está em fazendas comerciais, enquanto o restante está distribuído entre diversas formas de agricultura familiar.

Aproximadamente, metade da população da Namíbia vive no meio rural, praticando uma agricultura de subsistência, com baixa tecnologia. Toda a produção de ruminantes é feita em 49 milhões de hectares de pastagens nativas em grande parte áridas e semi-áridas, exploradas de forma extensiva. Cerca de 40% das pastagens são de uso comunitário, enquanto 44% são propriedades comerciais. O rebanho ovino está concentrado no sul do país, e a raça *Dorper* tem predominância absoluta com mais de 2/3 dos animais.



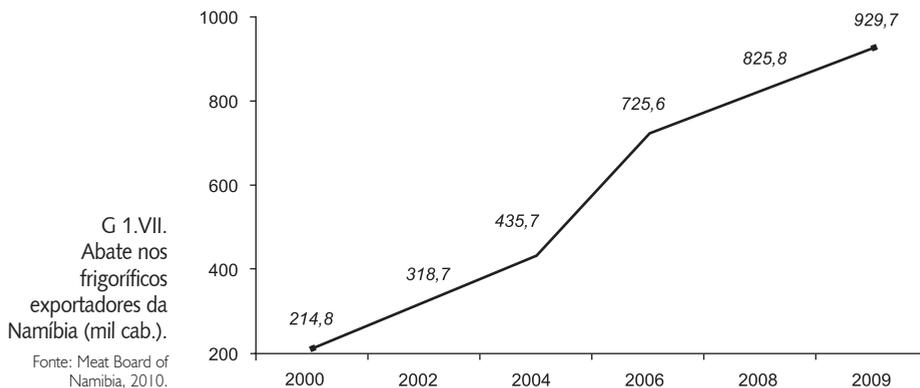
A África do Sul tem 1.221.037 km² e imensos territórios semiáridos, com campos nativos que são utilizados para a pecuária de bovinos, ovinos e caprinos desde o início da colonização do país.

	Raça	Milhões de cabeças
T 3.VII. Composição racial do rebanho da Namíbia.	Dorper	1,75
	Karakul	0,19
	Outras raças	0,72
	Total	2,66

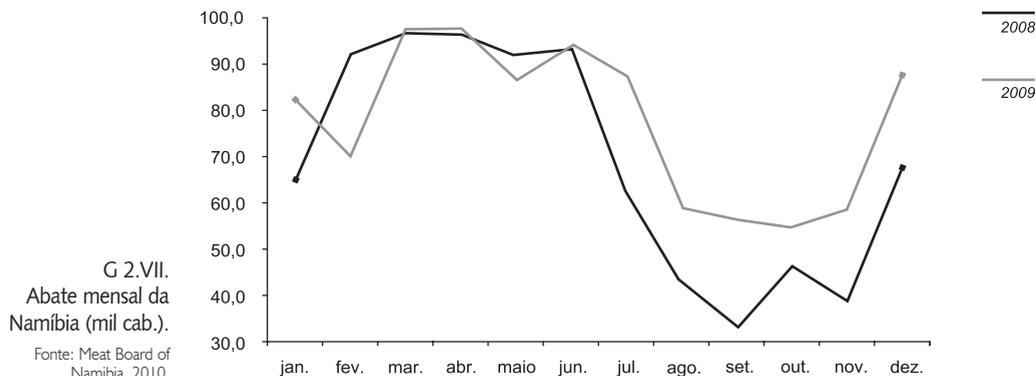
Fonte: Meat Board of Namíbia, 2010.

A Namíbia Agricultural Union (NAU) é a representante dos produtores do país, incluindo os ovinocultores. Vem tentando implantar nos últimos anos um sistema de informações ao mercado que seja confiável.

A Namíbia tem quatro indústrias no país, chamadas de frigoríficos exportadores, com capacidade aproximada para abater 1,3 milhões de ovinos por ano, e operam com cerca de 65% desta capacidade. Aproximadamente 92% do abate do país é feito nestas quatro plantas.



A maior concentração dos abates na Namíbia ocorre no primeiro semestre, apesar de o mês de dezembro já sinalizar o início da safra de cordeiros para abate.



Na África do Sul existem 168 abatedouros de ovinos, mas cerca de 80% do abate ocorre em apenas 10 empresas. O abate clandestino é estimado em 30% do total. O roubo de gado – ovinos, bovinos e caprinos – é um dos alimentadores do abate clandestino. A estimativa é de que cerca de 200 mil cabeças são roubadas nas propriedades rurais todos os anos.

Existem deficiências importantes no sistema de controle sanitário dos abatedouros menores e na comercialização da carne, pois cada estado tem legislação própria e os recursos humanos para fiscalização são escassos. A Red Meat Abattoir Association (RMAA) reúne os frigoríficos de grande porte e é grande defensora da fiscalização mais rigorosa nas questões sanitárias.

T 4.VII.
Abate de ovinos na África do Sul, (milhões de cab.).
Fonte: Faostat, 2010; South Africa, 2009.

	2005	2006	2007	2008
Abate Inspeccionado	4,3	4,3	4,4	4,1
Abate total	6,1	6,2	6,3	6,3
Produção de carne (mil t)	115,2	117,1	118,0	118,0

A South African Meat Industry Company (SAMIC) é a entidade que representa o sistema agroindustrial das carnes no país. A SAMIC é responsável pela coordenação do desenvolvimento industrial, pela divulgação de estatísticas e pelo *marketing* da carne. Um dos objetivos de curto prazo da SAMIC é aumentar a inspeção sanitária no abate, para dar maior segurança de qualidade da carne aos consumidores.



A África do Sul utiliza, desde 2006, um sistema de classificação de carcaças de ovinos, baseado em idade, cobertura de gordura e conformação de carcaça.

T 5.VII.
Classificação de carcaças na África do Sul.
Fonte: SAMIC, 2006

Idade	Classe	Gordura	Classe	Conformação	Classe
0 dentes	A	Sem gordura	0	Muito côncava	1
1-2 dentes	A-B	Muito pouca	1	Côncava	2
3-6 dentes	B	Pouca	2	Média	3
Mais de 6 dentes	C	Média	3	Convexa	4
		Gorda	4	Muito convexa	5
		Levemente excessiva	5		
		Excessiva	6		

O fato de a Namíbia ser grande fornecedora de animais vivos para a África do Sul provocava preocupação na cadeia produtiva dentro do país. Assim, no início dos anos 2000, foi implantado um programa chamado Small Stock Marketing Scheme (SSMS). O principal ponto do SSMS é a obrigação de se abater no país seis animais para cada um exportado vivo. Com isso, foram atraídos fortes investimentos para a área frigorífica, que acabaram por transformar a Namíbia em grande exportadora de carne ovina.

Apesar de o preço ao produtor ter praticamente dobrado após a implementação do SSMS, o programa foi reformado em junho de 2010, por pressão dos criadores, que alegam que o SSMS cerceia a liberdade de mercado. O novo mecanismo adotado foi a instituição de um novo imposto sobre a exportação de animais vivos, no valor de 15 a 30% do valor do animal ao produtor na África do Sul. Este novo imposto será gerenciado pelo Meat Board of Namíbia, com a intenção de desenvolver a cadeia produtiva e subsidiar os frigoríficos exportadores.

A dependência da África do Sul para as exportações de carne da Namíbia preocupa o governo, que tem estimulado a busca de novos mercados. Para garantir que a carne namibiana possa entrar nos mercados mais exigentes, um programa de rastreabilidade, inclusive para os ovinos, vem sendo implantado há anos.

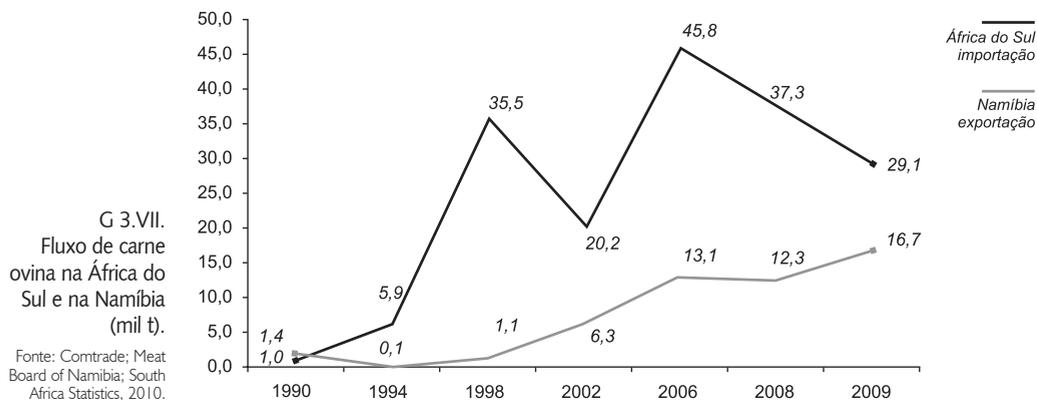
A Namíbia nunca foi exportadora de destaque até poucos anos. O SSMS é o grande responsável por ter transformado a Namíbia em importante *player* do mercado de carne ovina mundial. Os volumes de importação da África do Sul são bastante variáveis, mas há vários anos a África do Sul figura entre os principais importadores mundiais de carne ovina.



Com área de 825.418 km², a Namíbia é um país com predominância de campos nativos típicos de regiões semiáridas. A pecuária é fundamental para a economia nacional, tanto economicamente quanto do ponto de vista de ocupação do território.

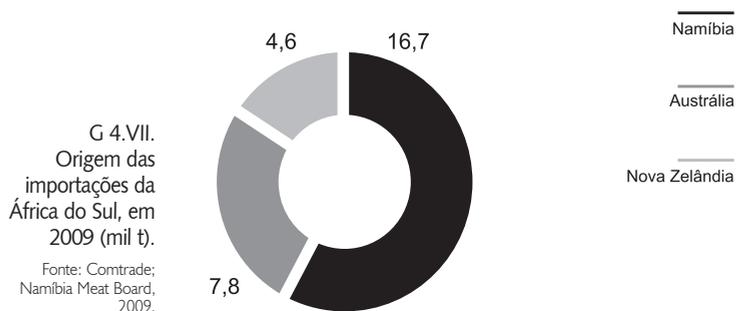


A carne da Namíbia é quase que integralmente exportada na forma de carcaças refrigeradas, com mais de 97% de participação. O preço médio obtido ficou em US\$ 3.450. Quase toda a produção vai para a vizinha África do Sul.



A África do Sul também realiza pequenas exportações, de cerca de 0,6 mil toneladas anuais, tendo como destino vários países africanos. O tipo de carne exportado é principalmente de carcaças e cortes congelados.

A África do Sul protege o seu mercado doméstico ao utilizar tarifas altas e instituir barreiras sanitárias. É cobrada uma alíquota *ad valorem* uniforme de 40% sobre cortes de carne ovina. A Namíbia e outros países participantes da Southern Africa Customs Union (SACU)* não pagam nenhum imposto de importação para ingressarem seus produtos na África do Sul.



O sistema de quotas permite a importação de carne ovina sem pagamento de imposto proveniente de países não-membros do SACU. No entanto, as quotas de importação representam apenas três por cento das importações da África do Sul.

(*)
O Southern African Customs Union (SACU) é uma união aduaneira, estabelecida originalmente em 1910 e reformada até chegar à forma atual, com África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia, e Suazilândia.



Quando a África do Sul importa da Oceania, traz basicamente carne congelada com osso (93%). Já da Namíbia, só vêm carcaças resfriadas.

A Namíbia também enviou, em 2009, cerca de 63 mil ovinos vivos para abate na África do Sul. Pagou-se um preço aproximado de US\$ 73 por cabeça, em média.



VIII.

Mercado internacional

Outros países importantes para o mercado de carne ovina

Para completar o panorama sobre o mercado internacional de carne ovina, é importante abordar alguns países que, atualmente, apesar de terem importância menor, poderão representar importantes *players* num futuro próximo, como grandes compradores e vendedores.

O Japão já figura na lista dos maiores importadores de carne ovina e é um mercado que, apesar das barreiras sanitárias, costuma remunerar acima da média mundial as importações. Israel tem alta renda *per capita* e é importador de carne ovina, além de servir de destino principal para um tipo específico de carne, proveniente do abate Kosher. A Rússia é um dos grandes importadores de carnes em geral do mundo. Nigéria e Sudão, na África, e Irã e Turquia, na Ásia, contam com grandes rebanhos e podem se tornar relevantes ao mercado internacional em um futuro próximo.

8.1. Japão

O Japão, com 125 milhões de habitantes num território pequeno e montanhoso, é um dos grandes importadores mundiais de alimentos. Normalmente, as propriedades são muito pequenas para produzir alimentos na escala econômica que a moderna economia exige. Por isso, o Japão protege os setores-chave de sua produção primária com subsídios e tarifas de importação, que são responsáveis pelo alto custo da alimentação no país. Mesmo assim, a importação de alimentos gira ao redor de US\$ 30 bilhões anuais. O consumo *per capita* de carne ovina atinge 200 gramas anuais.

O rebanho ovino japonês é irrisório, apenas 11 mil cabeças. A grande concentração é em Hokkaido, com 6.450 ovinos, normalmente da raça *Suffolk*, que servem principalmente para o turismo rural.



No Japão, com área de 377.873 km² e umas das maiores densidades de habitantes por km² do mundo, entre 70% e 80% do país é coberto de florestas e montanhas.

Como reflexo da pequena produção primária, o abate japonês também não é significativo e é realizado em pequenos abatedouros regionais.

	Anos	Toneladas
T 1.VIII. Produção de carne ovina japonesa. Fonte: Japan, 2010.	2004	123
	2005	126
	2006	91
	2007	100
	2008	100

As questões relacionadas à segurança alimentar e rastreabilidade são parâmetros importantes para os consumidores japoneses. As questões sobre o impacto ambiental da produção pecuária também são levadas em conta.

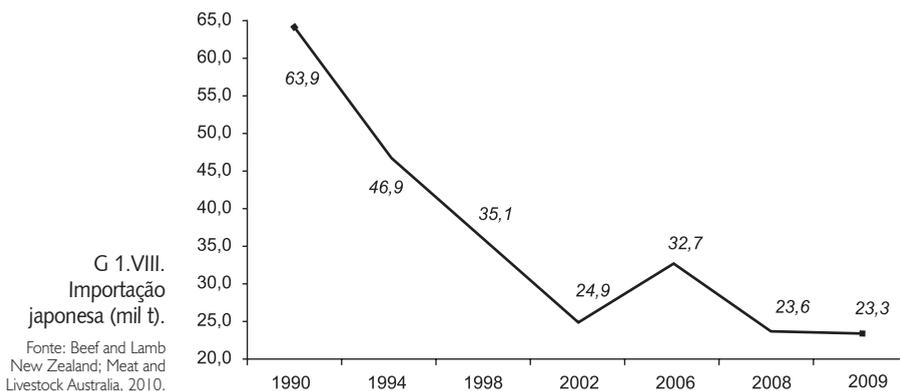
As políticas internas de suporte à produção incluem cotas de produção, ajudas diretas, seguro de risco da atividade e administração de estoques.

A Corporação de Pecuária e Agricultura é uma empresa estatal encarregada de distribuir as cotas de produção primária e processamento industrial e também os subsídios.

Os programas de ajuda direta compensam os produtores pelas perdas que ocorrerem durante o ano devido a preços abaixo da média histórica. Na verdade, é estabelecido um valor-meta e se o preço estiver abaixo deste valor, o produtor recebe a diferença em dinheiro, diretamente.

O Japão importa quase toda a carne ovina que consome. No entanto, essa importação vem diminuindo de forma acentuada nas últimas duas décadas e hoje é praticamente 1/3 do que alcançou em 1990.

A importação é concentrada em cortes congelados, mas quase 1/3 das compras internacionais é composta de cortes resfriados, de maior valor. O preço médio pago pela carne congelada ficou em US\$ 3.846 e pela carne resfriada alcançou US\$ 7.801 por tonelada.



Como era de esperar, pela importância que o Japão dá às questões sanitárias, Austrália e Nova Zelândia respondem pela quase totalidade das importações.

Como a produção interna de carne ovina no Japão é baixíssima, a ovinocultura não tem proteção tarifária contra importação, nem quotas, e por isso entra no país com preço relativamente baixo ao consumidor. Na realidade, a proteção do mercado interno é realizada pelo uso de fortes e rígidas barreiras sanitárias.

O Japão restringe suas importações de carne aos países onde não há programas de vacinação contra a febre aftosa e não reconhece o princípio de regionalização adotado pela OIE. Só costumam comprar carne de países reconhecidos como livres da doença e sem vacinação.

8.2. Israel

O tamanho das importações israelenses não é tão grande, mas o país merece figurar nesta obra por sua peculiaridade de consumo chamado abate Kosher, ligado à religião judaica. Ao mesmo tempo, o judaísmo é uma religião espalhada pelo mundo, com presença importante em diversas cidades, principalmente na Europa e nos EUA.

O consumo da carne ovina em Israel atinge cerca de 0,9 kg por habitante por ano.

T 2.VIII. Rebanho e produção israelense.	2005	2006	2007	2008
Rebanho (mil cab.)	435	445	433	430
Abate (mil cab.)	290	300	300	300
Produção de carne (mil t)	5,8	5,7	5,6	5,6

Fonte: Faostat, 2010.



Israel, tem área de apenas 20.770 km² e um território quase totalmente desértico. Criam-se ovinos na região desde tempos muito remotos.

A importação israelense é crescente, tendo saído de 0,2 mil toneladas em 2005 para 1,1 mil toneladas em 2009. A importação vem basicamente da Austrália (80%), na forma de cortes congelados com osso. Em 2009, o valor médio ficou em US\$ 3.043 por tonelada. A Argentina e o Chile também costumam enviar carne ovina para Israel.

O abate Kosher

Os requisitos para a obtenção de carne Kosher são maiores do que àquelas do abate Halal. Alguns frigoríficos norte-americanos preferem não realizar o abate Kosher devido ao aumento de custo de produção derivado do aumento do tempo de permanência dos animais no frigorífico.

O abate deverá ser realizado por um judeu que conheça as leis judaicas de abate. Naturalmente, a pessoa que vai realizar o abate deve ter um certificado expedido pelas autoridades religiosas judaicas.

A traquéia e o esôfago do ovino devem ser cortados rapidamente, utilizando uma faca sem imperfeições, e todo o sangue deve ser escorrido do animal. A carcaça do ovino é examinada para prosseguir com o processo Kosher. Qualquer imperfeição é motivo para rejeição da carcaça, como, por exemplo, as que seguem:

- utilizar corrente elétrica no processo de abate;
- excesso de movimento da faca na degola;
- degola realizada com faca mau afiada;
- defeitos visíveis causados por predador;
- órgãos vitais perfurados;
- detecção de ossos fraturados.

Muitas comunidades judaicas não usam os quartos traseiros do cordeiro, a não ser que não exista outro tipo de carne disponível. Isso se deve ao fato de ser difícil remover a gordura da carne de traseiro, que é proibida por tradição.

Esta é uma oportunidade para os frigoríficos enviarem a este mercado a carne de animais sem gordura, com acabamento de carcaça deficiente, desde que o abate ritual seja realizado.

F 1.VIII.
Carne Kosher
para churrasco em
supermercado -
Austrália.



A maior demanda judaica para carne ovina ocorre nos festivais religiosos ou em ocasiões especiais, entre amigos e/ou familiares. As datas religiosas judaicas sempre ocorrem nas mesmas datas do ano, segundo um calendário próprio que difere do calendário gregoriano utilizado na maior parte do Ocidente.

Os principais feriados que demandam o consumo de carne ovina são: *Pesach*, ocorre no 1º mês do calendário judaico e dura oito dias. Ocorre em comemoração ao êxodo dos hebreus do Egito. O *Rosh Hashanan* é o ano-novo judaico, marcado por festividades e solenidades familiares. *Chanukkah* é chamado de Festival das Luzes.

Nos EUA, o abate Kosher de ovinos alcança, em média, três mil cordeiros por semana, somente nos seis maiores frigoríficos. O consumidor norte-americano de carne Kosher prefere a carne de dianteiro de ovinos com 45 a 55 kg de peso vivo.

8.3. Nigéria e Sudão

Nigéria e Sudão apresentam grandes rebanhos de ovinos, porém têm pouca relevância no mercado internacional, devido, principalmente, à baixa tecnologia de produção, que termina por gerar poucos excedentes comercializáveis. Ao mesmo tempo, são países pobres, onde a ovinocultura tem importância significativa em prover a subsistência dos produtores.

Merecem atenção porque, com a redução de rebanho nos principais exportadores, devem ser procurados pelos países importadores com mais intensidade nos próximos anos, devido aos seus rebanhos de dezenas de milhões de ovinos. Principal-



A Nigéria tem uma área de 923.768 km², e é um dos países mais pobres do mundo, apesar de ser um dos mais populosos. O centro e o norte do país são relativamente secos, com abundantes pastagens nativas.



mente os países da Península Arábica devem fazer destes países grandes fornecedores de animais vivos num futuro próximo.

T 3.VIII.

Consumo per capita de carne ovina – Nigéria e Sudão.	Sudão	Nigéria
Fonte: Faostat, 2010.	4,9 kg	1,1 kg

Os diversos rebanhos são responsáveis pela renda de 15% da população do Sudão e por 20% das exportações. O setor primário tem pouca tecnologia de produção e a ovinocultura está ligada principalmente à subsistência. O esquema de comercialização se dá entre o criador e um intermediário, que leva os animais para serem vendidos a outro intermediário, que finalmente encarrega-se de vender aos varejistas ou aos exportadores de carne ovina. Essa estrutura de mercado é semelhante a um oligopólio, com poucos compradores no mercado final.

Parte importante do transporte é feito à pé, principalmente na primeira fase da transação. Cada região do país é relativamente desconectada das outras, em relação a preços e informações de mercado, levando a disparidades significativas dos preços pagos aos produtores. O abate do Sudão é estimado em 9 a 10 milhões de cabeças por ano, produzindo cerca de 148 mil toneladas de carne ovina.

As exportações sudanesas são decrescentes, refletindo a crise política que o país atravessa há anos. Em 2002, as exportações alcançaram 7,5 mil toneladas. Em 2007, estavam reduzidas a duas mil toneladas, somente de carcaças resfriadas, a um preço médio de US\$ 4.300 por tonelada. Seus principais parceiros são a Arábia Saudita e países vizinhos.

A criação de ovinos na Nigéria é basicamente para subsistência, feita por agricultores sem instrução e sem acesso à tecnologia mais básica. Ovinos e caprinos são a principal fonte de proteína animal da população, que é bastante pobre. Muitos animais são criados nas periferias das cidades e até nos quintais das casas.

Na Nigéria, os animais são abatidos com baixo peso médio, cerca de onze quilos por carcaça, refletindo as raças de pequeno porte e o baixo nível tecnológico da exploração no país.

T 4.VIII.

	2005	2006	2007	2008
Abate e produção nigerianos.				
Abate (milhões de cab.)	12,48	12,86	13,16	13,21
Produção de carne (mil t)	137,3	141,4	144,7	145,3

Fonte: Faostat, 2010.



O Sudão possui área total de 2.505.815 km², em um território predominantemente árido e semiárido, com pastagens nativas distribuídas por todo o país.

A Nigéria vem realizando nos últimos anos exportações irrisórias, de menos de 20 toneladas anuais de carcaças congeladas, basicamente para a China, a um preço de US\$ 1.800 por tonelada.

Ambos os países estão em situação desfavorável em relação ao comércio internacional atualmente. Mas têm um trunfo importante para o futuro que são seus grandes rebanhos de ovinos – de 50 milhões no Sudão e 35 milhões na Nigéria. Principalmente o Sudão, por já ter uma estrutura comercial melhor para a ovinocultura, a partir do momento que encerrar sua guerra civil, poderá tornar-se um *player* importante no comércio internacional de carne ovina.

8.4. Irã e Turquia

Turquia e Irã são países asiáticos com grande população e economia relativamente desenvolvida; mantêm grandes rebanhos de ovinos e são, ao mesmo tempo, consumidores importantes, apesar de estarem praticamente fora do comércio internacional de carne ovina.

Em ambos os países, os ovinos são criados em pastagens nativas e nas regiões semiáridas, muitas vezes com pastores transumantes. No entanto, enquanto o rebanho da Turquia tem diminuído nos últimos anos, o iraniano não para de crescer.



Com 1.648.195 km² de área, o Irã conta com extensas áreas de pastagem nativa no noroeste do país e regiões áridas distribuídas por todos os quadrantes.

T 5.VIII.
Consumo per capita
de carne ovina no Irã e
na Turquia.

Fonte: Faostat, 2010.

	Irã	Turquia
	5,3 kg	3,8 kg

Apesar de abater animais com peso médio menor, o nível tecnológico da exploração dos ovinos na Turquia é superior ao Irã, refletido na taxa de abate do rebanho. Uma prova disso é que, com um rebanho que é mais que o dobro que o da Turquia, o Irã só produz 30% a mais de carne que este outro país.

O Irã e a Turquia deverão ser procurados em breve pelos países importadores. A entrada da Turquia na União Européia, fato que está sendo negociado há anos, poderá fazer do país um fornecedor natural para os demais países-membro.



A Turquia possui 783.562 km² e um território bastante árido e acidentado conforme avança ao Oriente. As áreas mais montanhosas apresentam temperaturas muito frias durante boa parte do ano.

	Irã	Turquia	
T 6.VIII. Abate e produção turqueses, em 2008.			
	Rebanho (milhões de cab.)	52,1	24,0
	Abate (milhões de cab.)	21,6	17,2
	Peso médio de carcaça (kg)	18,0	15,8
	Produção de carne (mil t)	388,9	272,0

Fonte: Faostat, 2010;
Kamalzadeh, 2009.

8.5. Rússia

A Rússia tem uma das maiores populações do mundo e é um dos grandes importadores de carnes em geral. Nos últimos anos, a produção interna tem aumentado, enquanto a importação diminuiu de forma significativa. Pode vir a ser um importante consumidor de carne ovina importada, desde que o país retome a rota do crescimento econômico e a renda da população volte a aumentar.

No tempo da ex-União Soviética, este país detinha um dos maiores rebanhos do mundo e hoje tem um rebanho em ascensão, que produz uma quantidade significativa de carne para o consumo interno. Seu consumo *per capita* atual é de 1,1 kg de carne ovina por ano.



Com um território de 17.075.200 km², a Rússia é o maior país do mundo. Apesar disso, a grande maioria do território é inabitável, por excesso de gelo.

	2006	2007	2008	
T 7.VIII. Rebanho, abate e produção na Rússia.				
	Rebanho (milhões de cab.)	16,07	17,51	18,74
	Abate (milhões de cab.)	7,21	7,73	8,45
	Peso médio de carcaça (kg)	19,3	19,4	18,3
	Produção de carne (mil t)	139,3	150,6	155,1

Fonte: Faostat, 2010.

As importações diminuíram de 15 mil toneladas em 2006 para 9,8 mil toneladas em 2009, como reflexo da crise econômica internacional. A perspectiva é de que volte a aumentar rapidamente para o mesmo patamar. Um maior aumento dependerá de oferta mais consistente no mercado internacional.

A importação é bastante concentrada em cortes congelados e em 2009 foi pago um preço médio de US\$ 4.437 por tonelada. Os maiores fornecedores são a Austrália, a Nova Zelândia e o Uruguai.



Exportação de carne ovina

Diretrizes de competitividade

Nos próximos anos, os mercados mais exigentes devem continuar comprando da Austrália e da Nova Zelândia, no entanto, cada vez mais em cumprimento a contratos de fornecimento e cada vez menos com aquisições eventuais de carne, aproveitando preços de ocasião.

Tanto a Austrália quanto a Nova Zelândia devem retirar-se do mercado de certos países quando o processo de diminuição do rebanho se estabilizar e não houver mais animais de descarte, baratos, para serem fornecidos. Alguns desses países importadores poderiam ser atendidos pela carne brasileira.

No entanto, é possível destacar dois níveis de desafios do sistema agroindustrial (SAG) da carne ovina do Brasil:

- a) gestão do sistema como um todo, que diz respeito à necessidade de se desenvolver ferramentas para abordar as relações dos agentes de cada segmento entre si e com os outros elos da cadeia agroindustrial.
- b) gestão do empreendimento individual, que seria a gestão individual de cada uma das empresas que fazem parte da cadeia, das propriedades rurais ao varejo, passando pelas indústrias, fornecedores de insumos e transportadoras.

A seguir, serão apontados aspectos recorrentes nos países mais competitivos para exportação e exigências mais comuns nos países importadores. Ao mesmo tempo, serão feitas sugestões de ações para que o SAG da ovinocultura possa preparar o terreno para que o país venha a se tornar um exportador importante também neste setor.

9.1. Produção animal

É necessário que se aumente a escala de produção nos criatórios brasileiros, de forma que individualmente cada um detenha rebanhos maiores e possa ter melhores resultados econômicos com a atividade. Assim, o custo de produção deverá diminuir e a ovinocultura se tornará uma atividade mais lucrativa para os produtores que já investem nela.

Deve-se incentivar os criadores de bovinos a diversificarem e intensificarem a utilização de suas pastagens com a introdução de ovelhas. A estrutura básica da bovinocultura, com poucos ajustes, permitiria que os pecuaristas, de corte ou leiteiros, pudessem estabelecer rapidamente rebanhos relativamente grandes, o que naturalmente aumentaria a oferta de ovinos para abate. Muitos destes pecuaristas já detêm rebanhos ovinos para subsistência, isso quer dizer que a atividade não é totalmente nova para eles.

Ao mesmo tempo, os agricultores que produzem grãos em larga escala deveriam ser incentivados a iniciarem criações de ovinos como forma de diversificação de atividades. Estes produtores têm condições de acelerar a engorda dos cordeiros, através da utilização de subprodutos, comuns na agricultura, e também alimentar ovelhas com o pastejo da palhada após a colheita.

A melhoria geral da tecnologia de produção se baseia no tripé alimentação, manejo e genética. Deve-se dar ênfase à utilização racional das pastagens, que são alimentos de baixo custo, com o uso estratégico de concentrados em algumas regiões produtoras de grãos. Também é importante difundir técnicas de manejo reprodutivo e sanitário que permitam incrementar a produção, através do aumento do número de nascimentos e da diminuição da mortalidade. Finalmente, generalizar o uso de reprodutores que tenham características importantes para a produção de carne, como fertilidade, precocidade e ganho de peso, tirando a ênfase genética na aparência externa que atualmente é praticada no Brasil.

Da mesma forma, deve-se aumentar a uniformidade e padronização das carcaças, através de sistemas de produção que permitam o abate de animais mais precoces, buscando expandir a produção através do aumento do peso médio das carcaças e do aumento da taxa de abate do rebanho.

Uma estratégia a ser implementada é aproveitar a sazonalidade da reprodução das ovelhas da Austrália e Nova Zelândia, cuja produção de cordeiros é concentrada de outubro a março. Assim, utilizando-se do fato de o Brasil ser um país tropical, com

ovelhas menos sujeitas à estacionalidade reprodutiva, a produção de cordeiros poderia ser concentrada de abril a setembro em algumas regiões.

Os conceitos relativos ao bem-estar animal e à sustentabilidade ambiental estão se tornando fator importante para os consumidores urbanos dos países importadores. Portanto, a busca de sistemas de produção que respeitem estas premissas será importante para que os melhores mercados sejam conquistados e mantidos.

A promoção de treinamentos da mão-de-obra gerencial e operacional nas propriedades não pode ser esquecida. Somente com a elevação do nível de capacitação do pessoal envolvido com a produção, dos gerentes aos ovelheiros, é que se conseguirá atingir as metas descritas anteriormente.

9.2. Processamento

O incentivo para o efetivo funcionamento das diversas unidades industriais de abate espalhadas pelo Brasil, que estão ociosas ou fechadas, deve ser uma das ações prioritárias. Assim, aumentará a formalização do abate e a qualidade da carne oferecida ao mercado brasileiro e como consequência ao mercado internacional.

As indústrias deveriam ser estimuladas a se tornarem os indutores de desenvolvimento da cadeia, assumindo a coordenação dos produtores rurais em determinadas regiões. A implantação do sistema de classificação de carcaças ajudaria na adoção de mecanismos mais eficientes de precificação na compra de animais, premiando os melhores criadores.

As mudanças que as sociedades brasileira e mundial vêm atravessando influenciarão a produção de alimentos. A consolidação de uma sociedade diversificada, com mercados segmentados, irá impor às cadeias agroindustriais a necessidade de diferenciar seus produtos. Alimentos do tipo funcionais, nutracêuticos e orgânicos são exemplos importantes deste tipo de desafio. Na cadeia da ovinocultura mundial, já existem iniciativas em pequena escala nesta direção, como carne ovina com maior teor de ferro ou com maior teor de ômega 3.

É importante buscar a inovação em produtos, para oferecer ao consumidor maior facilidade de manuseio, como porções menores e pratos prontos, para incentivar o consumo e competir nos mercados que mais remuneram a carne.



Outro problema, talvez o mais importante, a ser sanado é relativo ao preço ao produtor do ovino para abate no Brasil, com reflexo no preço da carne ovina ao consumidor. Praticamos aqui valores equivalentes aos mais altos do mundo. Isso se deve à demanda que se mantém acima da oferta, porém, quita a competitividade da cadeia produtiva como um todo.

A agregação de valor pode ser implantada através da promoção de características como o caráter social da produção e o sabor diferenciado originado de alguma característica única do processo produtivo, entre outras. Estas oportunidades representam perspectivas importantes para grupos de pequenos criadores, em regiões específicas, como o Semiárido Nordestino, o Pampa Gaúcho ou o Pantanal Sul-matogrossense.

Naturalmente, estas iniciativas dependem da capacidade de inovação dos produtores e de condições para que eles superem suas restrições individuais. Assim, deve-se incentivar o associativismo e o estabelecimento de mecanismos de certificação, rastreabilidade e monitoramento. Da mesma forma, estas associações são importantes para aumentar a escala de produção e ganhar poder de barganha, de maneira que parte dos ganhos da indústria e do comércio possa ser repassada aos produtores rurais.

Pode-se buscar uma forma de aproveitar o fato de o Brasil já ser exportador importante de carne de bovinos, suínos e aves, usando os canais de comercialização existentes para inserir a carne ovina brasileira no mercado mundial.

9.3. Ambiente organizacional e institucional

Os problemas ligados ao ambiente institucional que mais afetam a competitividade da cadeia agroindustrial da carne ovina são a sanidade do rebanho e o abate clandestino; a baixa coordenação da cadeia produtiva; a debilidade do sistema de informação e marketing; e o protecionismo de alguns países importadores.

Sanidade e rastreabilidade

A importância de ofertar alimentos seguros, aos consumidores brasileiros e dos mercados importadores, é ponto fundamental a ser trabalhado. Assim, garantir o cumprimento das diversas legislações brasileiras que tratam de sanidade animal e inocuidade



de dos alimentos, da produção primária ao varejo, é tarefa que deve ser implementada com urgência. Neste aspecto, deve ser levada em conta a dificuldade de cumprimento da legislação pelos pequenos produtores e a necessidade de ações voltadas para a educação sanitária.

Ações como implantação da rastreabilidade do rebanho, controle de trânsito animal, diminuição do abate clandestino e aumento da vigilância sanitária no varejo são fundamentais para o país alcançar o reconhecimento sanitário que possibilite almejar a exportação para os principais mercados.

A rápida identificação da origem é fator fundamental para o controle de doenças importantes que podem ter efeitos devastadores se não forem gerenciadas adequadamente. A Austrália, a Namíbia e a União Européia têm sistemas de identificação obrigatórios como método de controle e de rastreabilidade para controle de doenças. Sistemas de identificação não-obrigatórios são estabelecidos em vários outros países, como Nova Zelândia, EUA e China, pois isto é fator primordial para a exportação de carne ovina aos mercados mais importantes.

Os problemas sanitários ocorridos no mundo nos últimos 10 anos acentuam a importância de se implantar no Brasil um sistema de rastreabilidade eficiente. Esta será uma exigência cada vez maior para os exportadores brasileiros, para atender a qualquer mercado que a carne ovina se destine. Afinal, rastreabilidade é igual à segurança da qualidade da carne ao consumidor, ajudando a melhorar a base de informações a respeito da cadeia produtiva.

Coordenação da cadeia produtiva

A falta de coordenação é base da maioria dos problemas da cadeia produtiva. É importante admitir que a competitividade de longo prazo das empresas atuantes na produção de carne ovina, da criação ao abate e distribuição, é relacionada com a competitividade do sistema agroindustrial da carne ovina como um todo. Assim, deve-se promover o entendimento dos empresários de toda a cadeia a respeito das virtudes de comportamentos mais cooperativos.

A competitividade do sistema agroindustrial da produção de carne ovina só poderá ser construída por meio de práticas que estimulem a cooperação dos agentes econômicos entre si e destes com entidades governamentais e privadas. Não é suficiente conseguir bons resultados em apenas um elo da ca-



deia produtiva. Uma carcaça de cordeiro precoce, abatido com as melhores técnicas, pode ser comprometida se o transporte frigorificado não for bem efetuado. Da mesma maneira, não é suficiente que apenas alguns produtores se comprometam com a sanidade do rebanho, pois a existência de focos de doenças pode comprometer a imagem sanitária de toda uma região ou do país inteiro.

Portanto, é crucial desenvolver mecanismos de coordenação do sistema como um todo, levando-se em conta as especificidades dos agentes e das regiões envolvidas. Uma melhor coordenação da cadeia produtiva da carne ovina, através de contratos de longo prazo, pode apresentar ganhos importantes de competitividade pela diminuição de custos de abate e processamento.

O planejamento da produção ajuda a diminuir a capacidade ociosa das indústrias, permitindo ganhos de escala. Os criadores poderiam receber parte do ganho da indústria, pela assiduidade de vendas. Ao mesmo tempo, a existência de contratos de produção pode permitir ao criador e à indústria obterem financiamento em condições mais favoráveis e proteção contra variações de preços no mercado. Finalmente, a coordenação via contratos permite implantar mecanismos de rastreabilidade; buscar a padronização de produto e diminuir a sazonalidade.

Um caminho inicial pode ser o apoio à formação de alianças mercadológicas regionais entre criadores, frigoríficos e varejo, buscando ofertar ao consumidor um produto com atributos de qualidade que sejam diferentes da carne comum disponível.

Talvez deva ser constituída uma entidade privada que se encarregue da articulação da cadeia produtiva da ovinocultura, buscando a coordenação da cadeia e organizando as relações de troca. Ao mesmo tempo, esta entidade seria a representante do setor como um todo, inclusive em negociações internacionais. Este é aproximadamente o modelo do *Meat and Livestock Australia* e do *Beef and Lamb New Zealand*, por exemplo. Deveria ser uma entidade que fosse de visão mais ampla do que simplesmente a representação dos criadores de ovinos puros ou da indústria de abate.

Sistema de informações e *marketing*

É fundamental implantar um sistema centralizado para a coleta, análise e difusão de um banco de dados confiável, capaz de orientar os agentes da cadeia no planejamento e coordena-



ção de suas ações, melhorando a eficiência de todo o processo produtivo. O *Secretariado Uruguayo de la Lana*, é um exemplo próximo deste tipo de iniciativa, que dá mais transparência a toda a cadeia de produção.

Também é importante mostrar ao público brasileiro e dos países-alvo que a carne ovina nacional tem qualidade para ser consumida, através de ações de *marketing* institucional. Afinal, os principais concorrentes, Austrália e Nova Zelândia, têm alto conceito entre os consumidores dos países importadores.

Abertura do mercado internacional

A União Européia é, em teoria, o mercado mais interessante, pois é o que remunera com preços médios superiores aos praticados no comércio com outros países. Ao mesmo tempo, é um dos mercados mais exigentes em termos de qualidade do produto e exerce uma política de cotas que inviabiliza a importação de países que não contam com esta benesse comercial. Para completar, a Nova Zelândia é um fornecedor tradicional e vem modernizando com competência sua relação com este mercado, através do estreitamento dos laços com os grupos varejistas europeus e da publicidade direta ao consumidor.

Os EUA representam um mercado importante, e estão relativamente próximos do Brasil. No entanto, costumam aplicar barreiras não-tarifárias aos produtos de origem animal. Ao mesmo tempo, não aceitam o princípio da regionalização proposta pela OIE e, assim, não reconhecem nosso país como livre de febre aftosa, apto a exportar carne de animais com casco fendido. Ao mesmo tempo, conta com um relacionamento estreito com os fornecedores australianos e neozelandeses e recém finalizou um acordo de importação de carne ovina com o Uruguai.

O mercado do Golfo Pérsico, em conjunto, é quase tão grande quanto o da União Européia. Com exceção da questão do abate Halal, as exigências sanitárias costumam ser mais brandas do que aquelas impostas pelos países mais ricos. É uma região que tende a aumentar as importações de carne ovina nos próximos anos, pois a renda da população vem apresentando crescimento expressivo, que costuma ser acompanhado do incremento do consumo de proteína animal.

O México é outro grande importador de carne ovina que é próximo ao Brasil. Ao mesmo tempo, já oferece tarifa de importação de carne ovina mais favorável ao nosso país. No entanto, é necessária a negociação de protocolos de equivalência sanitária



entre ambos, para que o Brasil possa exportar para os mexicanos, como o Uruguai começou a fazer no segundo semestre de 2009.

A África do Sul também é relativamente próxima ao Brasil e pode se tornar um importador da carne ovina brasileira, apesar de seus laços profundos com a Namíbia e das barreiras à carne vermelha brasileira. No entanto, precisam ser aprofundados os entendimentos tarifários e sanitários previstos no acordo de cooperação Mercosul-Sacu.

Eventualmente, a China e o Japão também podem importar no futuro a carne ovina brasileira, apesar da competição mais acirrada com os fornecedores da Oceania, que estão muito próximos daqueles países. Naturalmente, as fortes barreiras sanitárias japonesas devem ser superadas para que esta possibilidade se concretize.

Em resumo, deve-se inserir a carne ovina brasileira nas negociações de comércio internacional que venham a ser desenvolvidas pelo governo brasileiro, buscando intensificar os acordos comerciais com outros países e combater as práticas protecionistas.

Como ação concreta, pode-se buscar cotas de importação na União Européia e na África do Sul para a carne ovina brasileira poder entrar naqueles mercados sem o pagamento das altas tarifas que são cobradas sobre as importações extra-cota.

Ao mesmo tempo, deve-se negociar com México e África do Sul acordos de equivalência sanitária que permitam a exportação de carne ovina brasileira para estes países, que já têm acordos comerciais com o Brasil.



Considerações finais

Apesar de o mercado de carne ovina ser bastante concentrado no fluxo da Austrália e da Nova Zelândia, por um lado, e no fluxo da União Européia, dos EUA e da China, de outro lado, a produção da Oceania dá sinais de estar chegando ao limite.

O mercado internacional do futuro estará pautado nos seguintes aspectos:

- bem-estar e sanidade animal;
- garantia de procedência;
- segurança do alimento;
- conveniência de consumo;
- crescimento econômico dos mercados emergentes.

Assim, é fundamental aumentar a demanda por carne ovina brasileira, através da busca de parceiros externos estratégicos e aumentar a demanda interna dos consumidores brasileiros.

Para entender melhor o que os consumidores desejam, os produtores de carne ovina devem buscar melhorar sua comunicação com os consumidores. O aperfeiçoamento contínuo de qualidade é necessário para ir ao encontro das expectativas de consumidores domésticos e do mercado externo.

Ao mesmo tempo, é necessário expandir a oferta de carne ovina, mas com uma qualidade que seja adequada à demanda do consumidor urbano moderno. Para isso, deve-se atrair mais criadores para a ovinocultura, principalmente como diversificação produtiva de áreas agrícolas e da pecuária bovina tradicional. Deve-se, ainda, incentivar a expansão dos rebanhos individuais e a especialização de cada produtor na ovinocultura.

Os criadores precisam esforçar-se mais em controlar aqueles fatores que estão ao seu alcance, como o tamanho do rebanho, o custo de produção, a genética utilizada, a escala de produção e o conhecimento que serão fundamentais para o sucesso da produção primária.



Naturalmente, é necessário melhorar a articulação da cadeia produtiva, melhorando o ambiente competitivo, principalmente através de modernização da legislação e de criação de incentivos públicos efetivos à produção de carne ovina. Na área privada, devem ser desenvolvidas alianças de produção entre os criadores, os frigoríficos e os varejistas.

A inovação, os programas de garantia de qualidade e as alianças mercadológicas são áreas que merecem concentrar os esforços daqueles que desejam ajudar a desenvolver o mercado da carne ovina.

A indústria deve adotar modelos de garantia de qualidade, alianças que aumentem o valor do produto, diminuição de custos de processamento e transporte e também buscar um melhor canal de comunicação com o consumidor, para ajudar a construir a competitividade do Sistema Agroindustrial da Carne Ovina no Brasil.



Anexos

Alíquotas de importação* da ovinocultura nos principais países relacionados

I. América do Norte

	NCM	Alíquota ad valorem (%)	Alíquota específica (US\$/t)
Ovinos vivos	010410	Zero	Zero
<i>Resfriada</i>			
Carcaça e meia-carcaça de cordeiro	020410	0,15	70
Carcaça e meia-carcaça de ovinos adultos	020421	0,78	28
Cortes de cordeiro, com osso	02042220	0,09	70
Cortes de ovinos adultos, com osso	02042240	0,40	28
Cortes de cordeiro, sem osso	02042320	0,12	70
Cortes de ovinos adultos, sem osso	02042340	0,37	28
<i>Congelada</i>			
Carcaça e meia-carcaça de cordeiro	020430	0,22	70
Carcaça e meia-carcaça de ovinos adultos	020441	1,27	28
Cortes de cordeiro, com osso	02044220	0,15	70
Cortes de ovinos adultos, com osso	02044240	0,52	28
Cortes de cordeiro, sem osso	02044320	0,11	70
Cortes de ovinos adultos, sem osso	02044340	0,44	28
T 1.A. Alíquotas de importação nos Estados Unidos.			
	NCM	Alíquota ad valorem (%)	
Ovinos vivos	0104	Zero	
<i>Resfriada</i>			
Carcaça e meia-carcaça Cortes	020410 020421 020422 020423	Zero	
T 2.A. Alíquotas de importação no Canadá.			

* Os dados deste anexo foram extraídos do International Trade Center (ITC), em 2010.

T 2.A. continuação...

	NCM	Alíquota ad valorem (%)
<i>Congelada</i>		
Carça e meia-carça de cordeiros e adultos Cortes de cordeiro	020430 020441 020442 020443	Zero
Cortes de ovinos adultos, com osso	02044240	2
Cortes de ovinos adultos, sem osso	02044340	2

T 3.A.
Alíquotas de
importação
do México.

	NCM	Alíquota ad valorem (%)
Ovinos com pedigree	01041010 01041020	Zero
Ovinos vivos para abate	01041020	10
Carne ovina resfriada ou con- gelada	0204	10

2. União Européia

T 4.A.
Alíquotas para
importações
extra-cotas na
União Européia.

	NCM	Alíquota ad valorem (%)	Alíquota específica (euro/t)
Ovinos com pedigree	01041010	Zero	Zero
Cordeiros vivos	01041030	47,1	1.207
Outros ovinos vivos	01041080	64,2	1.207
<i>Resfriada</i>			
Carça e meia-carça	020410 020421	12,8	1.713
Quarto dianteiro com osso	0204221	12,8	1.199
Costilhar e lombo com osso	0204223	12,8	1.885
Quarto traseiro com osso	0204225	12,8	2.227
Outros cortes com osso	0204229	12,8	2.227
<i>Congelada</i>			
Carça e meia-carça	020430 020441	12,8	1.288
Quarto dianteiro com osso	0204230 0204421	12,8	902
Costilhar e lombo com osso	0204423	12,8	1.417
Quarto traseiro com osso	0204425	12,8	1.675
Outros cortes com osso	0204429	12,8	1.675
Cortes desossados	020443	12,8	2.345



3. Ásia

T. 5.A.
Alíquotas de
importação
na Arábia
Saudita.

	NCM	Alíquota ad valorem (%)
Ovinos vivos	0104	Zero
<i>Resfriada</i>		
Carça e meia-carça Carne oriunda de sacrifício	020410 020421	Zero
Cortes	020422 020423	5
<i>Congelada</i>		
Carça e meia-carça Cortes Carne oriunda de sacrifício	020430 020441 020442 020443	5

T. 6.A.
Alíquotas de
importação na
China.

	NCM	Alíquota ad valorem (%)
Ovinos vivos com pedigree	01041010	Zero
Ovinos vivos, demais	01041090	10
<i>Resfriada</i>		
Carça e meia-carça de cordeiro	020410	15
Carça e meia-carça de ovinos adultos	020421	23
Cortes ovinos, com osso	020422 020423	15
<i>Congelada</i>		
Carça e meia-carça de cordeiro	020430	15
Carça e meia-carça de ovinos adultos	020441	23
Cortes ovinos, com osso	020442	12
Cortes ovinos, sem osso	020443	15

T. 7.A.
Alíquotas de
importação nos
Emirados Árabes
Unidos.

	NCM	Alíquota ad valorem (%)
Ovinos vivos	0104	Zero
<i>Resfriada</i>		
Carça e meia-carça Cortes Carne oriunda de sacrifício	020410 020421 020422 020423	Zero
<i>Congelada</i>		
Carça e meia-carça Cortes Carne oriunda de sacrifício	020430 020441 020442 020443	5



	NCM	Alíquota <i>ad valorem</i> (%)	
T. 8.A. Alíquotas de importação no Japão.	Ovinos vivos	010410	Zero
	Carne ovina resfriada ou congelada	0204	Zero

4. África e Oceania

	NCM	Alíquota <i>ad valorem</i> (%)	
T. 9.A. Alíquotas de importação na África do Sul.	Ovinos vivos	010410	Zero
	Carne ovina resfriada ou congelada	0204	40% ou US\$ 200/t, o que for maior

	NCM	Alíquota <i>ad valorem</i> (%)	
T. 10.A. Alíquotas de importação em Papua Nova-Guiné.	Ovinos vivos	010410	Zero
	Carne ovina resfriada ou congelada	0204	Zero

Referências

- 1 AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. *Pesquisa de marketing*. São Paulo: Atlas, 2004.
- 2 ABARE. *Agriculture in Australia: past, present, future*. Canberra: ABARE, 2006. 60 p.
- 3 ABARE. *Australian lamb: financial performance of slaughter lamb producing*. Canberra: ABARE, 2010. 24 p.
- 4 AGRISTAT. *Namibia*. Disponível em: <www.agristats.gov.na>. Acesso em: ago. 2010.
- 5 AGUERO, D.; FREIRE, V.; et al. Diagnóstico de la cadena ovina em la provincia de Córdoba, Argentina. *Revista Mexicana de Agronegocios*. Jan./jun. 2010. Año XIV. V. 26.
- 6 AMAD. *Agricultural Market Access Database*. Disponível em: <www.amad.org> Acesso em: ago. 2010.
- 7 AMERICAN SHEEP INDUSTRY ASSOCIATION. Disponível em: <www.sheepusa.org>. Acesso em: jul. 2010.
- 8 AMERICAN LAMB BOARD. Disponível em: <www.lambcheckoff.com>. Acesso em: jul. 2010.
- 9 AMS. *Agricultural Market Service*. Disponível em: <www.ams.usda.gov>. Acesso em: jul. 2010.
- 10 APCA. Les perspectives de la filière ovine. *Revue Chambres d'agriculture*. Paris, 2007, n° 978.
- 11 AMCO. *Asociacion Mexicana de Criadores de Ovinos*. Disponível em: <www.asmexcriadoresdeovinos.org>. Acesso em: ago. 2010.
- 12 BABIKER, I.B.; ABDALLA, A.G.M. Spatial price transmission: a study of sheep markets in Sudan. *Afjare*. Mar. 2009. Vol. 3, n. 1, p. 43-56.
- 13 BASS, P. D.; PENDELL, D. L. et al. Sheep traceability systems in selected countries outside of North America. *The professional animal scientist*. Fort Collins, 2008. V. 24, p. 302-307.



- 14 BATALHA, M. O. et al. *Os sistemas agroindustriais de carne no Brasil: principais aspectos organizacionais*. Brasília: SENAI/DN, 2006. 91 p.
- 15 BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. In: BATALHA, M. O. (Coord.). *Gestão agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 2007. V. 1.
- 16 BEEF + LAMB NEW ZEALAND. Disponível em: <www.beeflambnz.com> Acesso em: jul. 2010.
- 17 BOURN, D. *Livestock dynamics in the Arabian Peninsula*. Roma: FAO, 2003. 86 p.
- 18 CAMPOS, R.T. Uma abordagem econométrica do mercado potencial de carne de ovinos e caprinos para o Brasil. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, jan./mar. 1999, v. 30, n. 1, p. 26-47.
- 19 CCAE. *Actuaciones para la adaptación y desarrollo del sector ovino de carne*. Madrid: Confederación de Cooperativas Agrárias de España, 2007. 25 p.
- 20 CDSI. *Central Department of Statistics and Information*. África do Sul. Disponível em: <www.cdsi.gov.sa>. Acesso em: jul. 2010.
- 21 CHINA *Animal Agriculture Association*. Disponível em: <www.caaa.org.cn>. Acesso em: ago. 2010.
- 22 CLEMENS, R.; BABCOCK, B.A. *Country of origin as a brand: the case of New Zealand lamb*. Ames: Iowa State University, 2004. Briefing paper. 25 p.
- 23 COMTRADE. *United Nations Commodity Trade Statistics Database*. Disponível em: <comtrade.un.org>. Acesso em: jul./set. 2010.
- 24 COUTO, F.A.A. Dimensionamento do mercado de carne ovina e caprina no Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE OVINOS E CAPRINOS, 3. 2003, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: EMEPA, 2003. p. 71-81.
- 25 DEFRA. *Economics and statistics*. Disponível em: <statistics.defra.gov.uk>. Acesso em: ago. 2010.
- 26 DELGADO, C. et al. *Livestock to 2020: the next food revolution*. Washington: IFPRI, 1999. 83 p.
- 27 DOS. *The hashemite kingdom of Jordan Department of Statistics*. Disponível em: <www.dos.gov.jo>. Acesso em: ago. 2010.
- 28 DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, Rio de Janeiro, mar. 2002, n. 115, p.139-154.
- 29 EBLEX. *English Beef and Lamb Executive*. Disponível em: <<http://www.eblex.org.uk>>. Acesso em: jul. 2010.



- 30 ENVIRONMENTAL WORKING GROUP FARM SUBSIDY. *Database*. Disponível em: <www.farm.ewg.org>. Acesso em: ago. 2010.
- 31 ESPAÑA. *Guía de prácticas correctas de higiene: ovino de carne*. Madrid: Ministério de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2007. 80 p.
- 32 EUROPEAN COMMISSION. *Communication and information resource centre administrator*. Disponível em: <...>. Acesso em: ago. 2010.
- 33 EUROPEAN COMMISSION. *Agriculture and rural development*. Disponível em: <ec. Acesso em: ago. 2010.
- 34 EUROPEAN COMMISSION. *Food and safety from the farm to the fork*. Disponível em: <ec.europa.eu/food>. Acesso em: ago. 2010.
- 35 EUROPEAN COMMISSION. *Taxation and customs union*. Disponível em: <ec.europa.eu>. Acesso em: ago. 2010.
- 36 EUROSTAT. Disponível em: <epp.eurostat.ec.europa.eu>. Acesso em: ago. 2010.
- 37 FAO. Disponível em: <faostat.fao.org>. Acesso em: jul./ago. 2010.
- 38 FAS. *Foreign Agricultural Service*. Disponível em: <www.ffas.usda.gov>. Acesso em: jul. 2010.
- 39 FRANCE. Ministère de L'Agriculture et de la Peche. *Les viandes ovine et caprine*. Paris: 2006.
- 40 FRANCEAGRIMER. *Le marche des ovins dans le monde*. Paris: Office de l'élevage, 2009. 12 p.
- 41 FSA. *Farm Agency Service*. Disponível em: <www.fsa.usda.gov>. Acesso em: jul. 2010.
- 42 GAUTAM, K. *Agribusiness in South Asia*. New Delhi: Meera Juneja, 2007. 83 p.
- 43 HOLANDA JUNIOR, SÁ e ARAÚJO. Articulação dos segmentos da cadeia produtiva de caprinos e ovinos – os fluxos alternativos de comercialização. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE OVINOS E CAPRINOS, 3. 2003, João Pessoa, 2003. *Anais...* João Pessoa: EMEPA, 2003. p. 83-94.
- 44 IBGE. *Censo agropecuário 2006 – resultados preliminares*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: ago. 2010.
- 45 IEL. *Estudo sobre a eficiência econômica e competitividade da cadeia agroindustrial da pecuária de corte no Brasil*. Brasília: IEL, 2000. 398 p.



- 46 INAC. *Anuário estadístico 2009*. Montevideo: INAC, 2010. 125 p.
- 47 INDIA. *Annual report*. New Delhi: Ministry of Food Processing Industries, 2010. 78 p.
- 48 INDIA. *Ministry of Food Processing Industries*. Disponível em: <mfpi.nic.in>. Acesso em: ago. 2010.
- 49 INDUSTRY CANADA. Disponível em: <www.ic.gc.ca>. Acesso em: ago. 2010.
- 50 INE. *Encuesta Nacional Agropecuária 2008*. La Paz: INE, 2009. 250 p.
- 51 INE. *Instituto Nacional de Estadísticas*. Chile. Disponível em: <ww.ine.cl>. Acesso em: ago. 2010.
- 52 INSTITUT DE L'ÉLEVAGE. Elevage et réforme de la PAC, quelles perspectives en Europe pour les filières bovins lait, bovins viande et ovins? *Repères sur la viande ovine dans l'Union européenne*. Paris, décembre 2004.
- 53 INSTITUT DE L'ÉLEVAGE. Filière ovine au Royaume-Uni, le recul de la production est engagé, *Le Dossier Economie de L'élevage*. Paris, juillet 2006, n° 359.
- 54 INSTITUT DE L'ÉLEVAGE, Perspectives offre/demande de la viande ovine dans l'Union Européenne des 27 à l'horizon 2015. *Filière Ovine et Caprine*. Paris, 2è trimestre 2008, n. 24.
- 55 INSTITUT DE L'ÉLEVAGE Perspectives offre/demande de la viande ovine dans l'Union Européenne des 27 à l'horizon 2015. *Le dossier Economie de L'élevage*. Paris, oct. 2007, n. 371.
- 56 INEGI. *Instituto Nacional de Estadística y Geografía*. México. Disponível em: <www.inegi.org.mx>. Acesso em: ago. 2010.
- 57 INEI. *Instituto Nacional de Estadística y Informática*. Peru. Disponível em: <www.inei.gob.pe>. Acesso em: ago. 2010.
- 58 ITC. International Trade Center. *Market access map*. Disponível em: <www.macmap.org>. Acesso em: ago. 2010.
- 59 ISLAM, N.; PIESSE, C. *Economy-wide impact of a decline in live sheep exports: a CGE analysis*. Perth: University of Western Australia, 2004. 12 p.
- 60 JAPAN. *Animal Quarantine Service*. Disponível em: <www.maff.go.jp>. Acesso em: ago. 2010.
- 61 KAMALZADEH, A. et al. Livestock production systems and trends in livestock industry in Iran. *Journal of Agriculture & Social Sciences*. Faisalabad, 2009, n. 4, p. 183-188.



- 62 KILKENNY, J.B.; READ, J.L. *British sheep production economics*, London: Milton Keynes Great Britain, 1974.
- 63 LANDES, M. *The environment for agricultural and agribusiness investment in India*. Washington: USDA, 2008. 49 p.
- 64 LEDGARD, S.F. et al. *A greenhouse gas footprint study for exported New Zealand lamb*. Wellington: Agresearch, 2010. 26 p.
- 65 LIVECORP. Disponível em: <www.livecorp.com.au>. Acesso em: jul. 2010.
- 66 MAPA. *Comércio exterior brasileiro*. Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso ago. 2010.
- 67 MARM. *Estudio de la cadena de valor y formación de precios del sector ovino*. Madrid: Capgemini Consulting, 2009. 42 p.
- 68 MATRADE. *Marketing of Halal products in Saudi Arabia*. Kuala Lumpur: Malasya Trade, 2005. 14 p.
- 69 McDERMOTT, A., SAUNDERS, C., ZELLMAN, E. et al. *The key elements of success and failure in the NZ sheep meat industry from 1980-2007*. Christchurch: Lincoln University, 2008.
- 70 MDIC/ARCO. *Estudo de mercado externo de produtos derivados da ovinocultura*. Passo Fundo: Méritos, 2010. 168 p
- 71 MEAT AND LIVESTOCK AUSTRÁLIA. Disponível em: <www.mla.com.au>. Acesso em: ago. 2010.
- 72 MEAT AND WOOL NEW ZEALAND. *Compedium of New Zealand farm facts*. Wellington: MWNZ, 2010. 28 p.
- 73 MEAT BOARD OF NAMIBIA. Disponível em: <www.nammic.com.na>. Acesso em: ago. 2010.
- 74 MEAT INDUSTRY ASSOCIATION. *Annual report 2009*. Wellington: MIA, 2010. 48 p.
- 75 MEAT SOUTH WEST. *The great sheep industry and its juicy fifth quarter*. London: SWRDA, 2007. 49 p.
- 76 MEXICO. *Secretaria de Agricultura, Ganaderia, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación*. Disponível em: <www.sagarpa.gob.mx>. Acesso em: jul. 2010.
- 77 MONTOSI, F.; SAÑUDO, C. *Evaluación y promoción de la calidad de la carne bovina y ovina del Uruguay en el mercado europeo*. Montevideu: INIA, 2007. 66 p.
- 78 NAMIC. *Report on the investigation into the effect of deregulation on the red meat industry*. Pretoria: National Agricultural Marketing Council, 2003. 61 p.



- 79 NAMÍBIA AGRICULTURAL UNION. Disponível em: <www.agrinaribia.com.na>. Acesso em: jul. 2010.
- 80 NANTES, J. F.; SCARPELLI, M. Gestão da Produção Rural no Agronegócio. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 2001, v. 1, p. 556-583.
- 81 NATIONAL AGRICULTURAL LIBRARY. Disponível em: <www.nal.usda.gov>. Acesso em: jun. 2010.
- 82 NEVES, J.L. *Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades*. Caderno de Pesquisas em Administração: São Paulo, 2º semestre 1996, v. 1, n. 3.
- 83 NEW ZEALAND. *Situation and outlook for New Zealand agriculture and forestry*. Wellington: MAF, junho de 2010. 74 p.
- 84 NEW ZEALAND MEAT CLASSIFICATION AUTHORITY. *Guide to lamb and mutton carcass classification*. Wellington: NZMCA, 2003.
- 85 NEW ZEALAND. Ministry of Agriculture and Forestry. *Statistics*. Disponível em: <www.maf.govt.nz>.
- 86 NEW ZEALAND TRADE AND ENTERPRISE. Disponível em: <www.nzte.govt.nz>. Acesso em: jul. 2010.
- 87 NRC. *Changes in sheep industry in the USA: making the transition from tradition*. Washington: National Research Council, 2008. 367 p.
- 88 PARLAMENTO EUROPEU. *Relatório sobre o futuro do sector dos ovinos e caprinos na Europa*. Bruxelas: Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, 2008.
- 89 PEREZ, J.R.O. Mercado mundial e brasileiro da carne ovina e considerações sobre tendências e o futuro do sistema de produção. In: Encontro de Caprinovinocultores de Corte da Bahia, 2. 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: ACCOBA, 2002. p. 68-88.
- 90 PRODUCTIVITY COMMISSION AUSTRALIAN GOVERNMENT. Disponível em: <www.pc.gov.au>. Acesso em: jul. 2010.
- 91 RECEITA FEDERAL. *Simulador do tratamento tributário e administrativo das importações*. Disponível em: <www.receita.gov.br>. Acesso em: ago. 2010.
- 92 RESEARCH TRIANGLE INSTITUTE INTERNATIONAL. *Livestock and meat marketing study - lamb and lamb meat industries - final report*. Washington: USDA, 2007.
- 93 SACKETT, D. *Will wool growing be a viable business in 2029?* Sidney: Holmes, Sacket & Associates, 2004. 26 p.
- 94 SAUDI ARABIA. *Statistical yearbook*. Riad: Ministry of Economy and Plannig, 2007. 300 p.



- 95 SEBRAE. *Informações de mercado sobre caprinos e ovinos*. Brasília: SEBRAE, 2005. 73 p.
- 96 SHIFLETT, J.E. et al. *Nontraditional lamb market in United States: characteristics and marketing strategies*. Houston: American Sheep Industry Association, 2010. 59 p.
- 97 SHUZ, W. *Report on the small stock marketing scheme*. Windhoek: Meat Board of Namibia, 2010. 7 p.
- 98 SIMON, Y. *La production d'ovins allaitants en France - une vraie chance pour les territoires - rapport pour le premier ministre*. Paris: janvier 2007.
- 99 SORIO, A. *Carne ovina e caprina: produção e consumo no Brasil e nas Américas*. Disponível em: <www.farmpoint.com.br>. Acesso em: jun. 2010.
- 100 SORIO, A. Ovinocultura e abate clandestino: um problema fiscal ou uma solução de mercado. *Revista de Política Agrícola*. Brasília, jan./fev./mar. 2010. Ano XIX, n. 1, p. 71-83.
- 101 SORIO, A. *Sistema agroindustrial da carne ovina: o exemplo de Mato Grosso do Sul*. Passo Fundo: Méritos, 2009. 112 p.
- 102 SOUTH AFRICA, Department of Agriculture. *Abstract of agricultural statistics*. Pretoria: Department of Agriculture, 2009. 115 p.
- 103 SAMIC. *South African Meat Industry Company*. Disponível em: <www.samic.co.za>. Acesso em: ago. 2010.
- 104 SAMIC. *Classification of red meat: a key to more effective marketing*. Pretoria: SAMIC, 2006.
- 105 STATISTICS CANADA. *Sheep statistics*. Disponível em: <www.statcan.gc.ca>. Acesso em: ago. 2010.
- 106 STATISTICS NEW ZEALAND. *Agricultural census tables*. Disponível em: <www.stats.govt.nz>. Acesso em: jul. 2010.
- 107 STELLER, R.M. *Industry and trade summary: live sheep and meat of sheep*. Washington: USITC, 2003. 65 p.
- 108 SYRIA. *Central bureau of Statistics*. Disponível em: <www.cbssyr.org>. Acesso em: ago. 2010.
- 109 SUDAN. *Central Bureau of Statistics*. Disponível em: <www.cbs.gov.sd>. Acesso em: ago. 2010.
- 110 SUL. *Plan de acción estratégico nacional del rubro ovino 2009-2015*. Montevideo: SUL, 2008. 49 p.
- 111 SUL. *Secretariado Uruguaio de la Lana*. Disponível em: <www.sul.org.uy>. Acesso em: ago. 2010.



- 112 UNION INDUSTRIAL ARGENTINA. *Cadena de la carne ovina em la región patagónica*. Calafate: Union Industrial de Santa Cruz, 2004. 26 p.
- 113 UNITED ARAB EMIRATES. *Ministry of Agriculture and Fisheries*. Disponível em: <www.uae.gov.ae>. Acesso em: ago. 2010.
- 114 USDA. *National Agriculture Statistics Service*. Disponível em: <www.nass.usda.gov>. Acesso em: jul. 2010.
- 115 USDA. *Economic impact of the elimination of the Wool Act - report prepared for the House Committee on appropriations*. Washington: 1999.
- 116 USDA. *United States Department of Agriculture*. <www.usda.gov>. Acesso em: ago. 2010.
- 117 UZUNOZ, M.; AKCAY, Y. Profitability analysis of sheep farming in Turkey: a case study. *Journal of Applied Sciences Research*. Jordan, 2009, v. 5, n. 7, p. 815-819.
- 118 VESPERINAS, V.E., GONZALEZ, J.G. *La zafra ovina 2008-2009*. Santiago: Odepa, 2009. 20 p.
- 119 WALDRON, S.A. et al. *China Livestock Revolution: Agribusiness and policy developments in the sheep meat industry*. London: CABI, 2007. 166 p.120.
- 120 ZILBERSZTAJN, D. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZILBERSZTAJN, D; NEVES, M.F. *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000. p. 1-21.





Desde 1990, a produção mundial de carne ovina aumentou 30%, mesmo com um rebanho ligeiramente menor. O comércio internacional da carne de ovinos é crescente, pois o valor total transacionado dobrou nos últimos 20 anos, devendo alcançar mais de US\$ 4,2 bilhões em 2010.

O mercado internacional de carnes tem características importantes que devem ser observadas por quem deseja participar deste negócio – necessidade de volumes significativos; estabilidade de produção; garantia de rastreabilidade em todos os elos da cadeia produtiva; inocuidade dos alimentos; conveniência de consumo e preço compatível com os principais países competidores. Ao mesmo tempo, vêm se tornando cada vez mais relevantes os temas relacionados ao bem-estar animal e à preservação do ambiente.

Por isso, é importante para os agentes do sistema agroindustrial da carne ovina do Brasil entender a dinâmica do comércio internacional, assim como a importância crescente dos países emergentes para a ovinocultura. Desta forma, será possível buscar formas conjuntas de atuação, com intuito de inserir esta carne na pauta de exportação brasileira.

ISBN 978-89769-81-5



www.meritos.com.br